

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO -
DOUTORADO**

JOSÉ ROBERTO DA SILVA

**O PROTAGONISMO DOS LEIGOS À LUZ DO VATICANO II, NO EPISCOPADO
DE DOM JOSÉ FREIRE DE OLIVEIRA NETO, NA DIOCESE DE MOSSORÓ-RN
(1984-2004)**

RECIFE/PE

2025

JOSÉ ROBERTO DA SILVA

**O PROTAGONISMO DOS LEIGOS À LUZ DO VATICANO II, NO EPISCOPADO
DE DOM JOSÉ FREIRE DE OLIVEIRA NETO, NA DIOCESE DE MOSSORÓ-RN
(1984-2004)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião – Doutorado, linha de pesquisa: Campo Religioso Brasileiro, Cultura e Sociedade, da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Religião.

Orientador: Dr. Sergio Sezino Douets Vasconcelos

RECIFE/PE

2025

S586p

Silva, José Roberto da.

O protagonismo dos leigos à luz do Vaticano II, no Episcopado de Dom José Freire de Oliveira Neto, na Diocese de Mossoró-RN (1984-2004) / José Roberto da Silva, 2025.

149 f. : il.

Orientador: Sergio Sezino Douets Vasconcelos.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Doutorado em Ciências da Religião, 2025.

1. Igreja Católica - Bispos. 2. Memória coletiva.
3. Oliveira Neto, José Freire de, 1928-2012.
4. Leigos (Religião) - Igreja Católica.
5. Concílio Vaticano II. I. Título.

CDU 262.12

Luciana Vidal - CRB 4/1338

JOSÉ ROBERTO DA SILVA

**O PROTAGONISMO DOS LEIGOS À LUZ DO VATICANO II, NO EPISCOPADO
DE DOM JOSÉ FREIRE DE OLIVEIRA NETO, NA DIOCESE DE MOSSORÓ-RN
(1984-2004)**

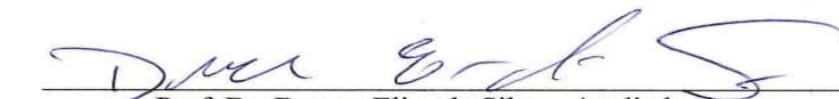
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião – Doutorado, linha de pesquisa: Campo Religioso Brasileiro, Cultura e Sociedade, da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, como requisito parcial para a obtenção de Doutor em Ciências da Religião.

Tese apresentada e aprovada em 12/03/2025, pela seguinte Banca Examinadora:

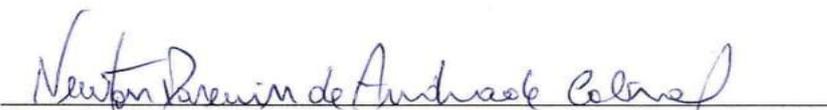
BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
SERGIO SEZINO DOUETS VASCONCELOS
Data: 25/04/2025 10:32:54-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Sergio Sezino Douets Vasconcelos - Presidente
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP



Prof. Dr. Drance Elias da Silva - Avaliador interno
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP



Prof. Dr. Newton Darwin de Andrade Cabral - Avaliador interno
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Documento assinado digitalmente
PATRICIO BORGES MARACAJÁ
Data: 24/04/2025 10:42:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Patrício Borges Maracajá - Avaliador externo
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Documento assinado digitalmente
ROMERO JÚNIOR VENÂNCIO SILVA
Data: 24/04/2025 08:18:36-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Romero Júnior Venâncio Silva - Avaliador externo
Universidade Federal de Sergipe – UFS

À minha querida mãe, Maria Ilza da Silva (*in memoriam*), com todo o meu amor e gratidão por estar sempre presente na minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço de coração à minha família: Maria Railma da Silva, Maria RAILS da Silva Bezerra (irmãs), Raissa Mariele Silva Bezerra (sobrinha) e Beatriz Valentina Cordovil Bezerra (Neta).

Em seguida, agradeço a Zélia Cristina Pedrosa do Nascimento e a sua companheira Sônia Maria de Araújo, uma vez que partilharam a sua bolsa de estudo comigo por alguns meses e estiveram presentes no momento mais difícil para mim: na partida da minha mãe, por ocasião da COVID 19.

E, finalmente, agradeço ao professor Francinaldo Rita da Silva por sua colaboração no desenvolvimento desta Tese.

A memória histórica é, *grosso modo*, a memória oficial, institucional. Ela é formada das várias memórias coletivas que se manifestam no tempo, as sistematiza e lhes dá sentido unitário. No “apagar” da memória coletiva surge a memória histórica, que busca sintetizar a memória coletiva de um tempo e legá-la à posteridade. É a institucionalização da memória (Portella, 2018, p. 198).

RESUMO

Esta pesquisa conta com uma abordagem de natureza qualitativa, de cunho descritivo e explicativo que, com base em análise documental, gerou análises críticas a fim de se obter melhor compreensão do fenômeno em estudo. Tendo-se por *corpus* os testemunhos históricos de pessoas que vivenciaram o pastoreio de Dom José Freire de Oliveira Neto, esta pesquisa de tese tem o objetivo geral de resgatar a memória histórica do referido Pastor, a partir de entrevistas e testemunhos de algumas pessoas publicados em jornais locais (quando noticiado o falecimento do Bispo Emérito de Mossoró), entre 10 e 12 de janeiro de 2012. Para isso, o presente trabalho se desenvolve com a metodologia norteadora denominada Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, voltada à análise dos dados obtidos. Dentre as técnicas de Análise de Conteúdo concebidas pela autora, a Análise Cateórica é a que interessa a esta pesquisa. Considerados os relatos dos entrevistados, foram obtidos dados que, em confronto com o referencial teórico, prestaram-se à problemática da investigação. Na persecução do objetivo proposto, deu-se a coleta de dados com a realização de entrevistas semiestruturadas junto a 24 pessoas, entre familiares, leigos, religiosos e sacerdotes. Lançando mão sobre o estudo da memória coletiva, empreendido por Halbwachs (2006), e de outros teóricos que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, tais como Bosi (1994, 2003), Cavalcanti (1992), Matos (2002, 2011), Hoornaert (1984), Boff (1990, 1994), Rossi (2010), rememorar a figura de Dom José Freire consistiu num processo de relembrar um sujeito histórico que marcou a própria história da Diocese de Mossoró, cuja evocação das lembranças dos entrevistados, ou das pessoas que se manifestaram em algumas reportagens de jornais locais, deram sustentação à construção da memória histórica do Pastor. Além dos dados provenientes dos relatos históricos obtidos, o acervo histórico apresentado nesta tese mostrou-se relevante para a preservação da memória e do legado de Dom José Freire, pois as lembranças evocadas pelos entrevistados se mostraram incisivas para a clareza do passado rememorado, ampliaram horizontes para melhor compreensão das memórias individuais que, entrelaçadas com a memória coletiva, deram esteio para a constituição da memória histórica de Dom Freire.

Palavras-chave: Dom José Freire de Oliveira Neto. Análise de Conteúdo. Memória Individual. Memória Coletiva. Memória Histórica.

ABSTRACT

This research uses a qualitative approach, with a descriptive and explanatory nature, and is based on documentary analysis that generated critical analyses in order to obtain a better understanding of the phenomenon under study. Having as a corpus the historical testimonies of people who experienced the pastorship of Dom José Freire de Oliveira Neto, this thesis research has the general objective of recovering the historical memory of the aforementioned Pastor based on interviews and testimonies of some people published in local newspapers (when the death of the Bishop Emeritus of Mossoró was reported), between January 10 and 12, 2012. To this end, this work is developed with the guiding methodology called Content Analysis, by Laurence Bardin, aimed at analyzing the data obtained. Among the Content Analysis techniques conceived by the author, Categorical Analysis is the one that interests this research. Considering the reports of the interviewees, data were obtained that, in comparison with the theoretical framework, lent themselves to the research problem. In pursuit of the proposed objective, data collection was carried out through semi-structured interviews with 24 people, including family members, lay people, nuns and priests. Drawing on the study of collective memory, undertaken by Halbwachs (2006), and other theorists who contributed to the development of this research, such as Bosi (1994), Bosi (2003), Cavalcanti (1992), Matos (2002), Matos (2011), Hoornaert (1984), Boff (1990), Boff (1994), Rossi (2010) remembering the figure of Dom José Freire consisted of a process of remembering a historical subject who marked the history of the Diocese of Mossoró itself, whose evocation of the memories of the interviewees, or of the people who spoke out in some local newspaper reports, supported the construction of the historical memory of the memorable Pastor. In addition to the data from the historical reports obtained, the historical collection presented in this thesis proved to be relevant for preserving the memory and legacy of Dom José Freire, as the memories evoked by the interviewees proved to be incisive for the clarity of the remembered past, broadening horizons for a better understanding of individual memories that, intertwined with collective memory, provided support for the constitution of Dom Freire's historical memory.

Keywords: Dom José Freire de Oliveira Neto. Content Analysis. Individual Memory. Collective Memory. Historical Memory.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – PRO ECCLESIARUM OMMIUN, bula papal de criação da Diocese de Mossoró. | 39 |
| Figura 2 – Igreja de Santa Luzia (ainda com meia-torre)..... | 45 |
| Figura 3 – José Freire ordenado padre em 1956..... | 58 |
| Figura 4 – Carta de Dom Gentil Diniz Barreto ao Prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos..... | 65 |
| Figura 5 – Dom José Freire nomeado Bispo da Diocese de Santa Luzia de Mossoró..... | 66 |
| Figura 6 – Dom José Freire durante uma Assembleia Paroquial de Pastoral, em Pau dos Ferros (1998)..... | 76 |
| Figura 7 – Dom José Freire em Movimento de Cursilho de Cristandade, em Pau dos Ferros (1988)..... | 77 |
| Figura 8 – Reprodução do Relatório da I Reunião Trimestral Zonal de Mossoró..... | 78 |
| Figura 9 – Plano Zonal de Mossoró 1994/1995..... | 81 |
| Figura 10 – Dom José Freire no Centenário do Apostolado da Oração, em Pau dos Ferros (2002)..... | 113 |
| Figura 11 – Dom José Freire na II Reunião de Pastoral, em Pau dos Ferros (maio de 1998). | 118 |
| Figura 12 – Reprodução da Carta do padre Raimundo Osvaldo Rocha a José Walmar Nunes. | 138 |
| Figura 13 – Reprodução da Carta de Dom José Freire à Comunidade Diocesana..... | 138 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Grupos de entrevistados..... | 107 |
| Quadro 2 – Lista de entrevistados..... | 107 |
| Quadro 3 – Categorias Temáticas..... | 110 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|--|
| ACM | Ação Católica das Mulheres |
| ACH | Ação Católica dos Homens |
| CEB | Comunidades Eclesiais de Base |
| CEBI | Centro de Estudos Bíblicos |
| CELAM | Conselho Episcopal Latino-Americano |
| CJP | Comissão de Justiça e Paz |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CONFHIC | Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| DDAS | Departamento Diocesano de Ação Social |
| JEC | Juventude Estudantil Católica |
| JIC | Juventude Independente Católica |
| JOC | Juventude Operária Católica |
| MAC | Movimento Amigos da Criança |
| MEB | Movimento de Educação de Base |
| MMM | Movimento por um Mundo Melhor |
| OFM | Ordem dos Frades Menores |
| PJMP | Pastoral da Juventude do Meio Popular |
| PPC | Plano de Pastoral de Conjunto |
| SEAPAC | Serviço de Apoio a Projetos Alternativos |
| UERN | Universidade do Estado do Rio Grande do Norte |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 OS PRIMÓRDIOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA IGREJA NO BRASIL E A DIOCESE DE MOSSORÓ | 20 |
| 2.1 Da igreja colonial portuguesa ao regime republicano brasileiro e a criação de dioceses | 24 |
| 2.2 Diocese de Mossoró: de sua origem aos dias atuais..... | 40 |
| 2.3 Breve histórico dos Bispados de Mossoró: até Dom Gentil | 49 |
| 3 A FIGURA DISTINTIVA DE UM HOMEM FEITO BISPO: DOM JOSÉ FREIRE DE OLIVEIRA NETO..... | 54 |
| 3.1 Dom José Freire: do despertar de uma vocação ao reitorado no Seminário Santa Terezinha de Mossoró | 55 |
| 3.1.1 Crise de vocações | 61 |
| 3.2 Resistência e perseverança na trajetória do presbítero devotado..... | 64 |
| 3.3 O pós-jejum do Seminário Santa Terezinha no pastoreio diocesano de Dom José Freire | 66 |
| 3.4 A memória histórica do homem do sagrado: as nuances de um ministério presbiteral e de um episcopado nascente | 69 |
| 3.5 Um bispo entre contextos históricos eclesiais distintos: avanços, resistências, continuidades e descontinuidades | 73 |
| 3.6 A memória histórica de Dom José Freire de Oliveira Neto na Diocese de Mossoró .. | 92 |
| 4 ANÁLISE DOS TESTEMUNHOS HISTÓRICOS ACERCA DO PASTOREIO DE DOM JOSÉ FREIRE DE OLIVEIRA NETO | 105 |
| 4.1 Sujeitos da pesquisa..... | 106 |
| 4.2 Acerca da análise e discussão dos dados da pesquisa..... | 108 |
| 4.3 A análise das entrevistas | 110 |
| 4.3.1 Memória sobre Dom Freire | 110 |
| 4.3.2 Organização do Bispado..... | 117 |
| 4.3.3 Protagonismo Episcopal | 128 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 142 |
| REFERÊNCIAS | 147 |

1 INTRODUÇÃO

Não existirá um porvir verdadeiro para humanidade e não existirá um verdadeiro progresso, se o futuro não tiver um 'coração antigo', isto é, se o futuro não se basear na memória do passado (Distante, 1998, p. 84).

Da vida em sociedade provém as práticas cotidianas, nas quais a interação de diferentes grupos sociais desdobra-se em conhecimentos em benefício de toda a coletividade. O passado muitas vezes constitui-se em substrato para o presente vigente. As vivências individuais contribuem para a construção da história, são experiências únicas na reconstrução de fatos pretéritos que não ignoram a relação entre memórias individuais e coletivas. Quanto à história oral empreendida, esta procura externar as formas ou os modos utilizados pelas pessoas a respeito de experiências, que se apresentam como uma rica fonte de informações passíveis de interpretações, sujeitas à análise para a compreensão dos fatos pretéritos.

No contexto do episcopado de Dom José Freire de Oliveira Neto, a Diocese de Santa Luzia de Mossoró foi palco de uma atuação significativa de leigos. Dom José Freire, um homem de profunda espiritualidade e sensibilidade pastoral, reconheceu desde o início de seu episcopado a necessidade de adaptar as orientações do Vaticano II à realidade local. Adotou a postura de valorizar a autonomia e o compromisso dos leigos nas diversas áreas da vida eclesial: nas comunidades, nos movimentos e nas pastorais.

O foco de Dom José Freire estava em promover a conscientização dos leigos sobre sua identidade e sua missão como cristãos, sem que deixasse de reforçar a ideia de que a Igreja não era apenas um lugar de culto, mas uma comunidade que deveria viver sua fé em todos os aspectos da vida cotidiana. Esse protagonismo foi consolidado por meio de uma série de ações de envolvimento de leigos nas tomadas de decisões pastorais, na organização de atividades litúrgicas, bem como na execução de projetos sociais e comunitários.

A valorização do protagonismo dos leigos no episcopado de Dom José Freire de Oliveira Neto tem implicações importantes para as Ciências da Religião¹. Ao estudarmos esse período, percebemos uma clara evidência da mudança de paradigma no que se refere ao papel dos leigos

¹ As Ciências da Religião são estudos interdisciplinares que se veem como uma área de conhecimento em instituições universitárias, sobretudo entre os saberes que investigam as expressões (humanas) das religiões e também sobre os limites e as possibilidades epistemológicas de suas pesquisas. Assim, as Ciências da Religião advêm de um momento importante, que é aquele quando as expressões humanas do sagrado são estudadas como temas de análises e compreensões teóricas no horizonte das Ciências Humanas – mas, nunca rejeitando a interdisciplinaridade e a cooperação científica, inclusive com as outras grandes áreas do conhecimento (Moraes Júnior, 2015, p. 81).

na Igreja e na sociedade, o que amplia as fronteiras de pesquisa sobre essa temática. Haja vista que o movimento de participação leiga tenha sido uma resposta direta à necessidade de um novo entendimento da Igreja, a qual deveria estar mais próxima das realidades e promover desafios na contemporaneidade. No Brasil, especialmente, porque esteve naquela época marcado por profundas desigualdades sociais e perante desafios de ordem política.

As Ciências da Religião, enquanto campo de estudo interdisciplinar, exploram as diversas manifestações religiosas humanas, seus símbolos, rituais, crenças e estruturas sociais. No contexto da Igreja Católica, elas desempenham um papel fundamental, pois possibilitam um aprofundamento na compreensão da fé cristã e da prática religiosa, permitindo também uma maior aproximação entre as diversas tradições e interpretações religiosas ao redor do mundo.

A importância das Ciências da Religião para a Igreja Católica se manifesta em vários aspectos. Primeiramente, essas ciências auxiliam na compreensão histórica e teológica das escrituras e dos ensinamentos da Igreja. Ao investigar os contextos históricos, culturais e sociais em que as Escrituras Sagradas foram escritas, os estudiosos podem lançar luz sobre as questões de interpretação que surgem ao longo dos séculos, possibilitando uma leitura mais profunda e fiel dos textos sagrados.

Outro aspecto relevante das Ciências da Religião para a Igreja Católica é a reflexão sobre a religião em suas dimensões socioculturais. O estudo das práticas religiosas e de como a religião se expressa em diferentes culturas pode ajudar a Igreja a adaptar suas mensagens e práticas às necessidades contemporâneas, sem comprometer a fidelidade aos princípios do Evangelho. Esse campo também permite que a Igreja compreenda melhor as questões sociais, políticas e econômicas que afetam as comunidades de fé, como a pobreza, a desigualdade e as questões de direitos humanos.

Em última instância, as Ciências da Religião oferecem à Igreja Católica as ferramentas para uma evangelização mais eficaz e fundamentada, ao proporcionar uma compreensão mais ampla das tradições religiosas, bem como das necessidades e desafios do mundo contemporâneo. Ajudam, ainda, aos católicos a viver sua fé de maneira mais autêntica e engajada, cumprindo a missão de levar o Evangelho a todos os povos e culturas.

Um dos pontos centrais para a renovação da Igreja foi a valorização do protagonismo dos leigos na vida e missão da Instituição, um aspecto que, durante o episcopado de Dom José Freire de Oliveira Neto, entre 1984 e 2004, foi efetivamente integrado e vivido na Diocese de Santa Luzia de Mossoró, no Rio Grande do Norte. O período da liderança diocesana de Dom José Freire se tornou um marco no fortalecimento da participação ativa dos leigos, o que também contribuiu para novas perspectivas e abordagens, especialmente no contexto das

práticas religiosas e sociais no Brasil, cuja temática tem grande relevância também para as Ciências da Religião.

O Concílio Vaticano II, com documentos como *Lumen Gentium* (1964), *Gaudium et Spes* (1965) e *Apostolicam Actuositatem* (1965), foi um divisor de águas para a Igreja Católica. Esses documentos sublinharam a importância da presença ativa dos leigos na missão evangelizadora da Igreja, além de pôr em destaque a dignidade e a vocação no contexto da história da salvação. A visão apresentada pelo Concílio não apenas ampliou a compreensão sobre o papel dos leigos na Igreja, mas também buscou uma maior inculturação² da fé no mundo moderno, com ênfase na colaboração entre clérigos e leigos, na educação religiosa e na transformação da sociedade.

Ao reconhecer a importância dos leigos, o Concílio Vaticano II não só propôs uma Igreja mais inclusiva, mas também estabeleceu maior diálogo com as realidades sociais, políticas e culturais do mundo contemporâneo. A reflexão sobre o papel dos leigos na Igreja e no mundo foi mais aprofundada nas últimas décadas, pois a teologia das “periferias” e a busca por uma “Igreja em saída” são elementos que têm se tornado cada vez mais essenciais na atualidade.

Ao apoiar e impulsionar os leigos para que assumissem um papel ativo na evangelização, Dom José seguiu o espírito do Concílio Vaticano II, promovendo uma Igreja participativa e descentralizada.

O caso da Diocese de Mossoró é uma expressão de como a Teologia da Libertação, unida à pastoral do Concílio Vaticano II, contribui para o fortalecimento de uma Igreja que não apenas prega a fé, mas também se compromete com as causas sociais e as transformações necessárias no mundo moderno. O protagonismo dos leigos, ao ser reconhecido e incentivado por Dom José Freire, representou uma mudança substancial na relação entre a Igreja e seus fiéis, possibilitando uma maior pluralidade e diversidade de iniciativas e práticas dentro das pastorais diocesanas.

O episcopado de Dom José Freire, na Diocese de Mossoró, de 1984 a 2004, exemplifica a concretização do protagonismo dos leigos proposto pelo Concílio Vaticano II. A atuação pastoral de Dom José Freire valorizou a participação ativa dos leigos, teve um impacto significativo tanto na vida da Igreja local quanto na reflexão teológica mais ampla.

Esta tese defende a importância da contribuição, como ela representa, em um campo de pesquisa que não só ilumina o passado, mas também inspira discussões sobre o papel da Igreja

² Toma-se aqui inculturação como “o processo mediante o qual a cultura assimila o evangelho a partir de suas próprias matrizes culturais; só assim se dá uma verdadeira evangelização, como encontro entre determinada cultura e a proposta evangélica” (Boff, 1990, p. 24).

no mundo moderno, reforçando a ideia de uma Igreja mais participativa, missionária e comprometida com a transformação da sociedade, a partir da figura do 5º Bispo da Diocese de Mossoró.

Ao tomar o aporte multidisciplinar de diversas ciências, a fim de proporcionar maior compreensão da cultura brasileira, este trabalho empreendido acerca da figura de Dom José Freire segue a linha de pesquisa no Campo Religioso Brasileiro: Cultura e Sociedade. Baseia-se no pressuposto de que a prática coletiva da religião constitui-se num fenômeno social. Logo, a memória de Dom José Freire, através do protagonismo leigo, serve como um estudo para entender também como a Igreja pôde se transformar e se adaptar a novas realidades, sem perder sua essência evangelizadora.

Além disso, a reflexão sobre o episcopado de Dom José e sua ação na Diocese de Santa Luzia de Mossoró oferece um campo fértil para o debate sobre as práticas e tensões dentro da Igreja contemporânea, onde a busca por maior participação laical e o reconhecimento de sua importância como sujeitos de fé e agentes de mudança social têm ganhado relevância. Sem ignorar a importância para as Ciências da Religião, porque pode resultar em contribuição no entendimento das complexas dinâmicas entre clero e leigos, além de resgatar a memória de figuras eclesiais que contribuíram significativamente para a construção de uma Igreja mais aberta e inclusiva.

Ao rememorar o passado, a memória é o meio que não apenas retém ou preserva esse passado, mas também pode tornar latente um presente bem alicerçado (ainda que às vezes esquecido). E o ser humano é feito de historicidade, cuja vida particular mantém uma estreita ligação com o ambiente social e nessa relação se dá a formação pessoal e integral de cada indivíduo. Logo, cada pessoa tem um papel dentro da sociedade, em razão de sua função e do exercício social que ela desenvolve ao longo de sua trajetória de vida.

A formação da pessoa humana fala muito sobre a questão de sua própria identidade, seu modo de ver a vida e de conceber as questões fundamentais para a convivência em sociedade. Nessa linha de pensamento, pode-se dizer que Dom José Freire de Oliveira Neto possui uma história tanto familiar, quanto comunitária, as quais não se desvinculam de sua vida ministerial junto à Diocese de Santa Luzia de Mossoró.

A presente tese tem por objetivo geral resgatar a memória histórica do Pastor Dom José Freire, a partir de entrevistas e testemunhos de algumas pessoas publicados em jornais locais (quando noticiado o falecimento do Bispo Emérito de Mossoró), entre 10 e 12 de janeiro de 2012. Então, esta pesquisa se desenvolve com a metodologia norteadora denominada Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, voltada à análise dos dados obtidos. Dentre as técnicas de

Análise de Conteúdo, concebidas pela autora, a Análise Categral é a que interessa a este estudo.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem de natureza qualitativa, de cunho descritivo e explicativo, e com base em análise documental que geram análises críticas a fim de se obter melhor compreensão do fenômeno cogitado. De acordo com as fontes de informação, a referida pesquisa tem cunho bibliográfico porque há a contribuição de diferentes autores que tratam do tema investigado. Tomamos por *corpus* os testemunhos históricos de pessoas que vivenciaram o pastoreio de Dom Freire. Na persecução do objetivo proposto, coletamos os dados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas junto a 24 pessoas, entre familiares, leigos, religiosas e sacerdotes.

Lançando mão sobre o estudo da memória coletiva, empreendido por Halbwachs (2006), e de outros teóricos que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, tais como Bosi (1994, 2003), Cavalcanti (1992), Matos (2002, 2011), Hoornaert (1984), rememorar a figura de Dom José Freire consiste num processo de relembrar um sujeito histórico que marcou a própria história da Diocese de Mossoró, cuja evocação das lembranças dos entrevistados, ou das pessoas que se manifestaram em algumas reportagens de jornais locais, dão sustentação à construção da memória histórica desse Pastor. Além dos dados provenientes dos relatos históricos obtidos, o acervo histórico apresentado neste trabalho mostra-se relevante não apenas para a preservação da memória do referido bispo, mas ainda para o legado de Dom José Freire, haja vista que as lembranças evocadas pelos entrevistados se mostraram incisivas, visando à clareza do passado rememorado e ampliando horizontes para melhor compreensão das memórias individuais que, entrelaçadas com a memória coletiva, dão suporte para a constituição da memória histórica de Dom José Freire.

Esta tese está estruturada em cinco partes, sendo esta a primeira seção, na qual nos propomos a apresentar o tema desenvolvido, os meios empregados na análise, bem como a maneira como o trabalho se apresenta, ou seja, a organização geral.

Na segunda parte, preocupamo-nos em mostrar um breve panorama da Igreja no Brasil, desde o período colonial português até o período republicano, tendo por objetivo situar o contexto da ereção da Catedral de Mossoró. Ademais, contextualizamos o período dos bispos dessa cidade, para situarmos a figura do sacerdote José Freire e sua atuação junto ao Seminário Santa Terezinha.

Na terceira parte, durante o exercício como bispo eleito, destacamos a condução no pastoreio na Diocese de Santa Luzia de Mossoró, a memória do Pastor José Freire, a estrutura

de seu episcopado, seu protagonismo ao longo desse período e a construção de sua memória histórica.

A quarta parte, norteadada pelo objetivo de investigar a percepção dos entrevistados (e submeter os dados à análise) e dos relatos encontrados em reportagens de jornais locais acerca da pessoa de Dom José Freire, propomos a Análise de Conteúdo dos dados encontrados. Para isso, apresentamos três categorias temáticas, quais sejam: Memória sobre Dom José Freire, Organização do Bispado e Protagonismo Episcopal.

Por fim, além dos dados provenientes dos relatos históricos obtidos, o acervo histórico apresentado que se mostra relevante para o resgate da memória e do legado de Dom José Freire, a evocação das lembranças dos entrevistados, ou das pessoas que se manifestaram em algumas reportagens de jornais locais, dão sustentação à construção da memória histórica do Pastor e, durante o processo de relembrar o sujeito histórico do referido sacerdote, as memórias individuais marcam a própria história da Diocese de Mossoró.

2 OS PRIMÓRDIOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA IGREJA NO BRASIL E A DIOCESE DE MOSSORÓ

Assim aconteceu com os franceses. [...] Nesta época não falavam em permanecer aqui, apenas contentavam em visitar-nos uma vez por ano, permanecendo entre nós por quatro ou cinco luas. Agora já falam em ficar aqui e em construir fortalezas, para defender-nos de nossos inimigos. Para isso, trouxeram um morubixaba [comandante] e vários paí [padres].

Em verdade estamos satisfeitos com vocês, mas os peró [portugueses] fizeram o mesmo (D'abbeville, 1975, p. 115).

Ainda que cada época apresente, muitas vezes, realidades distintas, em que suas ações e representações simbólicas se traduzam em valores importantes para a existência da sociedade organizada, as realizações nem sempre resultam em benefícios a todos os membros da sociedade. Em sua complexidade, o ambiente social é, para o convívio de todos, um mundo simbólico arquitetado a partir do esforço da coletividade, cuja persecução deve ser de uma convivência saudável e de respeito à dignidade da pessoa humana.

Além dessa capacidade natural de sociabilidade das pessoas – de permanente aprendizado a partir das relações estabelecidas entre todos – tornou-se possível a vida comunitária com reservas de liberdades, em que comportamentos e normas são estabelecidos com o fim de controlar os impulsos ou os excessos dos membros sociais. A pluralidade de manifestações resulta num constructo coletivo organizado em valores para atender aos anseios ou às necessidades da vida gregária. O ser humano encontra, pois, meios aceitáveis para a coexistência de diferentes grupos sociais, haja vista sua faculdade de compreender a própria realidade.

As interações cotidianas se dão em valores idealizados, os quais sedimentam a vida em sociedade a partir das representações voltadas à interação entre todos no espaço sociocultural. Durante esse processo, sem interrupção, dão-se as reavaliações de valores, de produções que atendem às necessidades das pessoas. São bens, provenientes de diferentes saberes, que resultam em um patrimônio social, um acúmulo de conhecimentos, ou seja, o legado que é transmitido às gerações futuras. E todos os atores dessa sociedade constituída tomam parte nessa produção cultural em proveito de suas próprias necessidades. Enfim, conforme Nóbrega (1972, p. 15): “A cultura é o mundo das realizações humanas, de tudo quanto o homem cria e produz no sentido de adaptar a natureza à satisfação de suas necessidades vitais”. Um

conhecimento produzido socialmente que pode trazer benefícios a toda a coletividade, dando-lhes condições de melhorar a convivência e a qualidade de vida dos envolvidos.

Durante o processo de assimilação cultural, advêm as instituições sociais que visam a determinados fins. “Por sermos associativos, desenvolvemos formas societárias duradouras e significativas para abrigar a convivência” (Araújo, 2000, p. 124). Daí a socialização como um processo de aprendizado permanente, cujos atores sociais são condicionados por aspectos culturais que os impelem a comportamentos de acordo com as condições e os interesses particulares. A convivência humana leva a que sejam concebidas formas de agrupamentos sociais, cujos vínculos são estabelecidos pelas afinidades entre os membros da agremiação.

A partir de tais considerações, é imprescindível um olhar sobre o papel de uma das mais articuladas instituições que sempre exerceu forte influência na sociedade brasileira, bem como na própria formação da nação brasileira, a Igreja Católica Apostólica Romana, que consiste em “uma reunião de pessoas, ligadas entre si pela confissão da mesma fé cristã e pela participação nos mesmos sacramentos, sob a direção dos legítimos Pastores, os Bispos, sobretudo do Vigário de Cristo na terra, o Papa de Roma” (Arns, 1985, p. 14), o qual é o governante espiritual dos católicos.

Sendo a Igreja Católica Apostólica Romana (de agora em diante denominada Igreja) uma entidade ou movimento intramundano, pois ela existe e atua na realidade social, sua história não se desvincula dos aspectos culturais, econômicos e políticos, independente da época e o lugar retratados. Essa instituição que abarca condutas, ritos e prescrições em torno de valores considerados indispensáveis para a existência humana realmente não encontra distância da realidade concreta porque também atua junto às sociedades, seja no contexto sociopolítico ou econômico-cultural. Nesse sentido, é importante considerar o apontamento de Haight (2012, p. 57): “Enquanto comunidade empírica e humana, a igreja não pode ser imaginada como sendo imune às ‘leis’ e às vicissitudes da existência histórica; e o estudo da igreja não pode prescindir delas e as requer para entender a igreja como realmente é”.

A Igreja é composta de pessoas e, conseqüentemente, envolta em uma tradição de práticas sociais as quais são impulsionadas por valores e ideais ao longo de diferentes períodos históricos, sob aspectos culturais diversos. Incontestavelmente, ao lado da realidade teológica, encontram-se as eventualidades humanas que se desdobraram ao longo da trajetória histórica dos mais variados povos. Evidentes confrontos políticos existiram (e são ainda realidade) entre a Instituição e os diferentes Estados, em que leigos e religiosos despenderam esforços, protagonizaram ações diversas em movimentos sociais.

Além disso, não devemos olvidar das contradições ocorridas em seu próprio espaço de atuação, pois esse aspecto também importa para a própria história da Instituição. A despeito dessa configuração da Igreja em que multifacetadas imagens se apresentam, segundo suas esferas de atuação, ela ainda é aquela “associação moral e segura de muitas pessoas, para realizarem uma finalidade pela ação comum” (Arns, 1985, p. 14). Logo, a consciência histórica não se exime das diferenças ao se professar a crença, nem das querelas entre os cristãos.

Quanto à consciência histórica sobre a Igreja Católica no Brasil, faz-se necessário percorrer seu itinerário sócio-histórico através de apontamentos que se atenham a fatos históricos relevantes, a fim de tornar mais nítida a realidade em que se deu a própria história da instituição eclesial no território brasileiro: sua origem e desenvolvimento. Ademais, em que pese a existência de entendimentos diversos acerca do papel da Igreja, os quais se mostrem em desacordo com a cronologia, ou seja, muitas vezes os contextos (de usos e costumes) das épocas retratadas sejam apresentados a partir de uma abordagem histórica alheia a essas realidades, há de prevalecer a compreensão de uma consciência histórica não vinculada exclusivamente a parâmetros do presente vigente.

À época da submissão dos povos existentes nas terras ameríndias e da colonização engendrada pelos portugueses no amplo território, a Igreja era parte integrante do grande empreendimento na construção do maior império no ocidente:

O império colonial português resultou, basicamente, da união de esforços e capitais da Coroa, dos comerciantes e da Igreja Católica. Os três grupos tinham interesse econômico no empreendimento, pois esperavam lucrar com o comércio decorrente das navegações e conquistas. A monarquia, além disso, desejava ampliar o poder do estado, com a anexação de novas terras e povos. E a Igreja esperava evangelizar pagãos e infiéis. As conquistas ajudavam a financiar novas viagens, nas quais se investiam os recursos obtidos nas terras conquistadas, como escravos, pimenta e ouro (Amado; Figueiredo, 1999, p. 10).

Quando os portugueses se apoderaram das ameríndias, eles já detinham um legado comercial com as viagens marítimas, as expedições guerreiras de combate contra seus principais inimigos – os mulçumanos. Com uma estrutura política consolidada, foi transplantado o modelo colonial português, afinado ao ideal expansionista do sistema mundial capitalista. O grandiloquente projeto colonial português, a priori, já alterou totalmente a vida dos nativos com a usurpação de suas terras e exploração de sua força de trabalho. A transplantação de uma sociedade estratificada e hierarquizada pelos colonizadores lusos tinha sustentáculo em sua visão etnocêntrica “que nascia da imagem muito positiva a respeito da

própria religião, civilização e etnia, e do desprezo ou ódio pelos povos não cristãos e não europeus” (Amado; Figueiredo, 1999, p. 111).

Instigados pela cobiça e ávidos por grandes lucros, os envolvidos na empresa colonizadora chegavam ao novo mundo impulsionados tanto por motivos religiosos, quanto econômicos. Segundo Matos (2011, p. 47), embora o ‘projeto colonial’ se apresente como uma ‘obra divina’, visando à ‘conversão dos gentios’ através da ação missionária, “a religião, na maioria das vezes, era utilizada para dar ao ‘projeto colonial’ uma legitimação de caráter sacral”, em cujo centro se encontrava a empresa comercial.

Ademais, não se desvincula a evangelização do empreendimento colonizador, pois a visão da época consistia na junção da Igreja e do Estado, cuja ideologia etnocêntrica – suposta hegemonia de um grupo em detrimento da inferioridade dos demais povos –, procurava incutir a ideia de submissão a fim de que fossem introduzidos na órbita salvífica do cristianismo (*orbis christianus*). Essa imagem cristã medieval do mundo, em que todas as pessoas eram compelidas a seguir, traduzia-se na crença de que a Igreja Católica era a própria representação de Deus na terra, e todos deviam reconhecer e adorar a Ele:

A verdade absoluta, eis o princípio e o fim do ‘orbis christianus’. Papa e reis tinham por missão precípua tira-lhes os óbices, estender e sustentar a fé, fazer reinar a graça de Deus. A verdade se opõe por títulos próprios: não há por onde discuti-lo. Era determinação divina que aqueles, a quem deputara como chefes, cumprissem com a unidade da fé, com sua universalidade. A fé era a verdade, a adesão à verdade: importava, pois, trazer todos a ela. Ela era a ordem instituída por Deus. Fora dela tudo o mais era aberração, anomia, injúria (Paiva, 1982, p. 22).

A vida na época colonial esteve regulada por essa dimensão religiosa, cuja divulgação da fé nunca se desviou da mentalidade de promover guerras em defesa dessa fé. Prevaleceram os interesses mercantis em detrimento da população nativa, das culturas diversificadas, da cosmovisão dos diferentes indígenas. Muitos foram os conflitos advindos da imposição da nova ordem social, pois não havia espaço para a voz dos colonizados nem para apelos humanitários. Além da exploração, o ordenamento social vigente se pautava na ideia de superioridade de um grupo privilegiado e na inferioridade de povos alvejados pela dominação e submissão. E nessa sociedade estratificada e hierarquizada, tão marcada pelas desigualdades e injustiças sociais, figuras ilustres também não se eximiam de comportamentos excludentes: “não raras vezes, representantes da própria Igreja foram coniventes com a marginalização e gradativa eliminação da população nativa” (Matos, 2011a, p. 62).

Com a obra implantada da colonização, coube ao jesuíta – membro da Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada em 1534 por Inácio de Loyola – a missão evangelizadora, a quem não competia questionar a estrutura da sociedade instituída: “nos fundamentos teológicos e jurídicos do *orbis christianus* eram considerados dogmáticos” (Paiva, 1982, p. 39). Estavam, pois, comprometidos em restabelecer os bons costumes entre os já cristãos e converter os nativos do Novo Mundo, princípios de orientação à ação jesuítica naquela época, segundo Padre Manuel da Nóbrega.

Junto aos nativos, os religiosos arrebanharam muitos dos indígenas em aldeias jesuíticas a fim de levar até eles a fé católica. Para isso, os missionários se utilizaram da catequese para lhes inculcar não apenas a fé, mas também explorar atividades econômicas em benefício das missões daqueles catequizadores.

Com o passar do tempo, iniciou-se um conflito entre os jesuítas, que queriam manter os indígenas nas missões para que se tornassem católicos; e os colonos, que queriam utilizar os indígenas como mão de obra escravizada. Por quase um século, os jesuítas se ausentaram do Brasil por determinação real, retornando ao nosso país no século XIX e se mantendo até hoje.

Desse modo, essa breve contextualização se faz pertinente porque introduz o papel de uma das mais articuladas instituições – a Igreja – que não só influenciou o tipo de sociedade, mas também contribuiu na formação do tipo de sociedade que o Brasil adotou. Ademais, conhecer as interações cotidianas, aspectos culturais da época, bem como valores e ideais que marcaram o desenvolvimento do ordenamento social brasileiro, além de fatos importantes ao longo do processo de instituição eclesiástica no País, visam a maior compreensão do fenômeno estudado.

2.1 Da igreja colonial portuguesa ao regime republicano brasileiro e a criação de dioceses

Desde quando chegaram os navegantes portugueses ao Brasil, a religião católica já se fez realidade através dos missionários. Com a colonização, tendo a Igreja atrelada ao poder monárquico, a religião oficial foi o catolicismo adotado pela Coroa Lusitana. Portugal assenhoreou-se das terras ameríndias após as investidas de outros países em se apossar de parte do extenso território. As feitorias já não mais eram suficientes para inibir os ataques de piratas que cobiçavam a comercialização da madeira pau-brasil – da qual se extraía o corante muito empregado, na época, em tintura de tecidos e pintura de miniaturas manuscritas. A exploração

do pau-brasil, única riqueza até então conhecida, contava apenas com as primeiras fortificações ao longo do litoral, geralmente fixadas em ilhas ou enseadas com fácil acesso às embarcações.

Despertado o interesse de outras nações pela comercialização do pau tintorial, a Coroa portuguesa decretou o monopólio comercial dessa madeira, após promover expedições guarda-costas para fundar entrepostos fortificados, sem que conseguisse tolher as constantes piratarias e tentativas de invasões de estrangeiros. Em 1534, o rei D. João III implanta no Brasil o sistema administrativo já adotado nas ilhas do Atlântico: o sistema das capitanias hereditárias.

Como províncias do reino, os lotes de terra eram entregues a donatários – pessoas da nova classe social composta por comerciantes e funcionários experientes em administração colonial. Segundo Azevedo (1999, p. 87):

A intensão monárquica ao assim proceder, a exemplo do que iria ocorrer com as capitanias brasileiras, era atrair pessoas para explorar as conquistas portuguesas feitas além-mar. Isso porque Portugal precisava de capitais suficientes para novos investimentos, o que desde logo ficou demonstrado com a participação de recursos estrangeiros nas primeiras expedições marítimas.

Todavia, esse empreendimento não foi tão proveitoso, pois 6 dos 15 donatários nunca vieram à Colônia, apesar dos privilégios e das regalias do soberano. Abandonada a barganha comercial de troca de armas e utensílios de metal em troca de mão de obra, intensificou-se a escravização dos nativos de forma indiscriminada e violenta, quando muitos não eram dizimados, simplesmente. Nesse quadro degradante de extermínio deliberado, arbitrariedades colonialistas, de mão de obra escrava e semisservil, “a catequese desempenha papel fundamental para a integração do índio na empresa colonial portuguesa, oscilando entre esta tarefa e a luta pela liberdade do índio” (Arns, 1985, p. 123). Assim, não vingou o sistema de capitanias em terras ameríndias. Somente as capitanias de São Vicente e de Pernambuco se destacaram, sobretudo na produção açucareira. Diante de tantas dificuldades, tais como a resistência dos nativos e as invasões estrangeiras, deu-se o desinteresse de muitos dirigentes.

Em 1549, o rei português adota o sistema administrativo Governo Geral, “uma estrutura administrativa centralizadora e complexa que incluía o cargo de governador-geral e uma hierarquia de funcionários e magistrados diretamente dependentes do rei” (Amado; Figueiredo, 1999, p. 105). Dentre os funcionários a serviço da Coroa, desembarcaram os primeiros “missionários reais”, em 27 de março de 1549: quatro sacerdotes e dois irmãos leigos.

Ainda que tenham sido os primeiros missionários oficiais da Coroa, antes dos inacianos, outros religiosos estiveram no território brasileiro:

Antes da chegada dos jesuítas, há notícias sobre a presença de *franciscanos* em terras hoje brasileiras. Já conhecemos os frades menores que acompanharam a frota cabralina, em 1500, entre os quais estava frei Henrique de Coimbra, que celebrou a primeira missa no Brasil (26-4-1500) (Rubert, 1981, p. 232, grifo do autor).

Há também conhecimento sobre o sacerdote português Francisco de Lemos e o sacerdote espanhol Francisco Garcia que estiveram na costa catarinense, por volta de 1526. Regidos pela visão cristã predominante da época, não só os religiosos, mas todos os membros da sociedade viam-se guiados pela fé, haja vista ser esta instituída por Deus: “Nada havia que não pertencesse à esfera do sagrado, tal como era compreendido. Esta era a visão de mundo cristão. Este era o *serviço* que as pessoas faziam: serviço de Deus, serviço do Rei” (Paiva, 2000, p. 1, grifo do autor). Diante da realidade adversa apresentada pelos indígenas da Colônia, via-se, pois, necessária a cristianização daqueles infiéis (que ainda não conheciam a Palavra da salvação).

Segundo Boff (1994, p. 23), “a Igreja se faz presente no mundo mediante um pacto com o Estado, que prove todas as necessidades da Igreja e garante seu funcionamento. Trata-se da relação entre hierarquias, a civil com a religiosa”. Sob o comando do Papa e do Rei, deu-se a extensão da fé nas terras ameríndias. E a organização da Igreja no Brasil, conforme o compromisso firmado entre a Santa Sé e a Coroa portuguesa, ajustava-se ao Padroado:

Uma prerrogativa da Coroa portuguesa baseada no fato de o rei ser grão-mestre de três tradicionais ordens militares e religiosas de Portugal: a de Cristo (a mais importante), a de São Tiago da Espada e a de São Bento, a partir de 1551. A Ordem de Cristo era herdeira da dos Templários e gozava de grande influência. O direito de padroado foi cedido pelo papa ao rei português com a incumbência de promover a organização da Igreja nas terras “descobertas”, de sorte que foi por intermédio deste Padroado que a expansão do catolicismo no Brasil foi financiada (Hornaert, 1984, p. 232, grifo do autor).

Diretamente vinculados aos interesses políticos, sociais e econômicos, os objetivos religiosos consistiam em compromisso de sustentação das obras da Igreja na pessoa do rei. Tanto que os assuntos pertinentes tinham um departamento de administração civil, criado em 1532: Mesa de Consciência e Ordens. À Coroa, cabia determinar o número de missionários e suas respectivas localidades, bem como usufruir dos dízimos eclesiásticos para o financiamento da classe clerical. Todavia, “a realidade é que, frequentemente, os dízimos eram desviados de

sua finalidade religiosa, sendo o povo com isso duplamente prejudicado” (Matos, 2011a, p. 106).

À exceção das matérias relacionadas aos dogmas da Instituição, tocava ao monarca promover, transferir ou afastar eclesiásticos, decidir acerca de conflitos em suas jurisdições. Além de pagar as cômputas régias, competia ainda à monarquia a arrecadação dos dízimos, o controle da vinda de religiosos para a Colônia, a escolha de bispos, a criação de paróquias, dentre tantas outras coisas.

Durante essa aliança entre Estado e a Santa Sé (cuja relação visa tanto aos interesses da Igreja quanto aos da expansão da Coroa lusitana) deu-se o fortalecimento do rei, em prejuízo do significado primeiro do padroado em se favorecer da catequese e da implantação da Igreja nas terras além-mar. Segundo Matos (2011, p. 107), o Padroado Real degenerou-se e “contribuiu para o surgimento de uma *mentalidade de conformismo e acomodação* entre pastores e fiéis”.

Por fim, o regime do padroado criou no Brasil uma *cultura de favores* por parte dos ‘grandes’, em detrimento da luta pelos legítimos direitos dos indivíduos e grupos sociais. Efetivamente, na cristandade colonial toda a sociedade era estruturada na base de ‘privilégios’ e ‘compadrio’. Os senhores recebiam títulos e terras ‘por mercê’ do monarca, e os escravos, por sua vez, esperavam melhor tratamento – e até alforria – da benevolência de seus donos. Ascender nos graus sociais não era visto, na época, como um direito ‘a ser conquistado’, mas um privilégio ‘a ser concedido’ daquele que ‘está por cima’! (Matos, 2011a, p. 109-110, grifo do autor).

Diferente do início da colonização, a nomeação eclesiástica, a distribuição de missionários, as iniciativas pastorais estiveram aquém das reais necessidades. Enfim, “as dioceses, prelazias e paróquias ficaram vacantes por grandes lapsos de tempo, pois a Coroa portuguesa só mostrava interesse na função episcopal e sacerdotal à medida que estas estavam ao seu serviço” (Hoornaert, 1984, p. 232).

Com o advento da expulsão dos jesuítas, a situação agravou-se. As reformas promovidas pelo Ministro do rei José – Marquês de Pombal – atingiram os membros do clero, oficiais e pessoas da nobreza: privilégios foram diminuídos. Naquela oportunidade, os inicianos detinham a força católica em Portugal em virtude de seu conhecido método de ensino. Nesse quadro de interação de poderes da época, vigorava a política adotada por Pombal que defendia a concentração de todos os poderes nas mãos do rei.

Com o advento da Proclamação da Independência, a nova realidade não trouxe grandes benefícios para as condições de vida das classes dominadas e excluídas do direito de cidadania.

Para a classe dirigente, permaneceram a estrutura socioeconômica sustentada na concentração de terras nas mãos das classes dominantes, o sistema de monocultura, sociedade estratificada e escravocrata, além do arraigado preconceito racial contra as vítimas históricas das práticas discriminatórias. Segundo Arns (1985, p. 125-126):

A independência não altera a estrutura escravocrata da sociedade e, em termos de igreja, situa-se num longo ciclo de decadência das origens das ordens religiosas, que se inicia na segunda metade do século XVIII, agravado pela expulsão dos jesuítas e pela política pombalina que forçou a separação de todas as ordens da obediência a superiores religiosos fora de Portugal.

Todavia, a Igreja não se desligou do Estado, permaneceu junto a ele no regime *regalismo*³ — assim denominado por se tratar de uma reedição do velho sistema de padroado colonial. Compete ainda à autoridade estatal a nomeação de bispos, a sustentação do clero, bem como guiar os estudos nos seminários. E se torna manifesta a presença do clero em movimentos, através de vários segmentos, de pró-independência. Membros da Igreja tiveram participação ativa ao lado da elite conservadora, ou seja, a aristocracia agrária brasileira que temia a perda de seus privilégios com a independência da ex-colônia portuguesa.

Adotada a forma monárquica de organização política (sob a influência das tendências em voga na Europa) e, “levando em consideração esse contexto histórico, a continuidade da monarquia de ‘tradição católica’ no Brasil é aplaudida pelas forças conservadoras da Europa e pelo Papa” (Matos, 2002, p. 22). Apenas em 23 de janeiro de 1826, a Santa Sé apresenta seu veredito à independência da nova nação nos Trópicos e, em 15 de abril, pela Breve “*Quam intima*”, Leão XII reconhece o Imperador do Brasil e promete bispos para as dioceses vacantes, desde que sejam apresentados “*candidatos dignos*”. Após um ano e meio de negociações, é lavrada a Concordata de 1827: o acordo entre a Santa Sé e o Brasil de reconhecimento da Independência, concessão de uma nunciatura de primeira classe e uma Bula em que é transferido ao governo do Brasil os direitos do padroado régio, equiparando os integrantes do clero secular ao funcionalismo público.

³ Movimento transformado em doutrina, através da qual se caracterizava o relacionamento entre o Estado e a Igreja no tocante aos direitos de ambos. O *regalismo* procurava definir as prerrogativas do rei que, segundo os formuladores e defensores da doutrina, possuía regalias (donde o termo) à pessoa e ao exercício do cargo. Já desde o século XIII as regalias haviam se incorporados aos direitos da monarquia francesa, encontrando logo firme oposição do papado. No decorrer dos séculos seguintes, principalmente entre os séculos XVI e XVIII, uma série de assuntos constituiu matéria de permanente conflito envolvendo o poder secular e o espiritual, entre os quais o patronato e o direito de soberanos aprovarem ou não decisões da Igreja (*placet*) (Azevedo, 1999, p. 386, grifo do autor).

Na Carta Magna Imperial, a Igreja é tratada como um departamento de administração civil. Junto com parte do funcionalismo, o clero é engessado. Há interferências estatais nas atividades pastorais. Embora o catolicismo fosse visto como um elemento de coesão e aglutinação junto à população brasileira, em muito a Igreja foi influenciada pelas tensões correntes e conflitos sociopolíticos. De acordo com Lustosa (1985, p. 25): “Controlada pela autoridade temporal, a Igreja se ressentiria, logicamente, de sua condição de *serva do Estado*, em todos os planos de sua vida interna e, particularmente, no cumprimento de sua tarefa evangelizadora”.

Além das dificuldades, da situação de dependência da Igreja e das intervenções em seus quadros institucionais, após a independência política do Brasil, a Instituição vê-se imersa em crise. A partir de ideias iluministas, florescem dois movimentos sociopolíticos com participantes eclesiais: *movimento liberal* – representado sobretudo pelo clero paulista; *nacionalista e regalista* – que tendia à formação de uma Igreja Nacional, cujo maior representante era o Padre Diogo Antônio Feijó. Embora fosse um grupo numericamente menor, o clero liberal que visava adequar a Igreja no Brasil à realidade nacional era composto de padres e religiosos atuantes na política; faziam parte de cerca de um quarto dos cem deputados na Assembleia de 1823.

Do outro lado, encontrava-se o movimento conservador e ultramontano que atuou de forma moderada até meados do século XIX. Este almejava maior aproximação com Roma e defendia uma Igreja centralizada, junto com questões disciplinares e doutrinárias. Entre seus representantes, D. Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, lidera um grupo de bispos e “empreende a reforma do clero, afastando-o da política e da sociedade, para concentrá-lo na missão religiosa, compreendida como a esfera do espiritual e do sacramental” (Arns, 1985, p. 126).

Defendendo um ideário nacionalista, o clero liberal exercia um poder sociopolítico expressivo e pretendia um reformismo eclesial que conservasse sintonia não só com a realidade nacional, mas que também considerasse os interesses do Brasil. Assim, esse foi o grupo expoente no Primeiro Império, enquanto no Segundo Império destacou-se o movimento reformador episcopal, marcadamente romanizante no sentido de guiar-se pelas diretrizes da Santa Sé. Segundo considerações de Azzi (1992, p. 188):

Sustentados pela autoridade papal, os bispos sentem crescer seu poder espiritual e preocupam-se em reafirmar sua autoridade junto ao Imperador. Já não se consideram simples funcionários eclesiais, a serviço do governo,

como no período anterior, mas sim detentores de missão específica na condução dos destinos da Igreja no Brasil.

Distantes do nacionalismo e dotados de contraofensivas às tendências liberais, os ultramontanos entram em contenda com a emergente elite liberal, resultando no conflito entre o Estado negligente em suas prerrogativas e a Igreja, cujo fim foi a separação entre Igreja e Estado, em 1890. Nesse ínterim, cabe ressaltar os movimentos pela abolição dos escravos que, para alguns historiadores, a Igreja brasileira mantém-se, ainda, alheia ou silente acerca daquele contexto social.

Algumas vozes de missionários que se opuseram à escravidão dos negros tiveram registro na época, e até foram alvo de reprimenda ou suspensão por superiores eclesiásticos. Houve defensores do sistema escravocrata, contestando seus opositores e justificando a prática com argumentos sobre as permissões de pontífices e a salvação de almas dos supostos bárbaros sujeitos ao paganismo e à idolatria.

Diferente dos liberais, a Igreja não protagonizou nenhum movimento social em prol da Abolição. Segundo Matos (2002, p. 178), “Na maioria das vezes, preferia uma posição de neutralidade a fim de não se comprometer. Assim, o abolicionismo no Brasil foi antes uma campanha humanitário-social do que religiosa”. Destarte, a luta pelo fim da escravidão contou com o protagonismo dos liberais. Embora alguns eclesiásticos ou leigos simpatizantes da extinção da escravatura tenham se manifestado, tais posicionamentos não se refletiram na campanha abolicionista, a Igreja não se fez presente na luta contra a escravidão. A classe dirigente concebe um projeto de um Brasil europeizado, com o branqueamento da nação a fim de expungir a população negra do País.

Ainda que os primórdios do protestantismo já tenham se dado nas tentativas da época colonial, a presença protestante marcou o período imperial. Não era preponderante o catolicismo entre a minoria detentora de prestígio e de domínio sobre os demais grupos sociais diante da efervescência da imigração. Propalavam-se as ideias liberais e àqueles não católicos era dada a liberdade de culto (desde que fosse em local reservado, sem aparência externa de templo), conforme determinação da Constituição Imperial de 1824. “O catolicismo deixa de ser hegemônico no seio das elites que se tornam livre-pensadoras e positivistas” (Arns, 1985, p. 127).

A fim de eximir-se da política eclesiástica do Império, o episcopado brasileiro seguia cada vez mais a linha ultramontana que preocupava por demais os representantes do governo imperial, os quais já percebiam o enfraquecer do regalismo, através do qual o poder civil exercia

o controle sobre a atuação da Igreja. Esta, por sua vez, não somente antevia as possíveis mudanças, mas também temia a alteração no *status quo* sociopolítico.

Durante a fermentação republicana, os bispos estavam empenhados no movimento reformista, “em termos políticos esses prelados são conservadores, defendendo a legitimidade da monarquia como regime ideal para a Igreja” (Matos, 2002, p. 242). Entretanto, frente à igreja romanizada e antiliberal, a sociedade brasileira transformava-se vertiginosamente. Houve a entrada de milhões de imigrantes no País e, com isso, o aumento demográfico; a expansão da monocultura do café; a modernização com atividades financeiras, o surto da industrialização, o início da comunicação telegráfica. Era a modernização do Estado guiada pela lógica da internacionalização do capitalismo.

Sob o alvo de bastantes críticas, a monarquia é vista com indiferença pelos progressistas, cresce a simpatia pelo ideário republicano, cujo temor dos católicos conservadores justifica-se pela possível ruína clerical:

Plena adesão à propaganda republicana não seria possível da parte do clero em geral e de grande parcela de fiéis, pois em uma visão pouco esclarecida do liberalismo e na constatação de posições radicais assumidas por elementos de proa do republicanismo, sobretudo dos maçons, anteviam, assombrados, o fantasma da separação da Igreja e do estado e os perigos de uma laicização oficial que tanto poderia ser uma porta aberta para o ‘ateísmo social’, como uma última pá de cal em todas as vantagens, privilégios e direitos de que poderiam desfrutar no regime de união, apesar de serem, na prática, esquecidos e postergados (Lustosa, 1975, p. 628).

Tudo isso deveu-se à ascensão tanto dos maçons quanto dos positivistas naquele contexto social vigente. A debilidade do governo imperial somava-se às críticas crescentes que lhe rendiam mais desprestígio dia a dia, enquanto o clero ainda esperava que a catolicíssima Princesa Isabel fosse entronizada para o terceiro Reinado.

Acentuadas as aspirações republicanas, deu-se a queda da monarquia e foi proclamada a República do Brasil, “uma aspiração da parte de um grupo intelectualizado que soube aproveitar-se de diversas circunstâncias e crises que estavam minando as bases da monarquia. O debilitamento do regime, num período em que o exército ganhava cada vez mais prestígio, facilitava a ação dos defensores da República” (Neves, 1999, p. 441). Emergem as oligarquias impulsionadas pela ordem capitalista, são setores comerciais, financeiros e a oligarquia do café, em detrimento daqueles senhores que conheceram a ruína com a abolição da escravatura.

A Igreja perde por toda parte seu poder, com base anteriormente numa delegação implícita dos senhores de escravos que impunham à sua escravaria

a religião católica, fazendo-a batizar e participar, vez por outra, da missa e das festas religiosas. As elites afastam-se rapidamente da Igreja, encontrando no liberalismo, no protestantismo e no positivismo o substituto para a visão de mundo proposta pelo Catolicismo. A franco-maçonaria oferece um quadro social substitutivo para as Irmandades e Ordens Terceiras (Beozzo, 2007, p. 341).

Durante a primeira década republicana, o novo regime viu-se em muitas agitações na Capital Federal. Junto com as imigrações estrangeiras, ocorreu o êxodo para a cidade. Entre tantos efeitos imediatos, destaca-se o contingente de pessoas mal remuneradas, subempregadas e desempregadas, cujas estatísticas criminais recaíam sobre os grupos historicamente marginalizados. A par dessa realidade de condições de vida da massa populacional menos favorecida, repercutiam em todo o território nacional os efeitos da deturpação dos padrões de moral e honestidade pela elite política, o enriquecimento inescrupuloso, a especulação da bolsa, as fraudações, as jogatinas clandestinas.

Tanto contribuía para a instabilidade política da nação a inflação galopante quanto as agitações sociais na Capital e a guerra civil empreendida nos estados do Sul. Essa instabilidade política ia de encontro aos anseios daqueles supostos heróis que implantaram o novo regime: “os militares tinham provado o poder que desde o início da Regência lhes fugira das mãos. Daí em diante julgaram-se donos e salvadores da República, com o direito de intervir assim que lhes parecesse conveniente” (Carvalho, 1987, p. 22). Entretanto, ao final da primeira década, a tensão política perpetuara-se ao longo dos anos, propagavam-se os manifestos, aumentara-se o custo de vida, eclodiam greves e revoltas, aconteciam paralisações públicas, violências e hostilidades eram correntes. O governo mostrava-se incapaz de reverter a insegurança sociopolítica. Sem que existisse coesão entre os próprios militares, de acordo com Carvalho (1987, p. 32) era preciso:

Eliminar, ou pelo menos neutralizar, a influência da capital na política nacional. Isto significa pelo menos duas coisas: tirar os militares do governo e reduzir o nível de participação popular. Os dois fenômenos eram relacionados, pois o grosso do exército e da marinha estava localizado no Rio de Janeiro, e muitos militares de ambas as corporações envolviam-se frequentemente nas agitações políticas, até mesmo em greves operárias. Nas greves, tumultos, revoltas, tentativas de golpes, havia sempre militares ao lado de elementos civis. A Aliança foi mais nítida durante o período jacobino, mas até mesmo em 1904 houve ainda o desenvolvimento paralelo, com intersecções, de uma revolta popular e uma revolta militar. Militares e setores populares não representavam interesses compatíveis com os do grande comércio e da grande agricultura. Porém, por outro lado, não tinham condições de impor um governo que extrapolasse os limites do Distrito Federal.

Diante da situação insustentável, e a fim de encontrar a estabilidade necessária para a política nacional, foi adotada a política das oligarquias estaduais pelo presidente Campos Sales. Tratava-se de uma cooptação de cacifes políticos das unidades nacionais, cuja união de oligarquias dava condições de governabilidade ao executivo federal.

Imersa nessa conjuntura sociopolítica conturbada, e consideradas as mudanças a partir da europeização e da romanização, as quais entram em choque com a realidade nacional de um catolicismo tradicional existente no interior do Brasil, e sobretudo nas camadas populares que reagem ao catolicismo emergente das transformações capitalistas, a Igreja articula-se na busca de espaço na nova realidade sociojurídica do País. Restauraram-se as antigas ordens religiosas, implantadas durante o período colonial e que caíram em ruína no século XIX. Beneditinos, carmelitas, franciscanos e mercedários, tidos por inimigos do Governo porque não eram sujeitos ao pagamento da cômputa, tinham independência financeira. Segundo Matos (2002, p. 196), muitos desses religiosos residiam fora de seus conventos, dispunham de um rico patrimônio e eram servidos por numerosa escravaria.

Impulsionadas pela nova ordem capitalista e regidas pela nova prática romanizada, muitas congregações são introduzidas no Brasil e adotam a pregação e a prática do catolicismo romanizado. O novo corpo eclesial passa a atuar na vida cultural, social e política do País. Não é raro os religiosos transplantarem para a plural sociedade brasileira valores de sua própria cultura.

Dentre as congregações masculinas, os capuchinhos italianos desenvolvem obras de cunho social, visando à integração dos indígenas no seio da sociedade, desde quando foram introduzidos no País pelo Governo Imperial, na primeira metade do século XIX. Quanto aos capuchinhos franceses, já atuavam junto à direção do novo Seminário diocesano de São Paulo. Na penúltima década desse século, os dominicanos se fizeram presentes nas missões populares e na catequese de indígenas, enquanto os salesianos se estabeleceram no Rio de Janeiro e inauguraram em terras fluminenses uma Escola de Artes e Ofícios.

Ainda na primeira metade do século XIX, os missionários lazaristas chegam ao Brasil, inicialmente, vindos de Portugal para, mais tarde, terem a companhia de confrades franceses. Eles se destacaram em missões populares, educação da juventude e na direção de seminários diocesanos. E ao final desse século, os inicianos retornam ao País para as missões populares, bem como para desenvolver trabalho pastoral entre os imigrantes germânicos na região do Rio Grande do Sul.

Quanto à presença de missionárias no Brasil, “é novidade a chegada de uma centena de congregações religiosas femininas voltadas para o campo assistencial (hospitais, asilos e orfanatos) e sobretudo para a educação, no regime de colégios, com internato” (Arns, 1985, p. 128). Segundo Matos (2002), a Ordem de Santa Clara há longa data já introduzira as freiras em território brasileiro (1677). As vicentinas foram as primeiras atuantes na área hospitalar ao se estabelecerem no Brasil em 1849, e destacaram-se também na educação da juventude feminina, além do acolhimento de crianças abandonadas. No mesmo ano em que chegaram ao País (1859), as irmãs de São José de Chambéry inauguraram o colégio de Nossa Senhora do Patrocínio, vindo a criar em pouco tempo um orfanato anexo à instituição (1863). Logo criaram um Externato para filhas de escravos (1865) e assumiram a direção da Santa Casa de Itu (1867). A partir da fundação de um Recolhimento em Iguarassu (1742), em Pernambuco, originou-se a primeira Congregação feminina brasileira, denominada Religiosas do Sagrado Coração de Jesus. As Irmãs Doroteias fundaram o colégio São José em Recife (1866) e deram início ao colégio Santo Antônio no Pará (1877), além de desenvolverem atividades apostólicas no Nordeste e Norte do Brasil. Em 1852, a imigrante austríaca Bárbara Maix fundou o instituto religioso Irmãs do Puríssimo Coração de Maria onde as religiosas atuaram na educação e na Assistência Social, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

Tanto os religiosos católicos quanto os imigrantes protestantes exerceram forte influência na sociedade brasileira porque todos apresentaram padrões culturais diferentes, mas não foi causa de estranhamento àquele contexto social da época. Consistia na reforma religiosa empreendida pela Igreja ou em um desvio do catolicismo por missionários que se encarregavam de propagar suas convicções religiosas.

As transformações sociais emergiram da efervescência republicana, bem como dos efeitos da ordem capitalista da época. Diante dessa nova realidade, a Igreja rearticula-se e passa a interagir com os mais diversos grupos sociais. “Trata-se de uma rearticulação autoritária e reacionária que busca reatar com a sociedade e com a república que afastarão a Igreja das estruturas do estado que se proclamou leigo e sob muitos aspectos anticlerical” (Arns, 1985, p. 130). Há condições de reaproximação oficial da Instituição com o Estado durante os movimentos cultural e tenentista no País. As mudanças socioeconômicas no governo de Artur Bernardes culminam em instabilidade e fortes agitações, tendo a burguesia urbana em luta política reivindicatória, apoiada por uma parcela dos militares.

Com Artur Bernardes, mineiro e católico, na presidência da República, o governo solicita explicitamente a colaboração da Igreja para conter a onda

revolucionária. Vê na instituição eclesiástica um instrumento eficaz para moralizar o país e restabelecer a ordem e a autoridade (Matos, 2011a, p. 52).

Tal cooperação mútua possibilita à Igreja reencontrar seu lugar de destaque na sociedade civil, mostrar seu poder sociopolítico e fortalecer sua estrutura interna. Além do mais, o convite às autoridades eclesiásticas ia ao encontro da restauração do Estado católico. Essa postura adotada pelo episcopado contribuía para a proposta do Papa Pio XI em tornar mais presente e atuante a Igreja na sociedade cada vez mais laicizada⁴.

Diversos segmentos católicos são mobilizados na restauração da ordem cristã, tanto intelectuais quanto as massas populares. Enfim,

a Igreja desejava que o Estado restituísse de uma maneira informal a relação de favorecimento que a separação formal entre Igreja e Estado extinguiu do ponto de vista legal. O Estado, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, seguiu essa oportunidade de negociar alguns privilégios, em troca de sanção religiosa (Mainwaring, 1989, p. 47).

Na garantia de assegurar seu lugar privilegiado no regime republicano, a Igreja se faz orientadora da moral no projeto de organização social e exerce forte influência sobre a nova burguesia. A reafirmação do catolicismo brasileiro deveu-se à força social exercida pela Igreja, à militância combativa, cuja nova aliança com o Estado, na opinião da corporação dos bispos, “salvaria o país do eminente perigo de subversão política e ideológica” (Matos, 2011b, p. 59), dá-se, pois, a reconciliação com a República com a liderança de Dom Leme que, utilizando-se da força emergente da sociedade, assegura privilégios à Igreja a despeito da ruptura com o Estado.

Paralelamente a essa política regeneradora empregada por Dom Leme, afeita ao novo catolicismo romanizado, subsiste o catolicismo tradicional no interior do Brasil e nas camadas populares. Tratava-se de populações pobres e marginalizadas, sobretudo no Nordeste, que opuseram resistência ao catolicismo da Igreja oficial. O catolicismo popular vai de encontro ao catolicismo praticado junto à classe média urbana, no contexto emergente capitalista,

⁴ A laicidade é um princípio fundamental e fundador da República Francesa, que tem como ideal a igualdade na diversidade, o respeito às particularidades e a exclusão dos antagonismos. É concebida como um fator que favorece a construção de uma sociedade livre, que preserva o espaço público de todo esfacelamento. A laicidade une então, de forma indissociável, a liberdade de consciência, fundada sobre a autonomia de cada um, ao princípio de igualdade entre os homens. É então a garantia da liberdade de pensamento do homem-cidadão dentro de uma comunidade política; a garantia da liberdade de espírito e da liberdade do próprio homem (Menasseyre; Christiann, 2003 *apud* Domingos, 2008, p. 160).

europizado e, conseqüentemente, sob forte influência das congregações europeias introduzidas no território nacional.

A Igreja monta toda uma estratégia repressiva em relação ao catolicismo mais popular e de estilo luso-brasileiro, incrustado nas áreas de economia de subsistência ou de refluxo da economia açucareira ou de mineração, nas irmandades, nas capelas rurais, nos santuários, nas festas e devoções populares (Arns, 1985, p. 129).

Contra o menosprezo às mudanças religiosas da Instituição, há resistências à nova prática sacramental, ao culto aos santos trazidos pelas congregações europeias, além da recusa às transformações sociais provenientes do capitalismo emergente. E a Igreja rearticula-se contra o espírito laicista e em busca de reaver junto à sociedade os princípios sacrossantos da ordem e da autoridade. “Dentro dessa perspectiva, quanto mais forte fosse o governo, maiores possibilidades de êxito teria a hierarquia católica em suas aspirações” (Azzi, 1979, p. 84). Logo, a aliança firmada por Dom Leme com o governo Vargas assegurou a forte influência da Igreja na sociedade brasileira, visando à restauração da ordem cristã. Durante os 15 anos de Vargas no poder, o prestígio da Instituição Eclesiástica solidificou-se:

Com a Constituição de 1934 firma-se um novo pacto de colaboração entre a Igreja e o Estado, enquanto as ‘reivindicações católicas’ — ensino religioso facultativo nas escolas públicas, assistência religiosa às Forças Armadas, legislação familiar pautada pelos princípios da Igreja, nome de Deus na Constituição, liberdade sindical – são todas atendidas (Arns, 1985, p. 130-131, grifo do autor).

O governo varguista beneficiou-se com a cooperação da Igreja que firma o catolicismo como religião predominante. Ao aproximar-se da burguesia, a Igreja consolidou sua militância católica junto à vida pública. Quando a Igreja mineira conseguiu a licença para ministrar Ensino Religioso nas escolas da rede estadual (1929), logo essa norma se transformou em lei para todo o País (1931). Nesse mesmo ano, a capital federal contou com a visita da imagem de Nossa Senhora Aparecida – declarada pelo Papa Pio XI como padroeira do Brasil (1930) – e a inauguração do Monumento do Cristo Redentor.

A forte proximidade entre Estado e Igreja, assegurada pela íntima relação de Vargas e Dom Leme, contribuiu positivamente para os fins almejados por ambas as instituições. “Com essa aliança, entretanto, a Igreja tornar-se-ia presa a favores estatais, enfraquecendo consideravelmente seu evangélico potencial profético” (Matos, 2011b, p. 72). Ao final da década, mesmo com a depressão econômica mundial em razão da queda da Bolsa de New York

e do poder da oligarquia do café, o Presidente da República tem firmada aliança tanto com a emergente burguesia industrial quanto com os criadores de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Por sua vez, a Igreja tem seu lugar garantido no ordenamento jurídico institucional do País e o catolicismo apresenta-se como força nacional regeneradora, assegurando a ordem social e política.

Quando Getúlio Vargas desfere o golpe de Estado (1937), a Igreja mantém-se incólume, os setores conservadores apoiam a campanha anticomunista do governo e é promulgada uma constituição nacionalista-autoritária que segue os modelos europeus da época:

O Estado Novo significou, até o fim, a supressão das liberdades fundamentais e a adoção de uma concepção política paternalista, segundo a qual caberia ao Estado definir o que seria melhor para a nação, agindo como árbitro indiscutível das disputas entre trabalhadores e patrões (Arbex Júnior; Senise, 1998, p. 226).

Para tanto, Vargas alega uma possível ameaça à integridade da nação e o pretexto de uma desordem social a fim de aniquilar as forças políticas de oposição. Apesar da onda de violências, repressão e atos truculentos do Governo, a Igreja dava sustentação ideológica à política autoritária varguista. Portanto, o Estado alegava agir em nome do interesse da coletividade e a Igreja, em sua condição privilegiada, utilizava-se das estruturas estatais e obtinha financiamento para suas estruturas sociais e educativas. “Durante o período da ditadura varguista existia um pacto moral entre Igreja e Estado, sendo a posição privilegiada do catolicismo uma concessão do governo autoritário e não mais uma garantia constitucional” (Matos, 2011b, p. 83).

Diante desse quadro apresentado até aqui, que mostra a evolução sócio-histórica da Igreja no Brasil, passa-se a um olhar sobre a organização eclesial no Brasil desde a época colonial, de modo que esse fluxo sócio-histórico possa proporcionar melhor compreensão do contexto histórico em que foi criada a Diocese de Mossoró.

De acordo com Cavalcanti (1992), a criação de um bispado na colônia portuguesa se deu somente em 28 de fevereiro de 1551, pois já apresentava uma população considerável de colonos a qual desvinculou-se da Diocese de Funchal, na Ilha da Madeira. Através da Bula *Super Specula Militantis Eclcsiae* foi criada a Diocese de Salvador da Bahia, cujo primeiro bispo do Brasil, Dom Pedro Fernandes Sardinha, inaugurou o bispado em 1552.

Segundo Hoornaert (1984, p. 12), a Colônia dispôs de apenas uma diocese até 1676, quando em 16 de novembro, com a Bula *Romani Pontificis pastoralis sollicitudo*, passa a existir a Diocese do Rio de Janeiro. Quanto à criação do Bispado de Olinda, deu-se pela Bula *Ad*

Sacram Beati Petri Sedem, em 22 de novembro. Em 30 de agosto de 1677, parte desse território constitui-se na Diocese de São Luís do Maranhão. No século XVIII, foram criadas as dioceses: Pará (1719), Mariana, Goiás e São Paulo (1745). No século seguinte, são criadas as dioceses Cuiabá (1826), Porto Alegre (1848), Diamantina e Ceará (1854), Niterói, Curitiba, Paraíba e Amazonas (1892) e Espírito Santo (1895).

Conforme Matos (2011b, p. 33-34), na mesma ocasião em que o Papa Leão XIII emitiu a Bula *Ad universas orbis ecclesias*, o Brasil foi dividido em duas Províncias Eclesiásticas, uma ao Norte (ou Setentrional, com sede em Salvador) e outra ao Sul (ou Meridional, com sede no Rio de Janeiro), em 27 de abril. Ambas tinham sete bispados sufragâneos, ou seja, eram subordinados ao arcebispo metropolitano.

Mediante a relação entre Igreja e Estado, em diferentes períodos históricos, pode-se perceber o ritmo em que as dioceses evoluíram no Brasil. Ainda na época colonial, a vacância era comum tanto nas dioceses quanto nas prelazias e paróquias, pois os postos vinham a ser ocupados caso fosse do interesse da Coroa portuguesa. Até a Independência do Brasil, existiam 7 dioceses; na Proclamação da República (1889), havia 12 dioceses; até 1895 eram 15 dioceses. Com a liberdade religiosa prevista na Constituição de 1891, outras circunscrições eclesiásticas foram criadas: entre 1901 e 1910, o Brasil contava com 30 dioceses; entre 1911 e 1920, elas chegam a 58. Enfim, contra as 12 dioceses fundadas durante os 300 anos, 46 dioceses foram criadas em 30 anos (Hoornaert, 1984, p. 13).

Quanto ao Estado do Rio Grande do Norte, conforme apontado por Cavalcanti (1992, p. 105), este pertenceu ao Bispado de Pernambuco, do qual foi desmembrado em 1892 e passou a fazer parte do Bispado da Paraíba, cujo primeiro bispo foi Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques. Em 29 de dezembro de 1909, pela Bula *Apostolicam in Singularis*, o Papa Pio X criou a Diocese de Natal que ficou pertencendo à Província Eclesiástica de São Salvador da Bahia. Após 10 meses, houve a nomeação do primeiro bispo, na pessoa de Dom Joaquim Antônio de Almeida, que veio a tomar posse no dia 15 de junho de 1911. Nesse ínterim, a diocese esteve sob a responsabilidade do Administrador Apostólico – o bispo da Paraíba Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques. Quando a Diocese da Paraíba é elevada à arquidiocese, a Diocese de Natal torna-se sufragânea daquela, em 1914. Duas décadas depois, a Diocese de Natal foi desmembrada em duas, sendo a Diocese de Mossoró em 1934 e a Diocese de Caicó em 1939.

Figura 1 – PRO ECCLESiarUM OMMIUN, bula papal de criação da Diocese de Mossoró



Fonte: Diocese [...] (2014).

O Papa Pio XI, através da Bula *Pro Ecclesiarum Ommiun* (Pelas Igrejas do Mundo) cria a Diocese de Mossoró em 28 de julho de 1934, desmembrada da Diocese de Natal e instalada em novembro do mesmo ano, tornando-se a Igreja Matriz de Santa Luzia a sé episcopal.

Desse modo, a criação da Diocese de Mossoró situa-se em um breve panorama da história da Igreja no Brasil, considerando-se a organização da Instituição ao longo de diferentes períodos no País, desde o período colonial ao período republicano. Nesse amplo contexto da história nacional, está o percurso, papel e poder exercidos pela Igreja Católica romana, bem

como seu lugar de destaque na sociedade civil brasileira, seu poder sociopolítico, sua estrutura interna e reestruturação em consequência de transformações sociais.

2.2 Diocese de Mossoró: de sua origem aos dias atuais

Além de parte geográfica da igreja local, a diocese é também o lugar onde moram pessoas dos mais diferentes setores sociais, de todas as profissões, de diversas etnias, pessoas que confessam a fé em outras igrejas, ou religiões, havendo até mesmo algumas que renegam a possibilidade de crer. Entretanto, trata-se de um lugar onde a Igreja se faz presente e atuante, contribuindo de forma direta ou indireta para a vida daqueles que nela estão inseridos. Toda diocese tem uma história que permeia seu contexto de existência, desde a sua fundação e ereção canônica, momento em que se tem autonomia e autoridade próprias, na condição de circunscrição jurídica que faz parte da conferência episcopal regional e nacional, até ser pertencente à autoridade da Igreja de Roma, cujo Sumo Pontífice nomeia o seu administrador, também conhecido como bispo diocesano⁵.

A Igreja Católica é governada por bispos. Todo país onde a Fé está suficientemente estabelecida para que haja organização normal é dividido em áreas, geralmente dependentes de uma cidade convenientemente situada. Essas regiões são chamadas *dioceses*, palavra derivada de um velho nome latino dado às unidades da administração civil romana, que a Igreja adotou. A palavra *bispo* também é derivada do latim, *episcopus*, que significa administrador ou supervisor. A diocese é conhecida como a sé do bispo, e este, como o seu ordinário. Ela quase recebe o nome da cidade onde o bispo tem seu trono ou cátedra, numa igreja de bom tamanho e dignidade, chamada catedral (Luff, 1969, p. 536, grifo do autor).

Quanto à Igreja no Brasil, enquanto esteve sob controle do regime Padroado, em que o Estado exerceu forte influência sobre a administração eclesiástica, foi morosa a multiplicação de paróquias e dioceses. Quando ocorreu a Proclamação da Independência do Brasil, por mais que tivessem crescidos os rebanhos de fiéis no amplo território brasileiro, o clero esteve pressionado pelo poder estatal e manteve-se vinculado a sua política vigente, ou seja, aos desígnios da sociedade estruturada. Apesar da Igreja ter seus conselhos e orientações reverenciados pelo Estado, foi marcada pela dependência da autoridade e da iniciativa deste regalismo predominante.

⁵ “Historicamente, o poder e a autoridade do Papa foram inseridos na organização do Império Romano” (Luff, 1969, p. 513).

Como já tratado anteriormente, após a separação entre Igreja e Estado em 1890, e instituída a liberdade religiosa pela Constituição de 1891, deu-se a restauração da Igreja que logo encontrou seu espaço no regime republicano. Foi dentro dessa reestruturação eclesiástica que foi erigida canonicamente a Diocese de Mossoró. Concretizou-se a sede episcopal para maior utilidade do rebanho abrangente dos municípios de Apodi, Augusto Severo, Areia Branca, Assú, Caraúbas, Luiz Gomes, Patu, Pau dos Ferros, Portalegre e São Miguel. Uma elevação grandiloquente de uma pequena ermida edificada entre os Paredões e Barrocas, no princípio do século XVIII, onde outrora freis carmelitas promoviam atos religiosos e desobrigas.

Quando os portugueses retomaram o povoamento do interior da Capitania do Rio Grande⁶, aquelas paragens contavam com muitas tribos indígenas, além de outras que viviam perto do mar, as quais eram apontadas como gente bárbara e hostil por lutarem contra a invasão dos forasteiros europeus. “Estão de acordo os mais renomados historiadores em que o reinício do povoamento do interior partiu do ano de 1700, embora muito vagarosamente” (Cavalcanti, 1967, p. 21). Em 1701, com a doação de terras ao Convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife, os religiosos carmelitas se instalaram na comunidade Serra do Carmo, às margens do rio Paneminha (Upanema), e passaram a converter os nativos a partir da Reforma Tourronense, aquela implantada em Touraine, na França.

Denominava-se Mossoró a desembocadura do rio Apodi, segundo Cavalcanti (1967), em cujas cercanias se encontravam as salinas e a aldeia de Monxorós ou Mouxorós (oriundos do interior da Bahia e banidos para a serra dos Dormentes em Portalegre, da família dos cariris que foram espoliados e exterminados), ao longo da margem do rio local até Upanema. Quanto aos primeiros habitantes da região – os cariris –, estes compunham-se dos grupos denominados Camaru, Dzuhacuá, Quipea e Sapuia.

Exemplo de liquidação planejada de índios, em solo potiguar, foi a campanha de Afonso de Albertin na Ribeira do Açu, que visou dizimar os janduís. Os poucos sobreviventes foram aprisionados e levados para Recife como presentes ao governador de Pernambuco. Chegando ali foram comercializados em praça pública, como escravos. Os bandeirantes Domingos Jorge Velho e Matias Cardoso, também deixaram rastro, sendo os responsáveis pelo massacre e pela prisão de índios cariris, especialmente os janduís, em meados de 1869, durante a chamada Guerra dos Bárbaros, Guerra do Açu ou Confederação dos Cariris, que durou de 1680 a 1729, e atingindo quase toda

⁶ Assim denominada até o tratado de Madrid (1750) quando oficialmente foi acrescentada a expressão *do Norte*, como distinção da Capitania do Rio Grande do Sul, que fora adquirida pela Coroa portuguesa nesse tratado luso-espanhol.

a Região Nordeste da colônia, porém o principal palco das lutas foi o Rio Grande do Norte (Femenick, 2007, p. 36).

Ainda de acordo com Cavalcanti (1967), essa sesmaria de terra primeiramente foi concedida ao Capitão Teodorico da Rocha, posteriormente aos filhos Antônio Vaz Gondim e Damião da Rocha. Em 1854, as referidas terras já eram propriedade de José de Oliveira Leite, nomeado Sargento-mor regente da Ribeira do Mossoró. Quando o Padre Inácio de Araújo Gondim (visitador diocesano de Olinda) esteve naquelas cercanias em 1722, autorizou a construção no sítio Mossoró de uma capela (desde que fosse) em pedra e cal, em homenagem à Santa Virgem Siracusana, ao seu proprietário o Sargento-mor Antônio de Souza Machado, português residente em Russas, quem a requereu por petição. Após 69 anos de já construído o referido santuário, ele foi desligado do Território da Paróquia do Apodi e tornou-se Paróquia de Santa Luzia de Mossoró (1842), tendo por vigário o Padre Antônio Joaquim Rodrigues.

Convém aqui observar que o nascimento da cidade de Mossoró segue a maneira comum da maioria dos municípios interioranos brasileiros (originários do período colonial): “tiveram sua origem em fazendas de criar e ao redor de uma capelinha humilde, às vezes de taipa, dedicada ao santo da devoção do senhor da propriedade ou da esposa religiosa do fazendeiro” (Cavalcanti, 1992, p. 4). Eis, pois, como se deram a ocupação e a formação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do Rio Grande.

No Rio Grande, após as primitivas entradas pelo interior da capitania e expedições militares, que ‘desocuparam’ a terra de seus habitantes nativos, estabeleceram-se as primeiras grandes fazendas criatórias. O gado bovino era essencial para os engenhos açucareiros da Zona da Mata nordestina: além de fornecer alimento para a população que se concentrava na faixa litorânea, era a força motriz dos primitivos engenhos. Como as terras dessa faixa eram ocupadas preferencialmente com a lavoura da cana-de-açúcar, fonte da riqueza de então, a criação de gado foi se interiorizando cada vez mais e acabou se tornando a principal atividade econômica das terras secas situadas sertão adentro (Monteiro, 2007, p. 60, grifo do autor).

E a Ribeira do Mossoró oferecia uma grande área de pastos, com carnaubais e, entre outras árvores do sertão, havia caatingas de matas fechadas. Era um lugar alagadiço no inverno e úmido no verão, cujas águas seguiam por um amplo córrego rumo ao conhecido Saco Grande (Rio Mossoró). Até a segunda metade do século XVIII, a população da Ribeira de Mossoró era restrita a alguns criadores e vaqueiros quando o Sargento-mor Antônio de Souza Machado se transferiu de São Bernardo das Russas para a Barra de Mossoró (Grossos). Até então, ele apenas invernavia anualmente no sítio Santa Luzia e recolhia o gado para carneação na “Ilha das

Oficinas”, posteriormente nomeada Porto Franco, onde ficava a Estação da Estrada de Ferro de Mossoró.

De acordo com Souza (2010, p. 12), a edificação da Capela de Santa Luzia pelo Sargento-mor Antônio de Souza Machado deu-se no lugar da conhecida Igreja Velha: “casa de oração de pedra e cal, fora, entretanto, coberta de palha de carnaúba, devido ao que se desmoronou, sendo depois reconstruída, afirmando-nos a tradição que nela, sepultaram-se muitas pessoas o que garantimos ser verdade em vista dos vestígios que ali hoje existem.” A construção da Capela deu-se, pois, em virtude de uma promessa da esposa do Capitão-mor, Dona Rosa Fernandes.

A Ribeira de Mossoró era parte integrante da Freguesia da Vila do Regente (Portalegre) e, de 1776 a 1842, pertenceu à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e de São João Batista das Várzeas do Apodi. A filial Capela de Santa Luzia veio a se tornar uma nova freguesia pelo Governo Provincial, e elevou-se à categoria de Matriz, pela resolução nº 87, de 27 de outubro de 1842, cujo primeiro vigário, o Padre Antônio Joaquim Rodrigues, veio a se empenhar na busca de elevação da povoação à cidade. Enquanto Deputado Provincial, em 25 de outubro de 1870, esse sacerdote apresentou o projeto à Assembleia Legislativa.

Antes que fosse emitida essa resolução, em 1838 Antônio Francisco Fraga Júnior já empreendera esforços para o desligamento da Paróquia de Apodi junto ao bispo Dom João da Purificação Marques Perdigão, sem sucesso. Posteriormente, o pedido veio a se concretizar com a revisão solicitada em 6 de outubro de 1840.

A propósito da ocasião de elevação da Ribeira de Mossoró à Freguesia⁷, pela Lei Provincial Nº 87 de 27 de outubro de 1842, a população era representada pelas três principais famílias tradicionais: Gamboa, que era a mais numerosa e se concentrava na Ilha de Dentro; Guilherme, que habitava o Camurupim; e Ausentes, referente a membros de famílias que foram os primeiros edificadores das casas locais e ocupavam um lugar de mesmo nome, cujas moradias eram quase todas de taipa, cobertas de telhas ou palhas de carnaúba. Elevada a povoação de Santa Luzia à categoria de Vila⁸ e criado o município, pela lei Provincial nº 246 de 15 de março de 1852, as edificações foram melhoradas pelos moradores negociantes. Daqui até 1870, ano da elevação à Cidade⁹, a arquitetura local evoluiu mais ainda, pois os negociantes embelezaram a paisagem, construíram sobrados e mais casas térreas.

⁷ Área sob a jurisdição espiritual de um pároco.

⁸ Diz respeito a uma localidade onde há uma jurisdição territorial, ou seja, a sede do município.

⁹ O termo *cidade* tem importância hierárquica sobre o de *vila*, um prestígio particular que evoluiu para um sentido exclusivamente administrativo no século XX.

No ano seguinte, a primeira Câmara Municipal foi instalada sob a presidência do Padre Antônio Freire de Carvalho. Em 17 de agosto de 1872, o vigário solicitou autorização para a construção de um cemitério de pedra e cal (atual São Sebastião):

Ilmos. Srs. Presidente e mais Vereadores da Câmara Municipal desta cidade de Mossoró – O Padre Antônio Joaquim Rodrigues, Parocho colado desta Freguesia de Mossoró, desejando aproveitar os serviços do Ilmo. E Revmo. Sr. Frei Fidélis, Missionário Apostólico Capuchinho, relevantes como costumam ser, para edificar um cemitério de pedra e cal, obra de que tanto se recente esta Freguesia, para servir de jazigo aos restos mortais das pessoas católicas, e de qualquer crenças religiosas, mediante o concurso de seus parochianos, que estão dispostos a prestar seus serviços para a mencionada obra, com o intento de ser propriedade de Irmandade de Nossa Senhora Padroeira, a Senhora Santa Luzia, enquanto não houver uma outra irmandade especial do Santo a quem for dedicado o mesmo Cemitério, a quem afinal virá a pertencer o cemitério, vem portanto pedir a VV. Ssa., se dignem conceder licença, para que no sentido indicado se possa levar a efeito dita obra: pelo que pede a V.SS. Ilmos. Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Mossoró se sirvam a conceder a licença pedida. E.R. Mce. Cidade de Mossoró, 17 de agosto de 1872 – Antônio Joaquim Rodrigues, Parocho Colado de Mossoró (Souza, 2010, p. 19).

Na década anterior, o espaço erigido pelo Padre Capuchinho Frei Agostinho como cemitério exigiu um lugar mais adequado: os fundos da capela, onde se encontra o atual Mercado Municipal. Em 1869, o Padre Antônio Joaquim Rodrigues empreendeu a construção de um cemitério de madeira adiante do já existente, em um terreno plano, elevado e seco, quando os corpos deixaram de ser sepultados na Igreja Matriz. Outro capuchinho, Frei Fidelis, tomou a iniciativa de substituir o cemitério de madeira em 1877 por outro de alvenaria, com uma capelinha para celebração de missas e cultos de corpo presente, a qual foi reconstruída em 1930.

A propósito, outrora as pessoas falecidas na Ribeira de Mossoró eram enterradas na Igreja da Mata Fresca (da Freguesia das Russas, da Capitania do Ceará) por não existir ainda Campo Santo na localidade. Posteriormente, os mortos eram sepultados na Capela Santa Luzia e na Casa de Oração do Bairro da Igreja Velha.

Quanto ao templo de Santa Luzia, entre 1829 e 1830, este passou por restaurações, como serviços de teto, reboco e ladrilho pelo mestre pedreiro assuense Manoel Fernandes e um escravo seu, oficial do mesmo ofício. Reformas posteriores em 1862 contaram com a necessária demolição de parte da antiga capela:

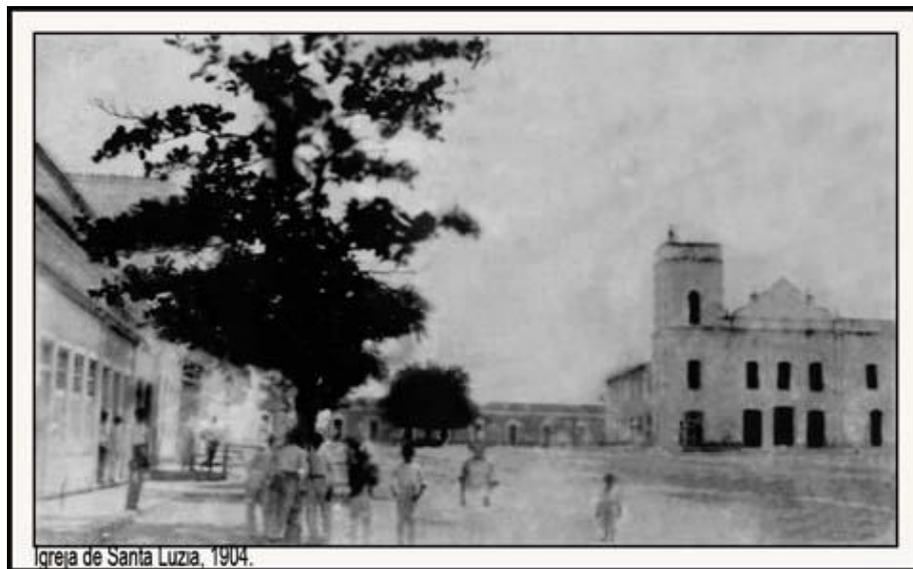
Noventa anos depois de construída a Capela pelo Sargento-mor de Souza Machado, isto é, em 1862, foi demolida, e sobre os seus alicerces, com o

aproveitamento de algumas paredes, para dar lugar a atual Igreja Matriz, de forma ampliada e melhorada, nos anos de 1878, 1879 e 1880 e seguinte, de sorte que hoje é um templo decente faltando fazer somente uma de suas torres (Souza, 2010, p. 11).

Durante a existência da Matriz de Santa Luzia, e na condição de Freguesia, a primeira irmandade religiosa de Mossoró foi a Irmandade de Santa Luzia – pelo vigário Antônio Joaquim Rodrigues –, embora haja registros da existência da primeira irmandade de Mossoró anteriormente: a de Nossa Senhora do Rosário, fundada no dia 20 de julho em 1779 na visita do vigário de Apodi, Padre João de Paiva, cuja primitiva imagem encontrava-se no museu do Seminário Santa Terezinha de Mossoró (embora atualmente não se tenha conhecimento de seu destino).

Em 1º de fevereiro de 1904, o Padre Moisés Ferreira do Nascimento, coadjutor e substituto do vigário padre Antônio Joaquim Rodrigues, passou a direção da Freguesia de Santa Luzia ao Padre Moisés Ferreira do Nascimento (proveniente de Apodi).

Figura 2 – Igreja de Santa Luzia (ainda com meia-torre)¹⁰



Fonte: Praça [...] (2013).

A Igreja de Santa Luzia passou por mais reformas, entre 1904 e 1905, quando o Padre Moisés Ferreira do Nascimento modernizou a estrutura do templo:

¹⁰ Trata-se de uma imagem (sem autoria nem data) escaneada de alguma publicação do início do século XX. A partir de dados provenientes de análise de informações históricas, foi determinada a data de 1904 e conferida a autoria da foto ao proprietário do primeiro estúdio fotográfico da época, João da Escóssia Nogueira.

O novo vigário empreendeu logo uma arrojada reforma interna na igreja Matriz. As comunicações da nave central (corpo da igreja) com os largos corredores laterais, eram feitas por meio de arcadinhas em forma de largas portas.

O Pe. Moisés resolveu, então, transformar esses pequenos espaços, sem estética, em grandes arcadas, como também acabar com as sacadas de alvenaria com grades de ferro na frente, que havia, em toda a extensão dum lado e do outro, das paredes, com escadas dos lados da capela mor. Essas varandas só serviam para balbúrdias dos que pagavam uma pequena importância para lá ficarem, como expectadores em camarotes de teatro (Cavalcanti, 1992, p. 82).

Nessa oportunidade, existiram oposição de paroquianos e comentários de alguns sobre um possível desmoronamento da antiga Matriz em virtude das aberturas feitas pelos mestres construtores. Posteriormente, em 1909, o Padre Pedro Paulino Duarte da Silva empreendeu a reforma da frente da Igreja com a construção de duas torres de estilo gótico, sendo a torre norte dotada de um relógio *Malakoff* e a torre sul com sinos.

Ocorreram também alguns melhoramentos ao longo dos anos, tais quais: forro da Matriz e ladrilho (1913); forros dos corredores laterais (1916); demolição do antigo altar mor (uma reprodução do altar de Nossa Senhora do Carmo do Recife) e a construção de outro com quatro pequenas arcadas na capela mor (1917); a aquisição de 40 bancos com encosto e genuflexório, que eram vendidos a pessoas ou famílias, nos quais havia letreiros ou plaquinhas de identificação (1918); a aquisição de uma balaustrada de ferro (grade de comunhão; forro de tábua na capela mor e nas naves laterais, além da reforma do patamar com a retirada de bancos de cimentos anexos aos parapeitos laterais (1919); inauguração de um grande quadro a óleo na parede interna do batistério da Matriz, cuja autoria é de uma religiosa do Colégio Sagrado Coração de Maria.

Na década de 40, do século XX, a Matriz ainda foi alvo de grande reforma:

A nova sacristia compõe-se de quatro divisões: três no andar térreo, e um grande salão, em toda a extensão, no andar superior. A parte central inferior serve, propriamente, de sacristia; sendo a pequena sala do lado norte destinada à secretaria da Paróquia. Essa secretaria não funciona mais ali pois, desde a inauguração da Casa Paroquial “Santo Cura d’Ars”, para lá foi transferida. Na outra saleta, do lado sul, guardam-se os utensílios da Matriz, e a escada que ali se acha, serve de comunicação com o andar superior. O referido salão é utilizado para as reuniões das Associações religiosas da Paróquia (Cavalcanti, 1992, p. 90).

Deu-se ainda a demolição da Capela do Santíssimo Sacramento e a reconstrução de outra, ornada com pequenos vitrais e em cujo altar foi posta a imagem do Sagrado Coração de

Jesus. No início da década seguinte, ocorreu a demolição da velha nave lateral norte; a construção da Capela da Piedade; a construção de uma nova Capela Mor no lugar da antiquíssima; a construção do Altar Mor; a demolição das paredes laterais externas; e o acréscimo de 14 novos bancos no Templo.

Durante as escavações, em 1962, para a substituição das paredes laterais de pedra e cal por paredes de tijolos de barro, foi encontrada uma caixa de Cumaru com ossos de um esqueleto não identificado, com 1,8m de tamanho. Os ossos foram enterrados sob a coluna central. Por fim, as obras ficaram prontas após 22 meses de serviços. Durante a Semana Santa, de 1962 a 1963, realizaram-se os Atos Litúrgicos na Matriz do Sagrado Coração de Jesus.

Em 14 de agosto de 1962, o Monsenhor Luís Mota inaugurou a Casa Paroquial:

A casa tem o andar térreo e um andar superior, proporcionando todo o conforto ao Vigário e ao Coadjutor. No andar térreo, além da ampla sala de refeições, cozinha, etc., há ainda uma dependência destinada à secretaria da Paróquia, onde estão os livros de batizados, de casamentos, e demais pertences ao arquivo paroquial (Cavalcanti, 1992, p. 95-96).

Outra melhoria da Catedral ocorreu em 1964 quando foram adquiridas novas portas laterais: 6 de madeira jequitibá e 2 de cumaru da Bahia. Nessa sé episcopal é onde ocorre todos os anos, desde 1981, o espetáculo denominado Oratório de Santa Luzia, no adro da Catedral¹¹. O primeiro espetáculo contou com o texto produzido por José Maria Alves e Antônio Filemon Rodrigues Pimenta.

A festa de Santa Luzia consiste num admirável evento religioso promovido no Oeste potiguar, por quase dois séculos e meio, que envolve grande parte da população mossoroense e fiéis de diferentes localidades, cujo fortalecimento ocorreu a partir da elevação da Capela à Paróquia, em 1842. Diferente dos vigários de outrora, que se prendiam tão somente ao caráter religioso, com celebrações restritas à Eucaristia, o evento estendeu-se além da Praça Vigário Antônio Joaquim. Promovem-se feirinhas em torno da Catedral com a presença de romeiros provenientes de variados lugares. No dia 13 de dezembro, muitas pessoas seguem um trajeto por algumas ruas centrais da Cidade, acompanhando a imagem de Santa Luzia, a qual foi confeccionada em Portugal – uma imagem esculpida em cedro (madeira oca), detalhes em ouro, brincos dourados e uma rica indumentária da Santa – encomendada em 1779 pelo casal Antônio

¹¹ No ano de 1981, foi realmente o início desse espetáculo, denominado “Santa Luzia, Virgem e Mártir” de autoria de José Maria Alves, com a participação de Antônio Filemon Rodrigues Pimenta. Eles pesquisaram em dezenas de livros, sendo que a maioria foi fornecido pelo saudoso monsenhor Huberto Bruening e, finalmente, a peça ficou pronta (Faustino, 2012, p. 86).

Machado e Rosa Fernandes. A escultura fica exposta na Catedral, dentro de um nicho de madeira e vidro.

Ainda que seja Santa Luzia a padroeira de Mossoró, na parte externa da Catedral, entre as duas torres, há uma charola com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, esculpida por Francisco Paulino da Silva em 1904. Justifica-se a permanência da imagem porque faz referência à época em que a Catedral foi desmembrada da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Apodi.

A partir das grandes reformas empreendidas na Matriz de Santa Luzia de Mossoró, o Templo mantém-se imponente no centro da cidade, junto a qual muitos bispos tiveram papéis relevantes para a consolidação da história catequética frente à Diocese de Santa Luzia. Dentre os nomes que fizeram história da Diocese Mossoroense, faz-se importante destacar a figura do bispo Dom José Freire de Oliveira Neto que foi responsável pela elevação de Santa Luzia à categoria de Padroeira, em 18 de novembro de 1984, e um dos grandes representantes do episcopado da Diocese mossoroense, o qual se dedicou intimamente ao seu rebanho.

Atualmente, a comunidade diocesana mossoroense conta com o governo pastoral de Dom Francisco de Sales Alencar Batista, 7º bispo da Diocese de Santa Luzia de Mossoró, nomeado em 18 de novembro de 2023 e empossado em 17 de fevereiro de 2024. Trata-se de um pernambucano de Araripina, que fez a profissão religiosa na Ordem dos Freis Carmelitas no dia 24 de janeiro de 1988, foi ordenado sacerdote em 29 de novembro de 1995 e nomeado pelo Papa Francisco em junho de 2016 como bispo de Cajazeiras, município do sertão paraibano. Em abril de 2023, foi eleito durante a 60ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)¹², como presidente do regional Nordeste 2 da CNBB, para o quadriênio de 2023 a 2027.

Assim, na administração eclesiástica brasileira, há aqui um destaque sobre o espaço em cuja comunidade de fiéis foi erigida a Diocese de Santa Luzia de Mossoró, de sua origem à categoria diocesana. Ao longo desse contexto histórico apresentado, não tem menor importância uma descrição do templo diocesano, desde a época do ainda espaço simples até as reformas promovidas na sé episcopal ao longo de alguns anos – lugar onde foram acolhidos líderes eclesiásticos, comprometidos com a condução do rebanho mossoroense.

¹² Em 1950, Mons. Montini (depois Papa Paulo VI), deu ao Padre Hélder Câmara (depois Dom Hélder Câmara) a ideia de se fundar no Brasil uma Conferência Episcopal. Dom Hélder se interessou e começou a dar os primeiros passos. Em 1952 estava fundada a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). É a maior Conferência Nacional do mundo e o maior órgão representativo da Igreja no Brasil (Cechinato, 2001, p. 420).

2.3 Breve histórico dos Bispados de Mossoró: até Dom Gentil

As Igrejas particulares, pode-se dizer, foram sendo constituídas historicamente de uma necessidade pastoral em que se pode perceber o desejo de um povoado ou região de contar com a presença de um bispo diocesano, para que esse chefe espiritual tivesse a proximidade maior de suas ovelhas. Por sua vez, considera-se também o fato de que a história demonstra que onde há uma diocese ali se tem a alavancada para o desenvolvimento da cidade, bem como das demais cidades de áreas circunvizinhas, melhorando em termos de desenvolvimento a região que a diocese abrange.

Com a fundação de uma diocese, não somente cresce a igreja, senão também cresce a localidade; consegue-se uma melhoria bastante notável para o desenvolvimento de sua geografia em vários aspectos sociais, políticos e econômicos. Logo, a ereção de uma diocese não se restringe ao aspecto religioso, mas confere também um amplo desenvolvimento para o conjunto de habitantes do lugar. A Igreja Católica, em especial, tem essa situação histórica em seu desenvolvimento, que está sempre atrelado à melhoria da sociedade.

É dessa forma que a Igreja no Brasil vai se desenvolvendo. Aos poucos e com muita fé, perseverança e determinação, ela vai levando as pessoas ao conhecimento de sua crença, além de se empenhar no progresso cívico, na formação e no desenvolvimento da sociedade. A partir dessa ótica, a formação de novas dioceses é uma característica que vai sendo bastante notada no período colonial, em que se tem o desejo de colaborar para com o crescimento eclesial e social. Em especial, entre os séculos XVII e XVIII, nota-se a emancipação de várias dioceses no Brasil, um movimento eclesial de grande ajuda no processo tanto de desenvolvimento como de geração e formação da sociedade.

Quanto à história da Administração Eclesiástica de Mossoró, esta também é marcada por um papel relevante na região do oeste potiguar. A Diocese de Mossoró tem por padroeira a virgem e mártir siciliana Santa Luzia, teve início com sua instalação em 18 de novembro de 1934 com uma grande missa na Matriz Santa Luzia, celebrada pelo Padre Luís Ferreira Cunha da Mota, vigário paroquial, conforme determinação do bispo de Natal, Dom Marcolino de Sousa Dantas (Administrador da Novel Diocese, até a chegada do seu Prelado Titular). Foi um evento marcante que contou com a presença de várias autoridades municipais, religiosos, sacerdotes da região e um numeroso grupo de fiéis.

No dia 20 de novembro de 1935 chegou a esta cidade a grata notícia da nomeação do 1º bispo de Mossoró, que recaiu na pessoa do Monsenhor Dom Jaime de Barros Câmara, reitor do seminário menor de Azambuja, em

Brusque, no Estado de Santa Catarina. Muitos telegramas de felicitações foram enviados pelas Associações Católicas, Clero e Autoridades desta cidade a Sua Excia. Revma. Na Catedral foi dada oficialmente a notícia ao povo pelo vigário Pe. Luís Mota. Foi também feita comunicação a todos os vigários da Diocese (Cavalcanti, 1992, p. 144-145).

Em 2 de fevereiro de 1936, Dom Jaime Câmara é consagrado bispo na Catedral de Florianópolis e, após a Páscoa, o Pastor recém-nomeado viaja para Mossoró em companhia de 6 jovens seminaristas catarinenses: Arlindo Thieson, Huberto Bruening, Ivo Calliari, Mário Ghislandi, Saul Sombrio e Tomás Rocha.

Após um dia de parada no porto de Salvador, parte para Natal onde passou 5 dias e seguiu em um hidroavião até Areia Branca para ser recebido festivamente por fiéis e, depois que recebeu uma comitiva mossoroense, em 26 de abril, tomou um trem para Mossoró. Uma multidão o esperava na Estação Ferroviária de seu destino e formou um cortejo até a Catedral de Santa Luzia. O novo bispo foi saudado pelo Padre Paulo Herôncio de Melo, cuja manifestação contou com a divisa do Prelado: *Ignem veni mittere* (Vim trazer fogo).

No mesmo ano, o bispo promoveu reforma em um prédio doado à Diocese e instalou um seminário, no qual foram construídas salas ampliadas para aulas a operários e a seus filhos. Durante esse episcopado, foram criados o abrigo Amantino Câmara, o Círculo Operário e construídos dois conventos: o de frades franciscanos para atuarem junto à Paróquia do Alto da Conceição e o de padres do Sagrado Coração de Jesus para a matriz do mesmo nome. Também se deu o atendimento de irmãs – Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo – no Hospital de Caridade de Mossoró, bem como no Orfanato construído pelo bispo em Martins, por Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição.

Após 5 anos e 6 meses na Diocese de Mossoró, o chefe espiritual foi transferido para o Pará, onde exerceu as funções de arcebispo na Arquidiocese de Belém. Um ano e meio depois, passou a exercer as mesmas funções na capital do país, Rio de Janeiro. Em 15 de novembro de 1943, ele assumiu o novo pastoreio. Três anos depois, o Papa o convoca para receber o chapéu cardinalício por sua escolha para cardeal no Rio de Janeiro.

Em 31 de julho de 1943, a comunidade mossoroense toma conhecimento da nomeação do 2º bispo, Dom João Batista Portocarrero Costa, cujo lema era o mesmo de João Batista: *Oportet illum crescere* (É preciso que ele cresça e eu diminua). Um sacerdote culto, fluente orador sacro e doutrinador que ministrou aulas nas Cátedras de Eloquência, Latim, Psicologia e Sociologia.

Na tarde de 8 de dezembro de 1943, o recém-nomeado bispo, acompanhado de autoridades civis e eclesiásticas da Paraíba e Pernambuco, segue do Aeroporto de Mossoró até em frente à Igreja de São Vicente, onde foi acolhido por muitos fiéis. Em seguida, ocorreu uma procissão até o adro da Catedral. O Vigário Capitular da Diocese, Monsenhor Júlio Alves Bezerra, fez a transmissão do cargo ao novo empossado.

Além de dar continuidade a muitas iniciativas de seu antecessor, Dom Costa empenhou-se no setor vital para a Diocese – o Seminário Santa Terezinha. Para contornar o problema da falta de professores, confiou a instituição aos padres lazaristas holandeses em 1947. Atuou junto à Cooperativa dos Produtores de Sal, conseguindo uma taxa de venda de cada tonelada de sal para o seminário; o Ginásio Diocesano Santa Luzia, após o retorno do Pe. Jorge O’Grady a Natal, ficou aos cuidados do Pe. Diniz Barreto, sacerdote pernambucano que fez parte da comitiva de Dom Costa, e fora nomeado Secretário do Bispado.

Foi criado o Departamento de Catequese e estabelecida nas paróquias a Associação da Doutrina Cristã. Deram-se vários ramos: Ação Católica das Mulheres (ACM), Ação Católica dos Homens (ACH), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC).

Nos bairros periféricos da cidade, nasceram as escolas-ambulatório: Escola Ambulatório Pe. Dehon (Anexo à Igreja de São Manoel); Escola Ambulatório Dom Jaime Câmara (bairro da Baixinha, no fim da Rua Olavo Bilac); Escola Ambulatório José Pereira (Paróquia Nossa Senhora da Conceição). Também nessa rede de escolas populares, foi construída pelo Instituto Nacional do Sal, no bairro São José, a escola Cunha da Mota para os filhos de salineiros, a qual foi confiada ao sindicato salineiro.

Após anos dedicados ao pastoreio em Mossoró, em julho de 1953, Dom Costa renuncia ao governo diocesano em consequência de sua gravidade cardíaca. Ele passa a residir em Recife, junto a familiares e, logo, recebe da Santa Sé o título de Arcebispo Coadjutor da Arquidiocese de Olinda e Recife.

Sob o lema *Salus gregis* (Salvação do rebanho), Dom Eliseu Simões Mendes é empossado para o 3º Ministério Episcopal de Mossoró em 20 de fevereiro de 1954. Inaugurou seu bispado com uma Carta de Saudação aos Diocesanos em que apresentava suas linhas pastorais: Clero e Vocações, Família, Ação Católica, Questão social e Ação Social Rural. Como os demais bispos, o novo Prelado preocupou-se com a formação sacerdotal, ressaltou a direção do Seminário Santa Terezinha sob os cuidados dos padres lazaristas, de São Vicente de Paulo. Criou a Equipe Diocesana de Animação Vocacional. Missionários franciscanos e lazaristas se encarregaram de promover várias missões de estímulo sacerdotal.

Em continuidade das escolas populares, foi inaugurada a Escola de Aprendizagem Profissional em 21 de fevereiro de 1954, que passou a funcionar em regime de convênio com o Senai. Em 9 de junho de 1956, houve a inauguração das novas instalações do Colégio Santa Luzia, quando várias autoridades políticas, municipais e estaduais estiveram presentes.

Projetos de campo foram desenvolvidos em Assú e Apodi, pois Dom Eliseu conseguiu trazer para a região as Equipes das Missões Rurais, haja vista que ele era o coordenador das Missões Rurais no Estado do Ceará. Havia um programa amplo de educação do povo, no espaço da gente campesina, cujas equipes contavam com agrônomos, assistentes sociais e auxiliares em serviços sociais, médicos, enfermeiros, técnicos agrícolas, professoras e orientadores educacionais e de recreação, além de veterinários. O bispo desenvolveu o Plano dos Vales do Açu e Apodi que tinha a finalidade de educar e formar o povo, além de dar assistência social.

Logo ocorreram colheitas significativas na região. Eram correntes as palestras na área de Agricultura, Educação e Saúde. O Departamento Nacional de Produção colocou à disposição do Projeto variados materiais agrícolas. Havia motores geradores, motobombas e oficina de reparos. Uma Casa de Farinha mecanizada foi instalada em Apodi. O Plano contou ainda com pequenas maternidades, postos de saúde e lactários. Das 25 unidades (distribuídas nos vales do Açu e Apodi, Oeste Potiguar), uma foi construída no Seridó.

Em fins de 1959, Dom Eliseu foi transferido para uma diocese recém-criada no Estado do Paraná. Pouco tempo depois, veio sua aposentadoria e o Prelado passou a viver seus últimos anos de vida em Feira de Santana-BA.

O quarto Governo Episcopal da Diocese de Santa Luzia coube a Dom Gentil Diniz Barreto, que assumiu o encargo em 12 de outubro de 1960, quando foi recebido por muitos fiéis no Alto de São Manoel. Ocorreu uma procissão até a Igreja Nossa Senhora Perpétuo Socorro onde o novo Prelado recebeu saudações de autoridades. Depois, na Catedral de Santa Luzia, foi recebido pelo Vigário Capitular e empossado e, em seguida, saudado pelo Cônego Francisco de Sales Cavalcanti.

Esse recém-nomeado bispo não era estranho à realidade da comunidade mossoroense, tinha vindo à cidade na comitiva de Dom Costa, exercera o Secretariado daquele Bispo e a Direção do Colégio Diocesano de Santa Luzia (1944-1945). Agora como bispo da Diocese de Mossoró, adota a divisa *Emitte spiritum tuum* (Enviai o vosso espírito) em seu Governo.

Apesar de todos os esforços empreendidos por Dom Gentil, sem que fossem suficientes para contornar as graves dificuldades em formar novos sacerdotes, o Seminário encerrou suas atividades em 1969, com uma baixa de 36% no clero. A instituição educacional só foi reaberta em 1977 e, para contornar a crise, o Bispo adquiriu sacerdotes estrangeiros. Somente sete padres

foram ordenados na Diocese de Mossoró: Francisco Canindé dos Santos, João de Deus Dantas, José Bezerra Sobrinho, José Nogueira Júnior, José Zilmar de Andrade, Otílio Guedes de Freitas Montenegro e Walter Collini. Também foi conferido o presbiterato aos diáconos Raimundo Alexandre de Oliveira e Jonaldo Adelino de Souza (OFM) (Diocese [...], 2014).

No episcopado de Dom Gentil, algumas paróquias foram criadas: Paróquia de Santo Antônio (Marcelino Vieira); Paróquia do Sagrado Coração de Jesus (Mossoró); Paróquia de São José (Mossoró); Paróquia de São João Batista (Mossoró). Em 2 de abril de 1963, na presença do Presidente da República, João Goulart, foi inaugurada a Emissora de Educação Rural de Mossoró.

Outras obras foram criadas ainda: o Centro de Treinamento da Diocese; as dependências da Cúria Paroquial do Coração de Jesus; o Lar Sacerdotal; a Gráfica Miguel Faustino; e a Livraria Dom Costa. Por fim, Dom Gentil promoveu a abertura para que meninas pudessem estudar no Colégio Diocesano de Santa Luzia. Ao final do ano de 1983, ele apresenta seu pedido de renúncia ao cargo de Bispo da Diocese de Mossoró, para em 1º de abril de 1984 assumir o Bispo Coadjutor Dom José Freire de Oliveira Neto, o qual era o indicado na sucessão.

Então, foi feita essa descrição sucinta dos bispados de Mossoró (até Dom Gentil Diniz Barreto), tendo por intuito introduzir a figura do 5º bispo da Diocese de Santa Luzia de Mossoró, Dom José Freire de Oliveira Neto. Para tanto, a trajetória de seus antecessores retrata a própria história da Igreja em Mossoró e oferece um olhar sobre as transformações pelas quais passou a população diocesana.

3 A FIGURA DISTINTIVA DE UM HOMEM FEITO BISPO: DOM JOSÉ FREIRE DE OLIVEIRA NETO

Lidar com as lembranças – matéria de que é composta a memória – é entrar em contato com o movimento que põe em cena o passado, atravessado pelas múltiplas vivências do presente, montando e desmontando sentidos e significados, para compor um tecido narrativo, resultado de um viver, que garante ao indivíduo uma identidade (Rodrigues, 2006, p. 233).

Segundo consta em *Ata da Primeira Assembleia Geral Pró-Diocese de Mossoró*, de 22 de fevereiro de 1925, na Igreja Matriz de Santa Luzia, reunidos todos os cidadãos da elite social mossoroense, dentre eles se encontravam Monsenhor Almeida Barreto, Pe. Luís Mota e Pe. Elesbão Gurgel. Tratando-se de um ato de cooperação de formação de um patrimônio para a futura Diocese de Mossoró, ao final da assembleia foram formadas comissões, dentre as quais faziam parte o Vigário Padre Paulo Herôncio de Melo e o Pe. José Medeiros Leite.

Esse envolvimento de religiosos junto ao rebanho não ocorria unicamente no exercício de evangelizar, senão também em tomar parte nos próprios desígnios da sociedade. Antes mesmo da criação da Diocese de Santa Luzia, era comum padres terem desempenho marcante na sociedade Mossoroense:

Esses padres desempenhavam papel significativo na sociedade, tanto no que se refere à missão de evangelizar, como também no tocante às atividades sociais e políticas das cidades. Nesse período, destacam-se os nomes dos padres Raimundo Leão e Monsenhor Mota, naturais aqui de Mossoró, além de padres de outras regiões como é o caso de Padre Elesbão, Padre Militão e Padre Tertuliano, dentre outros. No processo para fundação da Diocese de Mossoró, tiveram destaque também alguns nomes como Padre Estevão Dantas, Padre Luís Mota e Monsenhor Barreto, que participaram das primeiras reuniões para criação de nossa diocese (Diocese [...], 2014, p. 22).

Em cada comunidade, lá se encontra a jurisdição espiritual de um pároco, o qual se encarrega não só das almas de seu rebanho, mas também deve se mostrar comprometido com o bem-estar, o viver em proximidade de seus paroquianos. “A paróquia é a área da vida das comunidades, pois é nela que acontece a convivência humana” (Femenick, 2007, p. 106). Logo, durante seu pastoreio, os padres estiveram envolvidos nos interesses sociopolíticos de suas comunidades.

Quando se tornou conhecedor da realidade para o seu Governo Diocesano, Dom Jaime Câmara imediatamente dirigiu esforços para promover a Ação Social junto aos operários, conforme recomendação do Papa Pio XI. Outra grande preocupação do jovem pastor esteve ligada às vocações ao sacerdócio: “Havia encontrado uma Liga ou Associação em homenagem a Santa Terezinha, na Igreja do Coração de Jesus, mas ela estava sem atividades definidas. Logo a revitalizou e lhe atribuiu todas as atividades e promoções pelas vocações na Diocese” (Diocese [...], 1984, p. 29). No início de 1937, já estava funcionando o seminário menor com 24 alunos.

A partir dessa obra idealizada por Dom Jaime Câmara, seus sucessores não se eximiram da preocupação com o setor vital para a Diocese, qual seja a formação de jovens para o sacerdócio. Entre tantos outros jovens seminaristas que passaram pelo Seminário Santa Teresinha, destacou-se a figura de José Freire de Oliveira Neto – aluno aplicado, de muita responsabilidade e estudioso reconhecido que, ainda seminarista, foi chamado pelo bispo Dom João Batista Portocarrero para exercer o ofício de Chanceler da Cúria Diocesana.

Sabe-se que a formação da pessoa humana fala muito sobre a questão de sua própria identidade, seu modo de ver a vida e de conceber as questões fundamentais para a convivência humana. Entende-se que o ser humano é feito de historicidade, cuja vida particular mantém uma estreita ligação com o ambiente social e nessa relação se dá a formação pessoal e integral de cada indivíduo. Cada pessoa tem um papel dentro da sociedade, em razão de sua função e do exercício social que ela desenvolve ao longo de sua trajetória de vida. É relevante afirmar toda experiência de vida consiste num caminho para a formação e edificação da personalidade de cada indivíduo.

Portanto, a partir dessa linha de pensamento, pode-se dizer que Dom José Freire possui uma história tanto familiar, quanto comunitária, as quais não se desvinculam de sua vida ministerial – de servir a todo o povo de Deus na condição de pastor diocesano. Eis aqui a preocupação com aspectos da pessoa, da formação, do homem religioso, da administração eclesial para a construção da memória histórica do Bispo Dom José Freire de Oliveira Neto.

3.1 Dom José Freire: do despertar de uma vocação ao reitorado no Seminário Santa Terezinha de Mossoró

Em 9 de março de 1928, no sítio Ameno de Apodi-RN, nasce um filho do casal José Freire de Oliveira e Francisca Celsa de Oliveira¹³, cujo nome na pia batismal foi sacramentado pelo Vigário da paróquia apodiense, uma homenagem ao avô paterno, José Freire de Oliveira Neto. Esse garoto veio ao mundo em um ambiente familiar de cristandade, o primogênito de cinco irmãos de uma família toda católica.

No entendimento da Igreja Católica, a família tem uma importância ímpar para a toda a organização social, residindo sua importância no fato de ser vista como a origem da própria construção do meio social. Por meio da família, a sociedade tem a capacidade de se reproduzir, não somente do ponto de vista orgânico, mas também do ponto de vista dos bons valores, dos bons costumes e da presença familiar na sociedade. É na família que a pessoa aprende a lidar com as interações sociais, mas também por meio dela ocorre a apreensão de valores que servirão de guia por toda sua vida, tornando-a um ser social. Nascido em uma família tradicional Dom José Freire teve a oportunidade de adquirir esses valores e levá-los consigo durante a sua formação para a vida.

Segundo opinião de Costa (2004), e levando-se em conta o contexto da época quanto à base cultural e religiosa, o menino José Freire crescia e se desenvolvia como pessoa no entendimento do conteúdo bíblico e na dimensão devocional aos Santos da Igreja Católica, como também na veneração aos sacramentos da Igreja. Logo, as práticas devocionais se apresentam como uma ponte sólida dentro da visão espiritual do menino José Freire.

Quando chegou à idade de compreensão dos desígnios da vida, o menino José começou a ter as primeiras lições em casa com a Professora Nazaré Pinto, já morando no sítio Cazumbá, local também de trabalho da família. As aulas contavam com a frequência de parentes e vizinhos dos Freires. Decorridos seis meses, o aluno já assinava o nome e dominava as operações básicas da Matemática. Ele teve avanço nos estudos com a professora Natália, cujas aulas passaram a ser ministradas na casa do Sr. Francisco Emídio, no sítio Medeiros.

Posteriormente, a nova residência e local de trabalho dos Freires passou a ser no sítio Baixa Grande. Em pouco tempo, a família Freire voltou a Ameno em virtude do desejo do avô paterno, quanto este cedeu parte de sua terra ao neto Zé Menino. Em tal circunstância, José Freire passou a estudar em um grupo escolar no povoado de Melancia, em companhia do irmão mais jovem, João Freire, os quais percorriam a longa distância sobre o lombo de um animal.

¹³ O casal recebeu do povo de Ameno os nomes do afeto: Zé Menino e Chichica. O povo, muitas vezes, diz melhor quando diz o contrário. Menino, era para se referir ao homem alto e simples; e o diminutivo, na mulher, era dizer da terna grandeza de Dona Francisca (Costa, 2004, p. 221).

Envolvido nas atividades rotineiras de devoção ao catolicismo de sua família, em tão tenra idade, o jovem José Freire já se mostrava inclinado ao sacerdócio. A religiosidade de sua família muito o ajudou a despertar sua vocação. A fim de proporcionar melhores condições de estudo aos filhos, Zé Menino vendeu parte de seu terreno no Ameno e a família passou a residir em Apodi. Estando mais próximo das atividades da Igreja Matriz, o jovem José Freire tornou-se mais seguro de seu desejo de ser padre e procurar concretizá-lo.

Acompanhado do pai, o aspirante a sacerdote seguiu viagem de caminhão até a estação de Trem de Mossoró para ingressar no Seminário de Santa Terezinha, onde fez seus estudos primário e ginásio, numa vida de internato de 1944 a 1949. Diferente da realidade de muitos garotos daquela época, a entrada de José Freire no Seminário lhe proporcionou a continuidade dos estudos, e a oportunidade de adquirir uma educação refinada, de nível superior. É no Internato que ele vai aprofundar a sua mística e sua vocação para o serviço de Deus e servir ao Povo de Deus. As etapas de estudos serão marcantes no que diz respeito a sua formação humana e sacerdotal, além da aquisição de vasto conhecimento da vida e para a vida.

Após concluir o curso do Seminário Menor, José Freire partiu para São Leopoldo-RS, em 1950, em companhia dos seminaristas Américo Vespúcio Simonetti e Juraci Costa Andrade, com finalidade de dar continuidade aos estudos no Seminário Maior. No Seminário Central de São Leopoldo, eles foram recepcionados por dois seminaristas da Diocese de Mossoró: Sátiro Cavalcanti Dantas e Flávio Jerônimo do Nascimento.

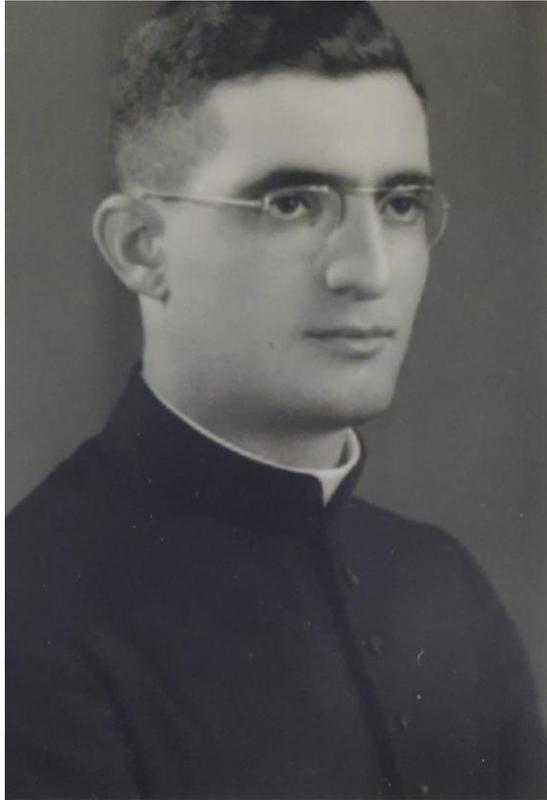
Quando cursava o penúltimo ano de Filosofia, o jovem seminarista recebeu um comunicado do bispo Dom João Batista Portocarrero Costa, informando-lhe que a partir de outubro de 1952 começaria a cursar Teologia em Roma, na Pontifícia Universidade Gregoriana. Logo que chegou a Nápoles, no final do mês, José Freire já se ambientou com a rotina do Pontifício Colégio Pio Brasileiro e da nova vida na Cidade Eterna, na companhia do colega de Mossoró, Sátiro Dantas.

Nesse período de seminário, foi chamado pelo bispo de Mossoró para exercer o ofício de Chanceler da Cúria Diocesana. Ao final do curso de Teologia, José Freire foi agraciado com um giro pela Europa: conheceu Lisieux – terra de Santa Teresinha, na França; Lourdes, na França e a cidade de Fátima em Portugal. E veio a receber uma mensagem do Bispo de Mossoró, Dom Elizeu Simões Mendes, que o parabenizava da conclusão do curso e manifestava o desejo de vê-lo fazendo parte do Clero Diocesano.

Em Roma teve suas ordens sacras: tonsura (1952); primeiras menores (1954); últimas menores (1956); subdiácono (1956); diaconato (1956); ordenação (1956); primeira missa (1956).

Ainda fez especialização em Catequese na Universidade Salesiana, bem como Mestrado em Ciências da Educação na cidade de Roma. No dia 22 de setembro de 1956, foi ordenado presbítero em Roma por Dom Luís Luigi Traglia. Retornou ao Brasil em outubro para residir no Colégio Diocesano Santa Luzia (de outubro de 1956 a julho de 1958), e veio a celebrar sua primeira missa solene na sua cidade natal, Apodi, no dia 16 de dezembro.

Figura 3 – José Freire ordenado padre em 1956



Fonte: Arquivo pessoal de Maria do Socorro Feitosa, sobrinha de Dom José Freire.

Quando Padre José Freire passou a exercer o ministério sacerdotal para a juventude do Colégio Diocesano de Mossoró, no começo de 1957, também serviu como professor e capelão no Ginásio Sagrado Coração de Maria. Ano seguinte, tornou-se pároco da Paróquia Sagrado Coração de Jesus em virtude da abdicação dos padres estrangeiros (após pastorearem a paróquia por duas décadas). Sua atuação junto à Paróquia foi um fator decisivo no que diz respeito à logística em prol da assistência às pessoas atingidas pelas enchentes no período crítico dos anos de 1960 e 1961: o trabalho de auxílio a quem estava desamparado e faminto. Foi uma demonstração prática de ação em prol do serviço ao próximo e ao necessitado.

As autoridades civis viram na pessoa de padre José Freire uma forma de ajudar e organizar melhor a distribuição dos materiais e gêneros alimentícios àquelas pessoas

desabrigadas por causa das enchentes do Rio Mossoró. O padre José Freire esteve à frente da ação social necessária e viável para todas as vítimas. E, mais ainda, ele não ficou somente na função de coordenador a distância, participou ativamente do projeto, chegando a embarcar nas canoas e se colocar como ajudante prático e presente nesse período. Essa atitude demonstra a questão da liderança religiosa porque culmina num digno serviço humanitário aos mais humildes e necessitados. Conseqüentemente, ser líder religioso consiste numa tarefa que deve estar conectada ao sagrado e ao humano, na atitude de todo cristão.

Já durante o pastoreio de Dom Gentil de Diniz Barreto, José Freire é nomeado reitor do Seminário Santa Terezinha, depois de três anos e meio à frente da Paróquia Sagrado Coração de Jesus.

A nomeação estava respaldada na eleição que o Clero Diocesano fez em 15-11-1961, para a escolha do reitor. Sacerdotes e Bispos sabiam, e sabem, quanto é importante um reitor de Seminário. É por isso que, na galeria da história dos Seminários, se vê, muitas vezes, reitores se tornarem bispos (Costa, 2004, p. 227).

Padre José Freire passou a morar no Seminário Santa Terezinha a partir de janeiro de 1962, tendo por suas maiores preocupações: a vocação e a reforma das instalações do deteriorado Seminário, enquanto tinha que reservar parte de seu tempo para dar assistência a seus familiares em razão do pai enfermo que se encontrava em Mossoró, a fim de se tratar. De 1962 a 1969, o novo reitor não só promoveu reformas nas velhas instalações do Seminário, como na maneira de instruir os seminaristas.

As mudanças implantadas no Santa Terezinha marcaram profundamente toda a comunidade e os seminaristas. Tais transformações acompanharam a renovação do velho prédio e resultaram em insatisfações de alguns internos. O desdobramento do curso *Por um Mundo Melhor*¹⁴, ocorrido em setembro de 1961 pela Igreja Católica do Brasil, foi de enfrentamento à realidade de questionamentos que o mundo enfrentava. Haja vista que os jovens seminaristas, por se encontrarem já bem assentados no regime disciplinar adotado pelos padres lazaristas

¹⁴ O Movimento por um Mundo Melhor. Lançado na Itália, pelo P. Ricardo Lombardi, S.J., e o P. Virgínio Rotoni, S.J., com a mística de uma espiritualidade da Corpo Místico (em 29 de junho de 1943, Pio XII publicara a grande Encíclica *Mystici Corporis*, que dominou a eclesiologia do pré-Concílio). P. Lombardi pegou esta ideia e queria o maior número de pessoas em estado de graça. Era esta a mística do Mundo Melhor. O Movimento espalhou-se na Europa, mas teve grande influência aqui no Brasil, tanto que o primeiro plano de pastoral dos Bispos do Brasil, o Plano de Emergência (1962), estava todo fundamentado nas ideias do Movimento por um Mundo Melhor. O acento pastoral era a fraternidade evangélica e novo zelo missionário: o maior número de pessoas em estado de graça santificante (2004, p. 54).

holandeses (na direção desde 1947), viram-se incomodados com o abandono de velhos hábitos e costumes ao longo de sua formação.

Instaurou-se uma outra postura na formação dos seminaristas sob a direção dos padres diocesanos. A rotina dos internos passou a ser dividida por ensino no Colégio Diocesano e aulas complementares no Seminário.

A mudança incluía também a abolição do uso da batina, e a redução do seriado curricular, permanecendo, assim, no Seminário, apenas os seminaristas da 6ª série do 1º grau abaixo. Esta série na época era classificada de 2º ano ginásial. Os alunos da 7ª e 8ª séries seriam transferidos para outros Seminários. A providência tomada levava em conta a dificuldade que encontrariam os rapazes de se adaptarem às mudanças. Afinal, os hábitos e costumes adquiridos no passado estavam arraigados naqueles jovens, e só podiam levá-los ao confronto, o que não queriam eles nem a nova direção (Costa, 2004, p. 239).

O início do ano letivo de 1962 se deu com um prédio limpo e arrumado para receber os seminaristas, embora fossem aparentes os problemas nas paredes que exigiam reformas urgentes. O novo regime do internato passou a exigir a execução de faxina pelos seminaristas: um estranhamento para aqueles não habituados ao trabalho. Todavia, apesar das insatisfações e resistências iniciais, o semi-internato trouxe benefícios também. As mudanças visam especialmente aos questionamentos que se apresentavam para a educação de jovens da época. O reitorado do Pe. José Freire considerava a realidade social e não ignorava a vivência dos seminaristas com os não vocacionados no Colégio Diocesano. Era um enfrentamento à nova mentalidade. Ele se mostrou aberto ao diálogo com o grupo de insatisfeitos, ainda que sua argúcia se sobrepujasse aos argumentos dos descontentes.

Segundo um dos ex-seminaristas da época, remanescente do período holandês:

Adolescentes que éramos, na grande maioria, percebemos cedo que o monstro era bem mais manso do que pensávamos. E, contraditoriamente, descobrimos rapidamente que a sensação de maior exposição ao mundo reforçava a nossa formação mais espiritual. Havia uma clara orientação da nova direção do Seminário que, a partir daquele momento, estávamos mais comprometidos com um testemunho, cotidianamente. Na escola, não podíamos esquecer que éramos seminaristas e, portanto, tínhamos que dar testemunho de seriedade, responsabilidade, ética e, sobretudo, de jovens cristãos (Costa, 2004, p. 246).

Embora a postura austera do Pe. José Freire alimentasse as insatisfações de alguns, a rigidez desse novo Reitor exibia certo zelo na forma como era conduzido o Seminário. A vida comunitária no internato seguia um regulamento seguido à risca. Assim como testemunhou o

Padre Guimarães: “Tudo para mim era fascinante... O reitor era muito exigente, o Seminário estava sempre limpo, o que nos dava uma sensação muito boa da disciplina. Aliás, essa foi a palavra-chave de todo o tempo do Seminário” (Costa, 2004, p. 247).

Entre estudos e orações, a vida comunitária no semi-internato transcorria sob um regulamento, cuja disciplina era norteada por um programa diário de atividades em horários a serem obedecidos regiamente. Além da execução de possíveis reformas físicas do prédio, junto com as contribuições de campanhas e de voluntariados, é adotada uma taxa em benefício do Seminário por parte das paróquias. O orçamento da instituição eclesiástica se vê comprometido com o fim da ajuda dos produtores de sal (um porcentual da exportação do produto), após duas décadas.

A dedicação e os esforços do Reitor não foram suficientes para que o Seminário permanecesse aberto: os reflexos da crise encetada no início dos anos 60 também recaíram sobre o Santa Terezinha. No penúltimo ano de funcionamento, chegavam notícias de que alguns seminários potiguares não funcionariam no ano posterior, enquanto outros centros de formação já encerravam suas atividades por falta de vocações. Consideradas as dificuldades diversas, o Seminário Santa Terezinha de Mossoró promoveu a despedida dos sete internos, no ano de 1969. Ocioso, o espaço tornou-se ponto de apoio para trabalho de apostolado, foram cedidas salas para cursos de alfabetização de adultos, chegou a ser locado para uma unidade de ensino da Universidade Regional do Rio Grande do Norte (hoje UERN) e, por fim, transformou-se em centro de treinamento.

Não somente de vitórias compõe-se a trajetória daquele que desde cedo mostrou-se vocacionado para o exercício da fé, e comprometido com o rebanho sob seus cuidados. Logo, os apontamentos de natureza biográfica servem de referência futura a serem confrontados com os testemunhos daqueles que evocaram suas lembranças junto ao pastoreio de Dom José Freire.

3.1.1 Crise de vocações

O fechamento do Seminário Santa Terezinha de Mossoró (o último no Rio Grande do Norte), deu-se após uma árdua luta instaurada ao longo da década conturbada, pelo Reitor, de enfrentamento à situação generalizada sobre todos os seminários do País. Logo, não foi o projeto de reestruturação e suas efetivas mudanças no Seminário que resultaram mais tarde no encerramento das atividades eclesiásticas.

A dedicação do Padre José Freire e seu empenho, além de todas as medidas cabíveis adotadas durante o reitorado, foram pertinentes àquele novo contexto. Quando o Internato

passou a ser dirigido por padres da Diocese, com a saída dos padres lazaristas holandeses, fizeram-se necessárias as mudanças no sistema disciplinar, no projeto pedagógico de formação dos seminaristas.

Certamente o clero diocesano e o bispo de então, Dom Gentil Diniz Barreto, tiveram motivos justos para a efetivação das mudanças. Não é em vão que o Diário de fevereiro de 1962 registra: ‘Ficou resolvido, por ocasião do curso ‘Por um Mundo Melhor’, em setembro de 1961, e confirmado na reunião do Clero, de 15.11.61, que a partir de 1962, o Seminário voltará a ser dirigido pelo Clero Secular (Diocesano) (Costa, 2004, p. 238).

Tanto o Bispo, quanto o Padre José Freire estiveram afinados com o projeto *Por um Mundo Melhor*, a fim de aplacar as questões suscitadas na nova era mundial. De acordo com Freitas (1997, p. 71), o Movimento por um Mundo Melhor – MMM, presente em muitas dioceses brasileiras, teve um papel preponderante durante esse processo de planejamento pastoral. Ele visava não apenas dinamizar as obras pastorais, mas também despertar novas iniciativas na linha da unidade.

As grandes mudanças socioeconômicas, diante dos processos de modernização do capitalismo, exigiam uma abertura considerável da Igreja como forma de encarar os problemas emergentes. Havia a necessidade de repensar a ação missionária de então. Do Concílio Vaticano II (1962-1965), adequou-se à realidade o Plano de Pastoral de Conjunto – PPC, instrumento aprovado pelos bispos brasileiros durante a última sessão do Concílio, o qual resguardou a colegialidade episcopal, uma prática presente nos anos anteriores. Segundo Oliveira e Schiavo (2019, p. 72-73),

No Brasil, as mudanças conciliares colocaram em pauta um novo planejamento pastoral no intuito de reorganizar as bases institucionais da Igreja, colocando-a em sintonia com as orientações do Concílio Vaticano II (1962-65). Igrejas particulares e institutos religiosos procuraram se adequar às novas diretrizes pastorais, algo perpassado por dúvidas, tensões e crises.

Vê-se importante ainda que seja ressaltado o contexto sociopolítico nacional daquele período porque apresentava uma realidade a mais com o endurecimento do regime militar, era um cenário conturbado e a Igreja Católica brasileira se viu atingida também quando membros da Instituição sofriam violência e perseguição do poder militar implantado.

Nesse panorama de conflitos e questionamentos generalizados, encontra-se também a crise de vocações, momento preciso da história da Igreja Católica, dentro de uma compreensão

analítica de natureza sócio-histórica. O advento da encíclica *Humanae Vitae*¹⁵, em 1968, resultou em fortes transformações, pois a postura da Igreja frente à paternidade responsável, à abstinência da relação sexual entre os cônjuges durante o período fértil da mulher e aos métodos naturais de regulação da natalidade moralmente admissíveis pela Igreja Católica, seguiu-se com o *fenômeno da contestação*:

A encíclica *Humanae Vitae* divide o mundo católico e abre espaço para uma contestação direcionada à autoridade do papa. Além de se permitir a emergência desses lugares de dissensos e tensões e provocar uma crise de autoridade, o fenômeno da contestação reverbera também em outros âmbitos da vida eclesial: há uma crise das vocações religiosas, que vem acompanhada de uma crise interna aos seminários e de uma crise do sacerdócio, por parte de muitas pessoas que decidem abandonar a vida religiosa. No mundo dos laicos, a diminuição das práticas religiosas aumenta, e também se agravam os conflitos entre movimentos eclesiais (Bonato, 2012, p. 5).

Emergem posições vanguardistas, leituras inspiradas no Vaticano II tendem à descentralização do poder de Roma. Seminaristas, freiras e alguns padres de formação, optam pela vida religiosa junto a comunidades. Ainda inspirados pela recepção do Vaticano II, esses “dissidentes” rompem com a Instituição e estabelecem vínculos com as comunidades pobres da periferia, sem o controle nem a autoridade da Igreja. Enfim, intensificaram-se as desistências da vida religiosa, além do esvaziamento dos seminários. Foi necessária uma nova compreensão de si mesma por parte da própria Igreja. A realidade do Brasil era marcada pela miséria e a exclusão social, tendo-se, pois, o engajamento dos leigos nessa realidade da sociedade brasileira, além daqueles ordenados que largaram o ministério sacerdotal.

O conhecimento sobre a crise de vocações, que se generalizou em todos os seminários do País, não apenas dá uma visão ampla da realidade geral em que a Igreja esteve comprometida, mas ainda revela o empenho do sacerdote José Freire em tentar impedir o fechamento do Seminário Santa Terezinha de Mossoró, além de forte sentimento de pertencimento dele com a Instituição, a qual se dedicava profundamente.

¹⁵ Os anos 60 do século XX viveram uma verdadeira revolução nesse campo, movida pela invenção dos métodos contraceptivos e pelo movimento cultural sobretudo dos jovens. As mulheres ganharam força na reivindicação de autodeterminação na vida sexual. O Papa Paulo VI fez forte oposição a tal movimento com a encíclica *Humanae vitae*, retomando Agostinho, postura reafirmada com João Paulo II e Bento XVI, mantendo a oposição aos meios anticoncepcionais, à inseminação artificial, às pesquisas com células-tronco e a toda forma de aborto (Wolff, 2023, p. 91).

3.2 Resistência e perseverança na trajetória do presbítero devotado

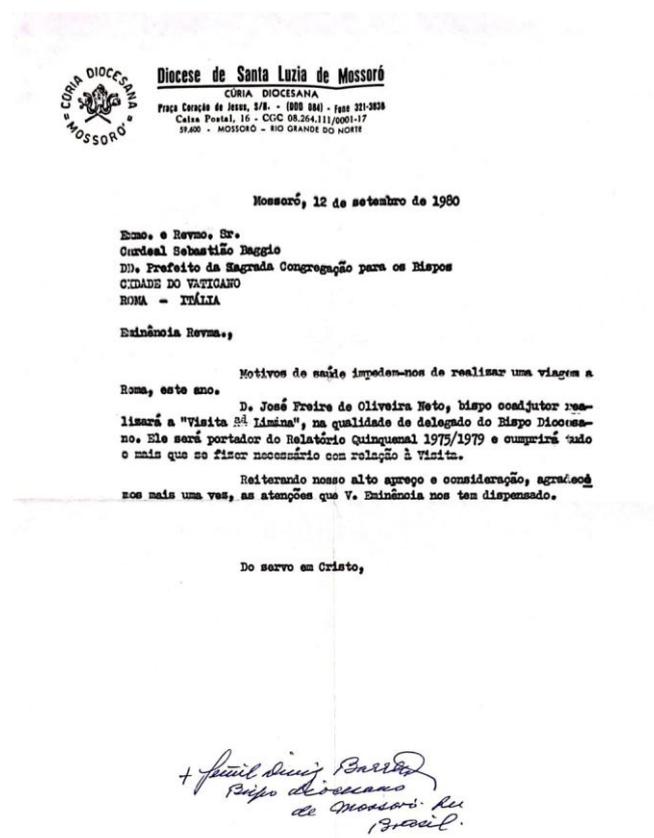
O reitorado de José Freire, desde a reabertura do Seminário em fevereiro de 1962, já se deparara com desafios e muitas situações adversas na condução do estabelecimento de formação de jovens seminaristas. Não só as novidades do mundo daquela época influenciavam no despertar da vocação de futuros sacerdotes. Quando adotadas as mudanças radicais e necessárias no reitorado do padre José Freire, estas foram feitas em consonância com a nova mentalidade da época, voltadas às questões que passam a existir naquele contexto mundial. Logo, “não foi apenas o Seminário que entrou na turbulência do final da década de 1960, não. O Clero Diocesano viu sair de suas fileiras nove sacerdotes, representando uma baixa de 36% (trinta e seis por cento)” (Costa, 2004, p. 267).

A dedicação do Reitor se fez incontestemente, as condições para o fechamento do Seminário eram advindas, sobretudo, da visão de mundo que se apresentava para aquela realidade social. Apesar de todos os esforços da direção do Seminário Santa Terezinha, em dezembro de 1969, as portas tiveram que ser fechadas.

Em 1972, o padre José Freire retorna à Roma para fazer um curso de Catequese (relevante para o futuro da Diocese de Mossoró), na Pontifícia Universidade Gregoriana (Diocese [...], 2014). Durante suas férias na Inglaterra, em 1973, ele recebe do Papa Paulo VI a bula de nomeação para Bispo Auxiliar de Mossoró, vindo sua sagração episcopal em 2 de junho de 1974, na Capela do Pontifício Colégio Pio Brasileiro, com o tema inspirado em Filipenses (3, 10) – *Configuratus morti eius*. O consagrante foi o próprio bispo de Mossoró Dom Gentil Diniz Barreto. Concluído um curso na Universidade Salesiana (Faculdade de Ciências e Educação), o Bispo Auxiliar José Freire foi apresentado ao povo diocesano mossoroense em 18 de julho de 1975. “O bispo vinha atender à necessidade de um reforço na pastoral, desobstruindo áreas de serviços de bispo auxiliar e liberando para outros serviços o coordenador substituído, Monsenhor Américo Simonetti” (Diocese [...], 2014, p. 18).

Desde quando recebeu a bula de nomeação de bispo, pelo Papa Paulo VI, Dom José Freire já contava com uma formação sólida em proveito dos serviços pastorais da Diocese de Santa Luzia de Mossoró.

Figura 4 – Carta de Dom Gentil Diniz Barreto ao Prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos

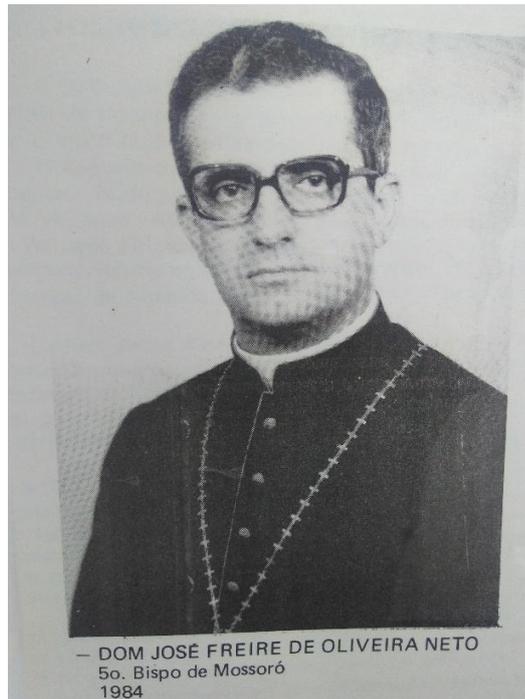


Fonte: Arquivo pessoal de Dom José Freire.

Foi nomeado bispo-coadjutor e muito ajudou na condução do bispado de Dom Gentil Diniz Barreto, o qual esteve impossibilitado de exercer algumas atividades durante seu pastoreio em virtude de problemas de saúde. Ao participar de um Encontro de Catequese, no Setor Regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em Recife, atuou como assessor da assembleia. Logo foi indicado como articulador do Setor Catequético do Regional Nordeste II¹⁶, por Dom Hélder Câmara. E com a renúncia de Dom Gentil Diniz Barreto, Dom José Freire assume interinamente o governo diocesano para, em 14 de março de 1984, ser nomeado o 5º bispo de Mossoró pelo Papa João Paulo II.

¹⁶ Durante a VI Assembleia Geral Ordinária da CNBB, no ano de 1964 em Roma, foi aprovado o desdobramento do Secretariado Regional Nordeste em três Regionais: Nordeste I (Maranhão, Piauí e Ceará); Nordeste II (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); e Nordeste III (Bahia e Sergipe). Em 1965, concretizou-se a divisão do Regional Nordeste; somente em junho de 1971, deu-se a fundação oficial do Regional Nordeste, durante reunião da CNBB no Rio de Janeiro.

Figura 5 – Dom José Freire nomeado Bispo da Diocese de Santa Luzia de Mossoró



Fonte: Diocese [...] (1984).

Por fim, seu episcopado chegou aos últimos dias com 36 padres, dos quais 15 foram formados sob os cuidados do referido bispo. Ele deixou um trabalho dedicado aos diocesanos mossoroenses, todos sob sua iniciativa ou aquiescência. Para a concretização desse legado, vê-se nas ações desenvolvidas a participação de Dom José Freire nos corriqueiros conselhos para a tomada de decisões.

3.3 O pós-jejum do Seminário Santa Terezinha no pastoreio diocesano de Dom José Freire

Diante da escassez de padres, entre os pouquíssimos ordenados naquele período conturbado de vocações para o sacerdócio, o Clero Diocesano encontrou no Padre Francisco Canindé dos Santos grande apoio para a reabertura do Seminário Santa Terezinha de Mossoró, com a abertura do Centro Vocacional, na Paróquia de Assú. Sendo poucas ainda as novas vocações, e ainda ocupado o espaço do antigo Seminário com serviços e atividades de um centro de treinamento, o Pe. Canindé – coordenador eleito do Centro Vocacional – definiu como sede a Paróquia de São João Batista, local de avaliação das inclinações para a vocação sacerdotal, cuja inauguração aconteceu em 25 de janeiro de 1978.

O Centro Vocacional acolheu nove jovens naquela oportunidade, os quais viviam em comunidade, acomodados em um prédio de dois pavimentos nas proximidades da Igreja Matriz,

cujo espaço fora alvo de pequenas reformas por pessoas voluntárias. O dia a dia seguia o regulamento da Casa: horário de despertar; oração matinal; café; saída para o trabalho; almoço; estudo em colégio estadual; estudo individual; assistência ao estudo; complementos formativos por formadores assuenses e mossoroenses.

O dia começava com oração e meditação espiritual. As atividades todas, bem como a convivência na comunidade do Centro Vocacional, do colégio e da rua, deviam estar na trilha da espiritualidade. Importava ser sempre luz e sal. Era para onde apontavam os complementos afirmativos. O final do dia era fechado com a meditação e a oração.

Nos finais de semana, os seminaristas cumpriam uma escala de serviço pastoral. Era, ao mesmo tempo, um exercício para as tarefas paroquiais que os aguardavam no futuro sacerdotal, e uma necessidade para a paróquia que estava acolhendo-os no presente. Nos intermeios dos horários todos, cabia um espaço para o esporte e o lazer. É o complemento de dimensão psicológica, com influência especial na mente, que esteve sempre a enriquecer as demais atividades (Costa, 2004, p. 272).

Durante a existência de seis anos do Centro Vocacional, junto à Paróquia de São João Batista, por lá passaram muitos jovens, de várias dioceses. Os hábitos do cotidiano na Casa já marcaram o dia a dia daqueles vocacionados. Essa vivência, desde então, fez com que eles se tornassem o que de fato são e as atividades habituais dão condições para a concretização daquilo que os jovens tanto almejam. A família, o trabalho, a convivência e a devoção são práticas do dia a dia e falam muito da pessoa, bem como de sua personalidade. Mesmo que esta pessoa, às vezes, não perceba, seus comportamentos revelem seu modo de ser e viver em sociedade.

Percorrer novos caminhos é justamente uma oportunidade que o indivíduo tem de traçar novas etapas que serão vividas em sua vida, no seu processo de evolução pessoal e em sociedade. Neste sentido, novas experiências são acumuladas e servem como base para a formação e, quem sabe, levam até a uma nova condição humana e experiencial. Então, tais possibilidades podem ser vistas como modelos formantes de caráter, postura e visão de mundo.

Indiscutivelmente as vivências deixam marcas bastantes positivas na formação humana e cristã dos jovens que almejam o sacerdócio. Com o passar do tempo, cada jovem vai percebendo sua escolha, sua vocação para a vida eclesial. A partir das vivências, contato com as diferentes realidades das pessoas, pode ser concretizado um desejo. Desse modo, um dia chega-lhe a possibilidade de poder seguir sua vontade: a descoberta de sua vocação devida para a vida e para o serviço da Igreja.

No final de 1983, foi tomada a decisão de o Seminário retornar a sua sede na Diocese. Convite aceito, a Reitoria do Seminário Santa Terezinha de Mossoró esteve sob a responsabilidade do Padre José do Vale, de 1984 a 1986, um homem que se mostrava

carrancudo e de personalidade forte. Suas funções de vigário tiveram que ser conciliadas com sua dedicação também para o bom funcionamento do Seminário. Posteriormente, o próprio Dom Freire assume a reitoria até que a continuidade do trabalho venha a ser assumida pelo jovem presbítero Flávio Augusto Forte Melo, que permaneceu na função até 1999 quando este foi estudar em Roma. Em 2001, retornou à reitoria, função exercida até 2003.

De 2003 a 2007, o posto de reitor do Seminário de Santa Terezinha esteve ocupado por Padre Talvacy Chaves, passando ao Padre Francisco Crisanto Borges de Araújo, que permaneceu até dia 25 de outubro de 2024. Com a reconfiguração pastoral realizada por Dom Francisco de Sales, a reitoria do Seminário cabe ao Padre Alison Felipe de Moura, cujo vice-reitor é o Padre José Victor dos Santos.

A partir desse breve contexto apresentado, vê-se o protagonismo de Dom José Freire e, para esse mesmo Pastor: “Foi no Seminário que nasceu e cresceu a Diocese de Mossoró” (Diocese [...], 2014, p. 23). Quando ainda era padre, José Freire foi orientado pelo bispo Dom Eliseu Simões para ser o reitor do Seminário Santa Teresinha, que assumiu uma grande missão e de tudo fez para a realização dessa obra importante da Diocese de Mossoró. Como os bispos anteriores, Dom José Freire perseverou na edificação da instituição de formação de eclesiásticos para a região do grande oeste potiguar.

Certamente, desde sua assunção à reitoria enquanto padre da Diocese mossoroense, sempre recorreu à ajuda de pessoas para desenvolver seus trabalhos. Afinal, todos necessitam de uma ação colaborativa para realizá-los e ter êxito e diligência em suas práticas. Além de sua formação e dedicação às causas, essa nova relação pode ser entendida como uma base de relação moderna da Igreja, que tem na colaboração uma de suas bases e sentidos.

Essa interação entre as pessoas tem como meta a prática de relações que devem ter como resultado a troca de conhecimentos, de modo especial, buscando não só a dimensão prática, mas também a reciprocidade entre elas. A necessidade de relações entre as pessoas que vivem em sociedade é, pois, algo bastante imperativo. Não existe pessoa que viva só, como não existem grupos sociais que estejam isolados na sociedade.

Estar a serviço da Igreja em suas necessidades foi uma das grandes ações de Dom José Freire, que sempre atendeu às expectativas da Diocese de Mossoró, quais fossem as ações a ele atribuídas. Mesmo que ocupassem o seu tempo, sempre estava à disposição para o serviço, para o pastoreio e para aquela missão primeira que assumiu cedo: a evangelização.

Assim, a vida é feita de responsabilidades. Todos têm tarefas e atribuições que devem ser realizadas no dia a dia. José Freire, em sua função de pastor, ora com os trabalhos à frente da paróquia do Coração de Jesus, ora no Seminário Santa Teresinha, sempre buscou realizar

bem suas tarefas, sem que viesse a abdicar de suas responsabilidades. Foi perseverante em sua luta para conservar o Seminário e, dessa forma, concretizar o sonho de jovens que se mostrassem vocacionados para o sacerdócio.

3.4 A memória histórica do homem do sagrado: as nuances de um ministério presbiteral e de um episcopado nascente

Quando o Padre José Freire esteve diante do desafio de ser aquele a quem as autoridades civis delegaram a responsabilidade pela assistência às pessoas desabrigadas, em virtude das enchentes do Rio Mossoró no início da década de sessenta, certamente aquele sacerdote se espelhou na pessoa de Jesus Cristo no momento de sua ação pastoral e social. Assim, sua atitude não fugiu à responsabilidade de pastor, sua participação foi ativa e decisiva durante a concretização daquele projeto, sendo um dos principais colaboradores.

Estando à frente do Seminário, sua administração reitoral não foi somente de ações positivas e práticas, o período foi bastante conturbado. O Pe. José Freire enfrentou muitas dificuldades em algumas questões, tendo de usar a sabedoria para poder encarar os desafios, sempre buscando o melhor para o Seminário Santa Teresinha. Assim, algumas adversidades o acompanharam naquela ocasião.

Conforme já exposto, a década de sessenta foi permeada com o advento de um novo tipo de comportamento social. Os jovens contestavam a hierarquia social rígida e o modelo social existente. Foi um período inovador em muitas práticas em que se pode destacar a relação familiar. Enfim, nesse período já não se tinha assegurada a cultura de preparo para a vida religiosa como nas décadas anteriores.

E naqueles tempos tudo se fazia no mundo cultural sob a tutela da igreja no mesmo sentido de dessacralização causada pelas ciências, iniciando o longo fenômeno de secularização que explodiu na década de 1960 em diante, Henri Gouthier comenta: “a ciência Moderna nasceu no dia em que os Anjos foram expulsos do céu”. E Pascal acrescenta: “o silêncio eterno desses espaços infinitos me apavora”. Esse sujeito moderno modelado pelas ciências não se encontrou em casa numa igreja e numa teologia repleta de afirmações pré-científicas quanto à realidade da natureza. Lembrar que naqueles idos se condenavam o evolucionismo o transformismo de espécies o poligenismo e tantas outras afirmações bastante consensuais no mundo científico. O sujeito moderno, mas questão de ser ele mesmo. Deixou para trás o ideal de forjar-se segundo as tradições que recebia na família, na escola na igreja e na sociedade. Passou a olhá-las com desconfiança, a passá-las pelo crivo de sua própria experiência (Libânio, 2005, p. 52).

O panorama da sociedade ocidental estava sob a mudança de paradigmas. Tudo o que era a base da sociedade do período começou a ser questionado. O tipo de educação e vivência rígida de sociedade agora dá espaço à flexibilização em todos os setores, até de modo especial na dimensão da fé. A ciência apresenta-se em primeiro plano, à frente da dimensão espiritual. O que antes era uma verdade do ponto de vista da fé ou da devoção passa a alvo de indagação.

Com o avanço da ciência, advém o debate sobre muitos temas sociais como o ceticismo, a indiferença religiosa, dentre outros fatores. Diante dessa nova realidade, a Igreja passa a olhar para si mesma, a colocar-se numa situação de autorreflexão, a rever seu próprio papel na sociedade. Assim, o contexto de crise de dúvidas é contornado com o Concílio Vaticano II – uma nova forma de abertura da Igreja para a sociedade –, bem como da busca de um diálogo e entendimento.

O tempo do Concílio foi uma oportunidade única para os bispos brasileiros se conhecerem. Fundamental nesse processo foi o papel articulador da CNBB. Não é exagerado dizer que nosso episcopado assumiu de fato o Vaticano II como pioneiro: estudou e assimilou o conteúdo dos dezesseis documentos conciliares com o firme propósito de aplica-los à realidade da Igreja no Brasil, utilizando como instrumento privilegiado o Planejamento Pastoral (Matos, 2011b, p. 162).

Com a mudança cultural que se fazia na sociedade, a Igreja tinha que buscar novos modos e meios de anunciar a sua proposta evangelizadora, bem como apresentar um melhor esclarecimento de sua vertente catequética.

O Vaticano II foi convocado com a opção fundamental de atualizar a Igreja e não para definir questões particulares de doutrina. Esse objetivo produziu outra postura normativa, não mais aquela das definições dogmáticas ou das condenações de erros, mas de posicionamento permanente da Igreja perante a realidade. Pode-se dizer que a doutrina conciliar fundamental refere-se à relação correta da Igreja com o mundo (uma ortodoxia metodológica) na condição de intérprete que busca entender para melhor servir (Passos, 2014, p. 103).

E o sacerdote especialista José Freire via na catequese uma ação necessária e basilar da Igreja, sendo nela que se aprofunda a fé, bem como é a entrada necessária aos sacramentos. É de se perceber que a dinâmica da Diocese de Mossoró, em crescimento, necessitava de uma dinâmica para melhorar a articulação pastoral. Quanto ao Planejamento Pastoral, considerando-se a importância o Concílio Vaticano II, convém ressaltar que,

papel significativo nesse processo de planejamento pastoral coube ao *Movimento por um Mundo Melhor* (MMM), presente em diversas dioceses brasileiras. Tinha por meta dinamizar as obras pastorais existentes e também despertar novas iniciativas na linha de unidade. Muito ‘ajudou’ no crescimento da consciência eclesial dos cristãos em geral e, especialmente, de sacerdotes e religiosos, contribuindo para a superação de preconceitos e resistências em relação à união de forças e ao trabalho pastoral articulado e planejado (Matos, 2011b, p. 164).

E Dom José Freire confere uma nova perspectiva de ação e de desenvolvimento no serviço pastoral. Ele, que na condição de padre conhece muito bem as necessidades pastorais, e pode realizar planos de ação, envereda por essa via com o intuito de resolver alguns problemas. A catequese torna-se a base da ação eclesial como exposição da fé católica numa sociedade em mudança. A Igreja precisa entender e dialogar com esse novo mundo com um modo próprio de viver. Ela não pode ficar fechada em si mesma, com seus valores, em sua posição hermética. Então, passa a um dialogar com a modernidade, suscita uma abertura, posta-se à escuta e expõe seu posicionamento. Eis uma demonstração de uma base de comunicação com a sociedade emergente.

Essa intenção fundamental de entender, dialogar e solidarizar-se com a realidade presente impulsiona formas de pensamento e de ação que buscam caminhos coerentes e viáveis em cada tempo e lugar em que a Igreja estiver presente (Passos, 2014, p. 104).

Diante das intempéries desse período de fortes transformações, Dom José Freire não esmoreceu perante os obstáculos. Persistente no foco da catequese, e em momento propício, sua ação pastoral obteve êxito na reabertura do Seminário Santa Terezinha. Sendo pessoa experiente, e considerada a sua percepção de mundo, Dom José Freire acompanha as mudanças que acontecem na sociedade em tempo real. Ele, certamente, observara com certa preocupação o desenvolvimento da sociedade que estava em acelerado processo de secularização, com o relativismo que se infiltrava na mente e no cotidiano das pessoas. Portanto, era necessário preparar a Igreja para trilhar um novo caminho de diálogo.

A sociedade moderna, dentro de seus valores de relativismo e de questionamentos, que devem ser sempre levados em conta, deve receber uma resposta à altura com base na fé proclamada. Uma explicitação da religião com os olhos e ouvidos da compreensão social é sempre uma maneira de aproximar a religião do povo na sua contemporaneidade.

Dom José Freire teve uma ação pastoral à altura da necessidade do povo de Deus, a fim de apresentar uma Igreja mais comunitária, inclusiva e participativa. Haja vista ser essa a

perspectiva do novo modelo de Igreja proposto pelo Concílio Ecumênico Vaticano II que, por meio de uma atualização, motiva a Igreja católica em plano universal a desenvolver novas metas e ações que estejam dentro de um plano de ação evangelizadora. Assim sendo, o resultado não seria outro, senão a possibilidade de reconciliação da Igreja com a sociedade, de escolher e de viver a perspectiva no progresso civilizacional.

Durante seu pastoreio, Dom José Freire nunca se eximiu do contexto de desigualdade social existente, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. Sempre teve um olhar social para as demandas da sociedade, elaborou planos de ação com o fim de ajudar as pessoas que estavam em necessidade. Agindo assim, compreendeu a exigência da Igreja e, enquanto representante de Jesus Cristo, foi uma alma de amparo às pessoas desprovidas de bens ou que vivessem em condições sub-humanas.

O resgate histórico da pessoa de Dom José Freire de Oliveira Neto tem esteio e busca compreensão na sua formação enquanto pessoa humana, sua condição familiar, pessoal, além de pastor diocesano. Todavia, não se pode desconsiderar aquilo assentado por Lowenthal (1998, p. 110) acerca da História: o passado não pode ser resgatado, nem o relato histórico consegue dar conta da imensidão do passado. Por sua vez, em virtude de compreender um conjunto de acontecimentos e situações, não se pode resgatar esse passado que não mais existe porque o relato histórico é incapaz de recuperar o passado como ele foi. Dar-se-á, pois, a veracidade desse mesmo relato quando comparado com outros registros. Ater-se tão somente aos registros oficiais, e tê-los exclusivamente como constatação da verdade histórica, não é o suficiente para maior proximidade com o contexto de uma época, nem sentir de forma mais ampla um passado que pode ainda se refletir sobre o presente que está sendo vivenciado. Arremata ele seu raciocínio com a assertiva: “A narrativa histórica não é um retrato do que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu (Lowenthal, 1998, p. 111). Nessa mesma exposição, o estudioso também atenta para a subjetividade do conhecimento histórico, haja vista que este seja preconcebido não apenas por seu narrador, mas também por seu público. Ele ressalta que, “ao contrário da memória ou dos fragmentos, a história geralmente depende dos olhos e da voz de outrem: nós a enxergamos através de um intérprete que se coloca entre os acontecimentos passados e a nossa compreensão dos mesmos” (Lowenthal, 1998, p. 113).

O desenvolvimento histórico e biográfico acerca de Dom José Freire visa justamente relatar fatos acontecidos na vida do Eclesiástico e na sociedade (junto ao seu rebanho de fiéis), bem diferente de meras narrativas ou do simples atos de evocar recordações a respeito das ações da administração episcopal, nem se preocupar em pontuar de forma gratuita as realizações daquele Bispo. Torna-se aqui oportuna a fala de Le Goff (1990, p. 13): “a história pode ter ainda

um terceiro sentido, o de narração. Uma história é uma narração, verdadeira [...] com base na ‘realidade histórica’ [...]”.

Não se trata de trazer à memória simplesmente a figura de Dom Freire, através de fatos pontuais de uma época que devam ser valorizados a título de interesses particulares. Tampouco, deve-se rememorar tais fatos para lhes atribuir crédito de uma única verdade ou apresentá-los como a versão oficial histórica. “Em outras palavras, a memória atualiza e presentifica o passado, uma vez que é retenção, mesmo que inconsciente ou encoberta da experiência vivida e dos sentimentos preservados” (Delgado, 2009, p. 16-17).

Portanto, àqueles que vivenciam o presente, importa ressaltar aquilo que não foi vivido por eles, mas que ainda se encontra na memória de alguns, pode ser compartilhado e tem reflexo atualmente. Entre tais pessoas que podem evocar um período de vivências, dar-se-á a conexão em prol de um bem comum: o legado de um episcopado nascente.

3.5 Um bispo entre contextos históricos eclesiais distintos: avanços, resistências, continuidades e descontinuidades

A pessoa de Dom José Freire, ainda que não seja uma unanimidade, pode ser vista como um bispo incentivador da pastoral, zeloso pela igreja, um exemplo de homem comprometido com a fé e com a realidade social de seu rebanho. Trata-se, pois, de um bispo atuante no seu tempo, que procurou servir à igreja de uma forma bem prática, pela doação pessoal, buscando unir o conceito da fé com a prática social.

Dom José Freire se doava na dimensão do seu pastoreio dentro de uma perspectiva pastoral, buscando agregar e fomentar pessoas para esse trabalho junto à Igreja. Era um homem dedicado e de muita visão, que sabia agir de maneira sensata em prol da pastoral. Acolhia as pessoas necessitadas e motivava os agentes de pastorais para essa missão de acolhimento. As reuniões, que promovia, tinham como objetivo formar pessoas e tomar as opiniões daquelas dispostas ao bom entendimento. Mesmo os mais resistentes eram motivados por ele com novos esclarecimentos.

Como um pastor muito presente e zeloso. Tanto no que tange ao culto (culto ordinário e festividades do calendário católico) como em relação às ações sociais e à estreita ligação com a Igreja Nacional (CNBB) e o Vaticano (visitas *ad limina*, por exemplo, que ele fazia religiosamente). E com grande visão de futuro, esforçando-se por conduzir toda a Diocese como um bloco só (Prof. Aécio. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 abr. 2023).

Dom José Freire soube conduzir o rebanho diocesano dentro de uma boa margem de unidade. Esse Pastor teve sua atuação pautada numa visão de compromisso social, haja vista ser um homem de visão dotada em que havia uma dimensão do desenvolvimento pastoral e social da Diocese.

O Bispo tinha uma visão bastante voltada para a dimensão social dentro do planejamento da Diocese de Mossoró, pois acompanhava a Igreja e sua evolução no campo social por meio do Concílio Vaticano II, tendo como literatura fundamental a constituição pastoral *Gaudium et Spes*¹⁷.

A eclesiologia do Vaticano II defende uma Igreja do povo de Deus, marcada pela comunhão e participação, a qual está inserida na complexidade do momento histórico. A Instituição torna-se ousada (por se abrir para as novas realidades do mundo, para uma sociedade em transformações) e aberta para aprender (antes de mestra, discípula da verdade porque aprende com o novo contexto social em mudanças). Logo, nesse novo cenário de igreja, há uma valorização dos ministérios leigos.

Gaudium et Spes leva a marca do Concílio Vaticano II tal como o imaginou João XXIII: a pastoral pensando a inserção da Igreja no mundo atual, promovendo seu *aggiornamento*, para que ela volte a ser significativa na vida da pessoa humana contemporânea. Paulo VI também o afirma, ao ver o documento provocar a reintrodução da Igreja na sociedade contemporânea (Manzatto, 2009, p. 78).

Essa constituição pastoral trata da relação da igreja com a sociedade Moderna – um documento que foi fundamental para que a Instituição tivesse uma nova roupagem de atuação na sociedade por meio de sua ação profética¹⁸.

¹⁷ Os últimos dois documentos do Concílio Vaticano II, o decreto missionário *Ad Gentes* e a Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, aprovados e publicados na véspera do encerramento do Concílio, em 07 de dezembro de 1965, se completam um ao outro: *Ad Gentes* conclama a Igreja, como Povo de Deus, a uma evangelização universal, como consequência da natureza missionária da própria Igreja, enquanto que a *Gaudium et Spes* dá o toque de inserção da Missão eclesial nas situações concretas da sociedade humana (Mariani, 2005, p. 42).

¹⁸ A partir da década de 1940, surgem no Brasil os primeiros movimentos, visando a permitir maior participação do laicato na vida da Igreja. Dentre esses encontramos a Ação Católica. Segundo Congar, esse movimento, com sua rigorosa e eficaz formação de quadros, sua formação apostólica, não encontrou ainda um substituto equivalente em qualidade e importância nos últimos tempos. Pio XI, o grande incentivador da Ação Católica, assim se manifestou sobre a colaboração dos leigos no apostolado hierárquico. Os papas Pio XI e Pio XII foram grandes incentivadores na integração dos leigos à missão apostólica da Igreja. O grande entusiasmo com que se colocaram em relação à Ação Católica é um exemplo disso. A Ação Católica preparou as grandes lideranças leigas que aos poucos foram assumindo o seu papel na Igreja, a partir do Concílio Vaticano II (Silva, 2011, p. 50).

Quanto a Dom José Freire, sempre conectado com as diretrizes da CNBB, dentro de um viés democrático, valorizava a formação e a atuação do laicato¹⁹, em busca de uma compreensão das pessoas e do chão em que elas viviam. De acordo com Passos (2014, p. 115):

E por meio do laicato, a Igreja pode recolocar-se perante o mundo moderno que havia rejeitado como equivocado e retirado de sua agenda positiva: como realidade que pudesse ser teologizada. O leigo, considerado o braço da hierarquia no mundo, tornou-se gradativamente membro efetivo da Igreja e, por conseguinte, sujeito de direitos e deveres. Por meio dos leigos, a Igreja se reposicionou perante o mundo do ponto de vista hermenêutico e prático, e refez a compreensão de si mesma como povo de Deus e servidora da humanidade.

Seu episcopado foi marcado por ações voltadas a várias causas sociais. Fossem através de orientações ou pela formação através dos agentes pastorais, as comunidades e as pessoas menos favorecidas contavam com a colaboração do Pastor, a fim de promover uma melhoria de vida das pessoas envolvidas.

A exemplo de Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires e Dom Aloísio Lorscheider, Dom José Freire foi um Bispo que tinha como característica a sua ação pastoral, junto com uma visão política aguçada. Era um homem de poucas palavras, porém de muita ação. Sempre dava atenção a todos, tratando-os bem e com respeito.

Atencioso, chamava pelo nome as agentes e os agentes de pastoral. Para isso, eram necessários poucos contatos. Sisudo, mas dava gargalhadas. Inteligente, de muita leitura e de reflexões profundas. Tímido, honesto, não tinha medo de assumir suas posições pastorais ou políticas (Maria do Socorro Oliveira. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 09 out. 2022).

Conforme o relato acima, Dom José Freire era um homem bastante focado em sua função e bem próximo das pessoas com as quais desenvolvia seu trabalho. Homem sério, mas também irreverente; inteligente e que assumia de forma bastante convicta suas posições, fossem estas pastorais ou políticas. Logo, enquanto bispo diocesano, sempre teve ligação com as pastorais sociais, cuja atuação era voltada para a dinâmica de desenvolvimento e em prol das comunidades e famílias desassistidas pelo poder público, com o fim de que obtivessem o mínimo de dignidade na vida.

¹⁹ Uma das características desse período, logo após o Concílio, é a participação dos leigos na Igreja, pois estes atuam em diversos setores da pastoral, em diversos níveis e de diversas fórmulas. O ideal cristão proposto e vivido pelos leigos, a partir do Concílio Vaticano II, é definido pela Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (Silva, 2011, p. 50).

Figura 6 – Dom José Freire durante uma Assembleia Paroquial de Pastoral, em Pau dos Ferros (1998).



Fonte: Arquivo pessoal de Maria da Conceição Nobre Cavalcante²⁰.

Dom José Freire foi um bispo bastante presente e atuante: tanto nas festividades religiosas como nas ações sociais da Diocese. Não só orientava seus agentes, promovia cursos de formação, como também participava de muitas ações pastorais. Enfim, mantinha-se em sintonia com as recomendações dadas pela CNBB, visitava o papa no Vaticano, demonstrando, assim, sua estreita ligação com as orientações do Santo Padre. Esteve presente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB)²¹, bem como nos cursilhos de Cristandade²².

²⁰ Maria da Conceição Nobre Cavalcante, como leiga, integrava a Comissão Diocesana de Catequese, Coordenadora Paroquial da Catequese Renovada e representante do Zonal Alto Oeste na Coordenação Diocesana de Pastoral. Atualmente integra a Coordenação Paroquial de Pastoral na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Pau dos Ferros e Rafael Fernandes. É articuladora do Setor Social da Paróquia, faz parte do Conselho Missionário Paroquial e ainda é Coordenadora da Comunidade Mãe Rainha em Pau dos Ferros.

Quanto à foto acima, é o registro da presença de Dom José Freire (ao lado de Hadson Nobre) durante a Assembleia Paroquial de Pastoral, em Pau dos Ferros, como parte do processo de preparação do Jubileu do ano 2000, tendo como referência a carta apostólica *Tertio Millennio adveniente* ("Com a aproximação do Terceiro Milênio"), do Sumo Pontífice João Paulo II. O evento ocorreu na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Pau dos Ferros, no ano de 1998.

²¹ Apesar da Igreja Católica no Brasil ter elaborado propostas voltadas para as "causas da pobreza", muitos padres, bispos, religiosos e religiosas continuavam utilizando práticas que contradiziam os discursos da Igreja. De acordo com Frei Betto, Clodovis Boff, Leonardo Boff e outros e conforme vários documentos da Igreja, a proposta das CEBs e de práticas libertadoras foi adotada apenas por cerca de 1/5 dos católicos no Brasil (Alves, 2013, p.195).

²² O movimento está fundamentado na premissa de levar os ensinamentos do Evangelho aos ambientes onde estão inseridos seus integrantes e a sociedade em geral (Diocese [...], 2014, p. 90).

Quanto às CEBs, essas eram os pequenos núcleos onde os católicos procuravam conciliar sua fé com a realidade social:

Nelas o ministério leigo era fundamental, com destaque para a mulher. Durante toda a década de 1970 as CEBs foram vistas como uma grande esperança de renovação da Igreja nas bases. Fala-se que elas “reinventaram a Igreja” e passaram a constituir “um novo jeito de ser Igreja”. Com sólidas bases teológicas, enraizadas no documento conciliar *Lumen Gentium* (n. 26a), ancoradas na dinâmica eclesial de comunhão e participação, apresentavam-se como uma Igreja “toda ela ministerial”, a serviço da evangelização no meio e a partir do povo (Matos, 2011b, p. 199-200).

E Dom José Freire Não só teve a participação de muitas pessoas em suas ações pastorais, mas também foi atuante e participativo nos eventos. “Nada na Diocese de Mossoró, em âmbito eclesial, se criava ou se renovava sem que houvesse a participação do bispo” (Diocese [...], 2014, p. 19).

Figura 7 – Dom José Freire em Movimento de Cursilho de Cristandade, em Pau dos Ferros (1988).



Fonte: Arquivo pessoal de Dom José Freire.

Era um homem que sempre buscava agir dentro de um processo de humanidade, conhecendo e se relacionando com todas as forças vivas da Diocese de Mossoró, presando pela unidade e o bom desenvolvimento da pastoral em nível diocesano.

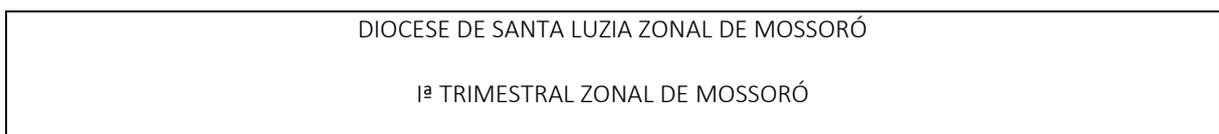
Lembro de um tempo de um trabalho muito articulado com Roma, com os documentos da Igreja, em especial Doutrina Social, Catequese, Liturgia, Comunicação, Clero, sempre foram prioridades em seu pastoreio. 5 pilares: Religioso, Social, Catequese, Comunicação, Clero. Um tempo de um trabalho articulado com as paróquias, zonais e diocese, através da Coordenação Diocesana de Pastoral, onde democraticamente se discutia todas as ações, construía-se um Plano Pastoral Diocesano, nas dimensões acima destacadas, com metas, ações a serem desenvolvidas, com objetivos, atividades, que eram avaliadas em cada reunião trimestral e na assembleia anual diocesana. Um trabalho que fluiu muito bem, democraticamente discutido, elaborado e executado, articulado, executado pela Coordenação Diocesana de Pastoral com representantes das pastorais, movimentos, serviços, clero, religiosos(as) e de cada Zonal. Muito foi feito, desenvolvido, em um trabalho articulado (Edimar Teixeira. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 24 jan. 2023).

Dom José Freire foi um bispo bastante dinâmico com relação ao seu pastoreio, pois além de ter boa sintonia com as diretrizes vindas do Vaticano, ainda estava bem antenado com a localidade, os documentos da Igreja, além dos documentos nacionais, a exemplo da Catequese e Liturgia.

Dom Freire era o bispo da catequese especializada e pastoral solidária, não se descuidava da ação permanente que a função de bispo requer programática e de calendário. Assim é que se via, sob sua coordenação, a realização de reuniões do clero e de agentes de pastoral, quatro vezes por ano. Juntam-se a isto três assembleias para estudo e uma para planejamento e deliberação, e todas com duração de quatro dias (Diocese [...], 2014, p. 19).

Foi sua grande preocupação, durante o pastoreio, a formação dos seminaristas, com os quais mantinha estreita relação. De perfil bastante democrático, tanto ao clero quanto aos leigos, ele delegava a votação para as prioridades anuais na Diocese. Eram decisões tomadas em reuniões de nível diocesano. Todo esse trabalho era feito por meio de votações nas reuniões das Zonais, Trimestrais e Assembleias Diocesanas²³.

Figura 8 – Reprodução do Relatório da I Reunião Trimestral Zonal de Mossoró.



²³ Na época de Dom José Freire, a Zonal consistia em um conjunto de paróquias, numa determinada região, visando melhor articulação e organização pastoral. De cada zonal era escolhido um representante para integrar a coordenação diocesana. Quanto às trimestrais, consistiam em reuniões que a Diocese fazia regularmente de três em três meses, buscando conhecer a realidade das paróquias como um todo e, por fim, definir as principais linhas de ação para a Diocese durante o ano. Por sua vez, Assembleias Diocesanas eram reuniões que tinha por objetivo a definição das ações pastorais a serem realizadas de forma mais integrada. Eram realizadas a cada ano e tinha como principal objetivo a busca da comunhão, a participação de todas as forças vivas da Diocese.

R
E
L
A
T
Ó
R
I
O

MOSSORÓ/ABRIL/1994

1ª REUNIÃO TRIMESTRAL DO ZONAL DE MOSSORÓ

Realizou-se no dia 15 de março de 1994, no Centro de Treinamento “Libânia Lopes Pessoa”, a 1ª Reunião Trimestral do Zonal de Mossoró.

O Zonal refletiu sobre o tema: Pastoral Urbana. A reunião teve início às 8:00 hs. com a oração, em seguida a apresentação dos participantes por paróquias, movimentos e diretores de escolas.

Para nos ajudar na reflexão, foi convidado o profº Djalma Oliveira do Departamento de Economia da Universidade Regional do Rio Grande do Norte, que falou dos aspectos econômicos da cidade de Mossoró que não são dissociados dos problemas sociais. A reflexão foi feita em 3 momentos:

- Décadas de 60 a 80.
- 1860 - Chegada da Companhia de Navegação.
- 1860/70 - Expansão da economia de Mossoró, esta tornou-se empório comercial entre o litoral e o sertão, comércio de couro, sal, peles e algodão.
- 1877 - seca: mão de obra barata – pessoas saíam de Mossoró até Martins afim de ganhar uma rapadura.

• 1915 – Criada a Estrada de Ferro no Nordeste com o objetivo de escoar a produção. As Estradas de Ferro no Nordeste foram financiadas pelo capital inglês, porque precisava do algodão prata na indústria têxtil.

Foram construídas várias barragens que extinguiu o porto fluvial Pedrinhas, caindo assim a economia mossoroense. A Estrada de Ferro chega tarde porque algumas empresas já tinham saído da cidade.

Mossoró deixa de ser empório comercial, para ser extrativista, dando origem às indústrias de óleo de algodão - o agro-industrial.

A indústria salineira cresce em 1970 com a modernização, causando desemprego e dando origem aos grandes produtores. Nesta época começa a chegar o serviço terciário, a FURRN, a ESAM entre outros.

Atualmente, a economia está centralizada em 3 aspectos: sal frutas tropicais - culturas nobres, só exportações e petróleo.

Em 1980 a população de Mossoró era de 146.000 habitantes, sendo 123.000 urbana e 23.000 rural. Hoje, mais do que nunca está havendo um enorme êxodo rural - a cidade está inchando. Além disso, Mossoró é horizontalizada, tendo um grande número de conjuntos populares, enquanto o número de edifícios é pequeno.

- Pistas para o crescimento regional:

- 42% de desempregados;
- os sertões lutam por uma política de emprego;
- hortas comunitárias educativas nos terrenos baldios;
- política de saneamento do rio Mossoró para aproveitá-lo;
- aproveitar as margens para construir tijolos.

- Situação de emprego:

- 32% funcionário público
- 2% sem idade para trabalhar
- 42% de desempregados.

Concluída esta parte, foi feito um trabalho em grupo com a finalidade de descobrir os desafios para a Pastoral Urbana na cidade de Mossoró. (VER O PLANO).

Dando continuidade a reflexão, pe. Guimarães refletiu sobre a Pastoral Urbana e a dimensão religiosa. Assim sendo, a Igreja colocou a Pastoral Urbana sobre a ótica da modernidade, em 3 níveis

1º - Evangelização/Sacramento/Catequese

2º Atender aos desafios da cidade usando a promoção humana e,
3º - A Pastoral Urbanamente Inculturada.

É preciso tomar consciência da modernidade e traçar estratégias por uma ação pastoral que atenda estas necessidades.

- Pela ciência e pela técnica o homem moderno se acha privilegiado, portanto apto a dominar.
- O trabalho não deve ser criativo, mas produtivo.
- O trabalho hoje não deve ser sofrimento, mas melhoria de vida.

Na Idade Média o homem devia trabalhar com Deus, “ora e labora”, hoje com a técnica ele quer dominar a natureza, explorar e com isso o trabalho vai produzir novo rosto de tristeza e desespero. Não basta trabalhar, mas ter condições dignas de vida.

O trabalho é visto como exploração, 42% de desempregados de nossa cidade gostaria de ser explorado.

Como foi formado o pensamento de modernidade: Na Idade Antiga – Antiga Grécia – Cosmocêntrica (Mundo centro). Na Idade Média – Teocêntrica (Deus centro) e hoje a Antropocêntrica (Homem centro).

A Modernidade no Brasil:

- Modernização restrita e autoritária.

trabalho - labor - latim: pvo - grego: opus - ergon - obra.

alteridade – preocupação com o outro/próximo.

- Modernidade é um jeito novo de ver as coisas e pensar: industrialização, vida urbana e tecnologia.
- Características comuns de modernidade: a cultura moderna imita a tradicional; o uso da natureza

mais

utilitária e menos respeitosa; a Igreja continua com a linguagem e cultura tradicional - a linguagem

e

a cultura da Igreja não é da maioria.

- A crise pode provocar uma crise de fé;
- A cultura moderna atingiu os agentes;
- A emoção atinge o homem mais que a razão.

Devemos nesta oportunidade repensar a questão do leigo. Superar uma pastoral zonal com um presbítero bem unido.

Crítérios para a Pastoral Urbana – 3 pontos chaves:

CATEQUESE/LITURGIA e ORGANIZAÇÃO ECLESIAL.

- Descobrir pontos chaves.
- Integrar experiências com criatividade.
- Conhecer e trabalhar a realidade.
- Participação e envolvimento de todos.

Fonte: Diocese de Santa Luzia de Mossoró.

Essa forma de trabalhar da Igreja demonstra que ela não só tinha uma mentalidade sacramentalista, mas era preocupada com as questões sociais referentes ao povo diocesano. Havia uma tensão entre fé e política, uma vez que há críticas sobre discursos com forte teor político, mas quem critica envolve-se com meios políticos que oprimem o povo. Assim, a Diocese se mostrava envolvida com o cotidiano, como bem demonstra o relatório acima.

Quanto às ações diocesanas, elas visavam ao bem-estar da coletividade, havia preocupação para com as soluções conflituosas existentes no seio social. O pastoreio de Dom Freire, através de suas pastorais, as quais são voltadas a demandas das pessoas no contexto urbano, justifica o protagonismo dado aos leigos, porque estes podiam estar presentes no cotidiano dessa gente. As pastorais mais diversas (da visitação, da carcerária, da saúde, do

idoso, da criança) procuravam amenizar os problemas dessa população, muitas vezes oprimida, senão vítima das mazelas sociais.

Dentro de um perfil de decisões democráticas, o pastoreio de Dom Freire dava vez, voz e voto aos leigos participantes das pastorais. Ele motivava a todos os participantes dessa elite da pastoral diocesana a serem o mais articulados possível, tendo em vista a realização dos planos e metas. Haja vista o exemplo:

Figura 9 – Plano Zonal de Mossoró 1994/1995.

| PLANO ZONAL DE MOSSORÓ - DIOCESE DE SANTA LUZIA | | | | | | |
|---|---|-------------------------------|---|---------|--------------------|-------------------------------------|
| ANO - 1994/95 | | | | | | |
| | OBJETIVOS | DESAFIOS | AÇÕES | QUANDO | ONDE | RESPONSÁVEL |
| 1. | Assumir uma pastoral de conjunto na cidade de Mossoró, com destaque a dimensão missionária. | 1. ESTRUTURA ECLESIAL FECHADA | a. Reestruturação das Paróquias, através da criação de coordenações, conselhos e equipes, priorizando a Evangelização nas periferias, tendo em vista as CEB's. b. Avaliação e continuação das ações já iniciadas como: dízimo, ministério da visitação e dos sacramentos: Batismo, Crisma e matrimônio. c. Estudo do Roteiro de Catequese. d. Reunião Trimestral com o tema: Protagonismo dos Leigos. e. Integração entre equipes de serviços e movimentos. f. Maior articulação entre as paróquias com trocas de experiências entre os agentes de pastoral. | 1994/95 | Cada paróquia. | Coordenações paroquiais. |
| | | | | 1994/95 | Cada paróquia. | Equipes centrais. |
| | | | | 1994 | Cada paróquia. | Coordenação Diocesana de Catequese. |
| | | | | 1995 | - | Coordenação Diocesana. |
| | | | | 1994/95 | Coord. da zonal. | Coordenação do Zonal. |
| | | | | 1994/95 | Zonal | Coordenação do Zonal. |
| 2. | Ser uma Igreja descentralizada e comprometida c/ os pobres, os jovens e com a educação permanente da fé de seus membros (crianças, adolescentes, jovens e adultos). | 2. DESEMPREGO | a. Envolvimento do zonal nos comitês da cidadania. | 1994/95 | Cidade de Mossoró. | Pastoral operária. |
| | | | | 1994/95 | | Coordenação do Zonal. |

| | | | | | | |
|----|--|----------------------------|--|---|---|---|
| | | | <p>b. Organização da Pastoral do Menor e apoio a Casa da Esperança e Lar da Criança, com a formação de uma equipe interparroquial.</p> <p>c. Refletir com alguns segmentos da sociedade civil, o problema da prostituição feminina e masculina, procurando encontrar soluções.</p> | 1994/95 | <p>As cinco paróquias.</p> <p>As cinco.</p> | <p>Coordenação do Zonal. Paróquia de São José e Lar da Criança.</p> <p>Cenpacre e Coord. do Zonal.</p> |
| 3. | Priorizar a ação do leigo, valorizar suas opiniões e decisões (protagonismo dos leigos). | 3. EDUCAÇÃO | <p>a. Aproveitamento do ambiente escolar para trabalhar os educadores e educandos em todos os aspectos, tendo em vista a organização da Pastoral da Educação.</p> <p>b. Promoções de eventos culturais e religiosos.</p> <p>c. Encontro com os responsáveis das escolas diocesanas e paroquiais, vendo situações e encaminhar ações concretas como: descentralização das administrações através de um conselho representativo de alunos, pais, professores, funcionários e paróquia.</p> <p>d. Realização de seminários sobre a realidade da educação.</p> | <p>1994/95</p> <p>1995</p> <p>1994/95</p> <p>1995</p> | <p>As cinco paróquias.</p> <p>Cada paróquia.</p> <p>-</p> | <p>Ensino Religioso.</p> <p>Coordenação Paroquial.</p> <p>PADRES: Sátiro, Guimarães e Frei Carlos.</p> <p>Coordenação do Zonal.</p> |
| 4. | Contribuir p/ a construção de uma cidade mais humana e mais fraterna em parceria c/ alguns segmentos da sociedade civil. | 4. SAÚDE | <p>a. Criar uma equipe interparroquial que articule a implantação da Pastoral da Saúde – medicina popular, nas referidas paróquias.</p> | 1994/95 | No zonal. | Coordenação do Zonal. |
| | | 5. POLÍTICA (CLIENTELISMO) | <p>a. Apoio as iniciativas e</p> | 1994/95 | - | Coord. zonal e Coordenações paroquiais. |

| | | | | | | |
|--|--|--|---|---------|-------|-------------------------------------|
| | | | reivindicações populares. | 1994/95 | - | Coordenações das paróquias e zonal. |
| | | | b. Realização de estudos sobre fé e política, com grupos de jovens e adultos. | | | |
| | | | c. Utilização dos programas radiofônicos existentes para educação política. | 1994/95 | Zonal | Equipes pastorais. |
| | | | | | | |

Fonte: Diocese de Santa Luzia de Mossoró.

Todas as ações eram feitas buscando a sintonia com os documentos da Igreja. Era um processo de articulação, não somente diocesano, mas também uma forma de comunhão com a Igreja, tanto em nível diocesano, quanto em nível católico (universal). Assim, sabia-se que poderia não chegar a realizar de tudo de uma forma geral, mas o trabalho era para ser feito de forma continuada, sempre buscando fazer o melhor. Diante disso, havia prioridades e ações que tinham que ser realizadas da melhor forma possível. Para isso, era necessário dar espaços a novos atores eclesiais, de modo especial aos leigos, para que também pudessem dar uma contribuição mais clara e direta para com a Igreja:

Dom Freire priorizou um trabalho articulado entre todos os atores, entre o pensamento da Igreja, a situação do mundo, foco nos leigos, comunidades eclesiais de base, na emancipação das comunidades, melhoria de vida dos excluídos, comunicação (Rádio Rural apoio forte, como também Rede Vida), formação dos seminaristas. Sempre nas reuniões trimestrais, assembleias diocesanas, fazíamos uma análise de conjuntura para acompanhar a situação econômica-política-social-religiosa, com foco na melhoria de vida da população (Edimar Teixeira. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 24 jan. 2023).

Dom José Freire, no pós-Concílio, procura (desde quando era ainda bispo auxiliar) seguir as diretrizes do Vaticano II e, também, estar em consonância com as conferências de Medellin e Puebla, porque nelas revela-se o rosto latino-americano da Igreja.

O eclesiástico sempre buscou motivar os agentes de pastorais, como também soube aproveitar a nova realidade em torno da Diocese de Mossoró. Utilizou-se da radiodifusão (Rádio Rural) – o grande meio de comunicação da sociedade da época, que há anos era usada para o trabalho de evangelização. Outro meio de comunicação social importante foi o estabelecimento da retransmissão da Rede Vida com uma programação bastante católica que alcançava todo o público católico da cidade de Mossoró.

Dentro de sua ação pastoral e social, Dom José Freire viu nos movimentos de base um braço forte para sua atuação pastoral, buscando unir a dimensão do crer e a do fazer e, dessa forma, atuar de maneira mais favorável na articulação bem-organizada para o exercício de unir a oração com a ação. Nesse sentido, os movimentos sociais ajudaram bastante na dinâmica de atuação da Diocese de Mossoró. De tal modo, o trabalho desenvolvido pelas pastorais sociais forneceu condições necessárias para a atuação dos leigos, favoreceu a população em suas diversas demandas, tanto na assistência às crianças como aos adultos.

O Movimento de Educação de Base (MEB)²⁴ teve uma grande importância dentro da atuação da Diocese de Mossoró. É por meio dele que muitas pessoas que não tinham condições de frequentar a escola formal, tiveram uma oportunidade de iniciar e concluir seus estudos, especialmente as pessoas que viviam em lugares bem afastados dos centros urbanos.

Dom José Freire, na condição de homem atento aos sinais do tempo, investiu nos movimentos sociais da Diocese de Mossoró, de modo especial no MEB, o movimento formador dos homens e mulheres do campo. “Durante muitos anos o Movimento de Educação de Base (MEB) proporcionou a alfabetização de adultos pelo rádio, deixando essa prática somente a partir dos anos 80, quando optou por uma programação de caráter educativo mais genérico” (Diocese [...], 2014, p. 65). Essa oportunidade de promover a formação educativa para o setor do trabalho, de fato, configurou-se numa assistência social objetiva que alcançou não somente um grupo de pessoas, mas todas aquelas que se dedicaram aos estudos e à formação.

A concepção do MEB pode ser entendida como uma ideia de inclusão das pessoas que não tinham acesso à escola, quer fosse por motivos sociais, quer fosse por razão geográfica, uma vez que as escolas estavam localizadas na área urbana da cidade, ao ponto que as áreas rurais estavam desassistidas no período. Levando em conta que na época a maioria da população residia na área rural, dava-se, pois, a exclusão da maioria dos cidadãos do processo educativo.

Nesse processo, as escolas radiofônicas foram instrumentos importantes na alfabetização e escolarização de grande parcela da sociedade brasileira. A CNBB, em parceria com as rádios, atuou de forma a garantir os estudos de muitos homens e mulheres que não tinham condições de frequentar a escola formal, na cidade. Certamente, essa proposta educativa foi amplamente divulgada e realizada, sendo um marco para a época.

²⁴ O MEB foi criado pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1961, objetivando desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas, nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Sua criação foi prestigiada pela Presidência da República e sua execução apoiada por vários ministérios e órgãos federais e estaduais, mediante financiamento e cessão de funcionários. Foi prevista também importante colaboração do Ministério de Viação e Obras Públicas, à época responsável pela concessão dos canais de radiodifusão, visando agilizar os processos de criação e ampliação de emissoras católicas (Fávero, 2004, p. 1).

Essas escolas tiveram um caráter comunitário, sendo seus assessores pessoas voluntárias que se dispunham ao serviço das aulas radiofônicas, sendo também os responsáveis por outras ações como a matrícula, a frequência e o processo de aprendizagem por meio do desenvolvimento dos alunos, na produção dos relatórios que eram elaborados sobre o desempenho estudantil.

Dom José Freire, na condição de bispo diocesano, sabia muito bem do alcance e da importância do rádio para a comunicação e a informação da sociedade. Assim, utilizou a rádio diocesana (Rádio Rural de Mossoró) no processo de educação com os programas radiofônicos, que compreendiam toda a Diocese de Mossoró, bem como cidades e Estados vizinhos, como Ceará e Paraíba. Essa abrangência garantiria que todas as pessoas que morassem nas zonas rurais e assentamentos pudessem estudar por meio da escola radiofônica. Dessa forma, a educação de base teve uma função primordial na dimensão formativa do ser humano, capacitando para atuar na esfera do trabalho e nas relações sociais.

A ação da Igreja por meio do MEB é entendida como um marco de ação social para com a sociedade, em que a educação é o centro de atividade de inclusão social. Por meio desse mecanismo, as pessoas do campo, em grande escala, foram além da linha educativa, tendo a possibilidade de desenvolver uma consciência de agente social, de reconhecer sua transformação pessoal. Foi um movimento que resgatou de modo especial as pessoas mais pobres, que durante a sua vida estiveram à margem da sociedade, sem oportunidade de evoluir dentro do quadro social.

Outro movimento marcante da Igreja Católica, em prol das pessoas menos favorecidas, foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que, em termos de lutas sociais, certamente foi a que teve uma participação mais efetiva na busca de garantias para as pessoas que buscavam o seu direito à posse da terra.

Sob o estímulo de Dom Pedro Casaldáliga, nasceu em 1975 a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Tornou-se um organismo autônomo, ligado pastoralmente à CNBB. Evitou-se a denominação “movimento” para não sugerir semelhanças com experiências anteriores no âmbito da Ação Católica. A CPT é apresentada como “comissão”, isto é, um serviço de articulação e assessoria aos trabalhos pastorais em favor dos camponeses, cujas terras estavam sendo ameaçadas por grileiros e grandes empresas agrícolas, apoiadas pelo regime militar que queria “integrar” a região amazônica no macroprojeto do “Brasil grande” (Matos, 2011, p. 204).

Esse movimento é visto, por um lado, como importante, já por outro, como polêmico. Importante, pelo fato de estar disponível para ajudar famílias a terem acesso a uma terra para

poder morar e produzir a sua sustentabilidade. Polêmico, porque as elites sociais e classes de empresários o veem como um movimento de esquerda que tem sua ação pautada em fornecer a terra para pessoas que não sabem tirar proveito dela. Logo, isso deveria estar sob a tutela dos agentes do capital.

A Igreja atuou, junto como os agentes e lideranças religiosas, os quais se organizavam em instâncias coletivas e resistiam às investidas das grandes instituições. Deve-se, aqui, observar que, dentre as três correntes ideológicas existentes, a corrente Libertadora impulsionou o movimento dos menos favorecidos economicamente, porque detinha uma postura radical e focada nas questões sociais. Por sua vez, a Progressista criticava as desigualdades sociais, porém era contrária ao comunismo. Enquanto a Conservadora mantinha apoio ao golpe de 1964 e representava os interesses capitalistas.

O surgimento da CPT em 1975 e sua posterior estruturação decorreram do trabalho de algumas igrejas particulares e de grupos e pessoas que, motivados pela fé e pelo evangelho, já prestavam um serviço às famílias camponesas. Num contexto de repressão militar e violência contra os lavradores e suas organizações, alguns bispos, pastores e agentes de pastoral do Centro-Oeste do Brasil, se reuniram em Goiânia para enfrentar, de forma organizada, o desafio de dar visibilidade e eco à voz dos trabalhadores rurais, sobretudo da fronteira agrícola da Amazônia. A realização da tarefa de *assessorar, interligar e dinamizar* as lutas de resistência desses lavradores, tirando-as do isolamento, tornou necessária a estruturação de uma “Comissão”, inicialmente regional e, posteriormente, nacional. A CPT, portanto, não nasceu de cima para baixo, mas a partir desse serviço que já vinha sendo prestado às famílias camponesas em áreas de conflitos (Secretariado Nacional da CPT, 1997, p. 179).

Enquanto o campesinato tem como característica buscar a subsistência por meio de uma economia pautada na agricultura familiar, com os membros da família plantando e dali garantindo a sua sobrevivência de um tipo de agricultura voltada ao consumo e à venda como uma renda extra, os capitalistas sempre veem a terra como um negócio rentável, em que, por terem condições e mecanismos para tal, desenvolvem um processo de produção em massa de gêneros alimentícios, tendo como intuito a venda para o capital estrangeiro. Buscam obter, cada vez mais, grandes lucros, ou seja, o objetivo da produção agrícola empresarial tem como meta a lucratividade e não a produção para a sustentabilidade.

A CPT tem como uma de suas metas proporcionar a justiça no acesso à terra, bem como defender as pessoas que têm suas terras como objeto de exploração dos detentores do poder financeiro. Ela sempre se colocou em defesa dos interesses das pessoas do campo, na defesa de suas terras. Trata-se de órgão da Igreja Católica criado para dar assistência às pessoas alijadas

em seus direitos, não assistidas de forma cidadã pelo Estado brasileiro, enquanto prevaleciam os interesses dos grandes capitalistas, das pessoas ricas, dos opressores.

Na Diocese de Mossoró, Dom José Freire esteve à frente da CPT, desenvolvendo um trabalho bastante dedicado a essa classe de pobres e sem-terra que se dedicavam à reforma agrária, ao acesso à terra como meio de sobrevivência e à luta pela causa da justiça social. Os membros da CPT buscavam transformar as esferas econômicas, sociais e políticas para uma dimensão democrática. Enfim, os movimentos populares da Diocese de Mossoró, sob o episcopado Dom José Freire, tiveram uma ação bastante dedicada às várias causas sociais que se apresentaram ao longo do seu pastoreio. Foram vários os meios de enfrentamento às dificuldades e o rebanho sempre foi acolhido e oferecida ajuda para que as pessoas que trabalhavam nas pastorais dessem sua contribuição social junto às comunidades.

Quanto ao período da Ditadura Militar, os movimentos populares eram taxados como movimentos fora da legalidade, vistos como ilegais e, por esse motivo, deveriam ser evitados e combatidos. Tanto é que as autoridades políticas exibiam uma visão dentro de uma questão de ordem e não de direito. Por sua vez, o governo agia de forma a reprimir tais movimentos e, por meio dessa tática, foi se impondo enquanto ordem institucional.

Prevalencia o arbítrio e institucionalizava-se a repressão e a tortura, mas mesmo assim o grupo de poder (militares, representantes do grande capital e tecnoburocratas) continuavam tentando ganhar adesão para o regime em vigor através da insistência de que as medidas postas em prática reiteravam e, portanto, não negavam o sentido que eles imputavam à democracia (Rezende, 2013, p. 89).

Atitudes antidemocráticas, forte propaganda do governo, perseguições, torturas, dentre outras, foram formas pelas quais o governo brasileiro se impôs a toda a população da época; foi um projeto de terror, tentando inviabilizar qualquer tipo de resistência ou levante contra o tipo de governo instituído. Os representantes das forças armadas também contaram com a colaboração de pessoas que simpatizavam e apoiavam o regime, de modo especial, as pessoas detentoras do poder financeiro.

Tal situação foi sentida em todo país, e muitos foram os movimentos e pessoas que foram censurados, ou que saíram do país por não concordarem com o novo tipo de governo instituído. A ditadura no Brasil exerceu uma forte opressão contra movimentos contrários ao governo ou que faziam enfrentamento ao autoritarismo implantado. Todos aqueles que fossem tidos por suspeitos eram vistos como inimigos do poder vigente; eram tratados como terroristas, traidores da pátria.

Nesse contexto social conturbado, o Pastoreio de Dom Freire era guiado pela doutrina do Concílio Vaticano II:

O Concílio Vaticano II (1962-1965) teve pronta aplicação no Brasil, usando como instrumento privilegiado o PPC (Plano de Pastoral de Conjunto), aprovado pelos bispos brasileiros durante a última sessão do Concílio. O PPC deu novo impulso à colegialidade episcopal, prática já experimentada no Brasil em anos anteriores e agora apoiada na doutrina do Vaticano II. O plano enfatizava igualmente a evangelização como missão principal da Igreja, reconhecendo o papel dos leigos e dando importância específica à solidariedade com todos os homens, particularmente os pobres (Matos, 2011b, p. 191).

A Diocese de Mossoró direcionava seu trabalho em prol das pessoas pobres, oprimidas pelo sistema ditatorial. A Igreja era voltada para a dimensão de formação cristã e cidadã, em que pequenos núcleos de resistência davam vida e motivação às comunidades excluídas.

Dom José Freire liderou trabalhos da Diocese com projetos alternativos para ajudar as pessoas das comunidades carentes, as quais recebiam informações constantes com o intuito de desenvolverem melhor suas atividades laborais, além de afirmação social. Assim sendo, as pastorais sociais se constituíam em inserção para as pessoas oprimidas pelo sistema.

Todo o trabalho desenvolvido junto ao seu rebanho transformou a realidade de muitos paroquianos, de maneira que a pessoa do Pastor é retomada por lembranças de sujeitos que conviveram com esse Ministro. Nesse contexto, as interações cotidianas foram marcadas em sua própria figura, percebidas através de suas obras deixadas, as quais são lugares de memória que acompanham ainda a vida de muitos fiéis. Assim, trata-se de um legado deixado que transformou a vida de muitas pessoas e, sobretudo, a própria comunidade diocesana.

A priori, uma sociedade mantém traços do passado em seu presente, não como uma forma de trazer de volta o que já se passou, mas para preservar na memória algo que foi bastante significativo, valores marcantes da vida de seus membros.

A mobilização da memória pressupõe a elaboração de uma narrativa que se constitui como uma determinada representação do passado, bem como a sua comunicação. Transmitir uma memória, portanto, não consiste apenas em deixar como legado uma determinada representação do passado, mas também evoca, sobretudo, uma maneira de ser e estar no mundo (Flores, 2022, p. 252).

O passado não pode ser entendido como algo que está distante ou ultrapassado. Antes de tudo, o passado tem uma importância histórica que importa para a própria identidade de uma organização social. As lembranças e memórias assimiladas pelo coletivo são importantes dentro

do elo de formação pessoal de cada pessoa. E aqui, tanto as vivências positivas quanto os momentos sombrios durante o pastoreio de Dom José Freire muito ajudaram no processo de formação humana de alguns, bem como na própria formação de Dom José Freire.

Na concepção de Bosi (1994), diante da percepção de autoanálise, o ser humano tem a condição de visualizar imagens de seu passado num processo de autoavaliação, na medida em que se faz a indagação de que essas imagens se fazem presentes na dimensão da memória e da corporeidade. A memória afetiva psicológica, desta forma, interage e influencia o meio social no qual o indivíduo se fez presente durante sua vida.

A dimensão da memória afetiva é uma característica que deve ser sempre levada em conta com relação ao desenvolvimento social e psicológico da pessoa, como também no que diz respeito à dimensão da convivência familiar. A família certamente não é somente a primeira célula da sociedade, ela também é a instituição mestra que fornece os primeiros meios de convivência social afetiva e as primeiras impressões da vida. Dom José Freire procedeu de um contexto familiar que seguia a cultura e a tradição do seu tempo: uma família bastante devotada e religiosa, que tem na religiosidade e na tradição uma forte base de vivência cristã e de vida em coletividade. Considerado esse contexto, pode-se perceber a importância de ambas as dimensões para a formação integral do ser humano. Afinal de contas, todo o ser humano encontra no âmbito familiar condições propícias à formação, ao caráter de cada um. Enfim, existem maiores possibilidades de desenvolvimento de cada indivíduo, de cada cidadão de bem. Há possibilidades de influências positivas na mentalidade e na afetividade, na interação social de um determinado sujeito com os demais membros sociais.

A vida humana conta com muitos fatores que podem influenciar o caminho de cada um. É preciso descobrir qual é de fato a dimensão que a pessoa humana deve traçar para obter êxito na sua vida. Para Dom José Freire, em tão tenra idade, a religiosidade foi o caminho que o conduziu à formação íntegra de ser humano. Na adolescência, José Freire bebeu da sabedoria de vida das pessoas de sua comunidade. A memória das pessoas mais experientes na época de José Freire serviu como referência para a família e para a comunidade. E o jovem seminarista José Freire também contou com a sabedoria dos mais velhos para a sua formação.

Além da base familiar, ele teve a contribuição das pessoas de sua comunidade. Essa formação é importante, pelo fato de que insere historicamente o sujeito no modo de vida e na cultura de um povo ao qual ele pertence, não somente por laços de sangue, mas também como pessoa que figura no centro de uma perspectiva de vida e de convivência com os membros da comunidade a que ele pertence.

A criança na condição de ser em formação possui uma dependência com relação aos seus pais e mestres. Diante desse fato, percebe-se que a presença humana de um adulto é algo bastante positivo e valioso no que diz respeito ao componente de formação pessoal da criança. Certamente, Dom José Freire, enquanto criança, teve a oportunidade de ter pessoas que lhe marcaram com ensinamentos para a sua vida. Este aprendizado com certeza marcou a formação de seu caráter.

Para Halbwachs (2006), a partir de uma abordagem metafórica, alguns comportamentos durante a infância proporcionam à criança uma ligação com um grupo social o qual não deixa de estar próximo ao grupo familiar. Mesmo que os pais não estejam tão presentes na vida da criança, seja por qual motivo for, existe uma relação entre a criança e seus pais.

A pertença familiar ou social, nesse sentido, deve ser pautada na dimensão tanto da família como da sociedade. Ademais, a família também pertence a um povo, possuindo uma identidade. Detém meios comuns para a convivência, estando, assim, no processo de construção de identidade e de familiaridade. Enfim, há a busca de meios comuns para a própria organização social.

Ao ponderar acerca dessa questão, quando apresenta um discurso que faz sobre a família, Certeau (1982) coloca que a família deve estar associada a uma pertença também com a sociedade ou a um determinado povo, mesmo que com uma certa dúvida, mesmo quando não se tiver a disposição de repetir esse discurso de pertença, mesmo que seja essa condição negada ou velada da instituição.

Para José Freire, não foi diferente porque na sua interação cotidiana herdou de diferentes pessoas o exemplo de cidadania, cultuou valores relevantes para seu próprio caráter naquelas pessoas idosas que lhe foram referências no quesito experiência de vida. A oralidade dos mais velhos foi-lhe uma rica fonte de sabedoria.

Segundo Bosi (2003), a memória oral consiste em meio precioso de resgate de um cotidiano, ainda que esse cotidiano concorra para um possível avesso da história política hegemônica. Então, as lembranças orais são realmente meios válidos de constituir a crônica de um cotidiano. Nesse sentido, os idosos, as mulheres e outros grupos sociais como negros, trabalhadores braçais, dentre outras camadas que historicamente foram marginalizadas, que a escola procurou assim retratar, têm a oportunidade de terem vez e voz.

Ainda referente ao dia a dia, que se faz presente na vida das pessoas, haja vista que também importa para o desenvolvimento social e psicológico da pessoa como parte de uma sociedade, Bosi (1994, p. 48) afirma que:

A análise do cotidiano mostra que a relação entre essas duas formas de memória, não é raro, conflitiva. Na medida em que a vida psicológica entra na bitola, dos hábitos, e move-se para ação e para os conhecimentos úteis do trabalho social, restaria pouca margem para o devaneio, para onde flui a evocação espontânea das imagens, posta entre a vigília e o sono. O contrário também é verdadeiro. O sonhador resiste ao enquadramento nos hábitos que é peculiar ao homem ação. Este, por sua vez, só relaxa os fios da tensão quando vencido pelo cansaço e pelo sono.

A memória na condição de ação humana não pode deixar de ser algo que tenha certos conflitos em sua linha de resgate histórico. Uma vez que determinada ação na vida do indivíduo, pode ser interpretada de modo diferente. Contudo, pode estar provido de atitudes que tenham um valor dentro do âmbito social, condição a qual não deixa oportunidade para o esquecimento. Desse modo, a pessoa busca lutar contra as intempéries de seu tempo e fazer com que os seus objetivos sejam alcançados. Esses são os traços históricos que vão mostrando como foi o perfil de vida de Dom José Freire: de sua origem em uma sociedade agreste, de vida rural que tinha certas limitações ou dificuldades em relação à sociedade urbana (de rebuscada instrução e saberes).

Segundo Le Goff (1990), a história não tem apenas uma característica relativa à área da formação na dimensão profissional, senão uma abrangência de todo um arcabouço de fatos que formam uma dimensão de uma cultura histórica, podendo-se dizer ainda que se constitui a representação de uma consciência histórica em certo período. Como se pode notar, o ser humano é um ser que busca a transcendência como uma forma de sua vida, e essa busca pode ser entendida tanto no sentido espiritual como no sentido social.

Ademais, é o homem, e somente ele, capaz de transcender. A sua transcendência, acrescenta-se, não é um dado apenas de sua qualidade “espiritual” no sentido em que a estuda Erich Kahler. Não é o resultado exclusivo da transitividade de sua consciência, o que permite auto-objetivar-se e, a partir daí, reconhecer órbitas existenciais diferentes deste ligue um “eu” nenhum “não eu”. A sua transcendência está também, para nós, na raiz de sua finitude. Na consciência que tem dessa finitude. Do ser inacabado que é cuja plenitude se acha na ligação com seu criador ligação porque, pela própria essência, jamais será de dominação onde domesticação, mas sempre de libertação daí que a religião – *religare* –, quem carnis este sentido transcendental das relações do homem, jamais deva ser um instrumento de sua alienação exatamente porque, ser finito indigente tem um homem na transcendência, pelo amor, o seu retorno à sua fonte, que o liberta (Freire, 2022a, p. 56).

É por meio da transcendência que o ser humano atribui sentido a sua finitude. Há o poder que tem de ligação com o ser supremo e, a partir dele, o indivíduo exerce a função de

líder e referência. Contudo, essa ligação com o ser sagrado só tem sentido na medida em que ocorre um processo de libertação por meio do amor, que o faz livre, tornando-o consciente das condições de opressão, bem como do quadro de exploração por outras pessoas.

Através das instituições educacionais, Dom José Freire adquiriu saberes diversos, adquiriu um vasto aprendizado, tendo como objetivo a preparação para o exercício de sua cidadania, uma vez que se entende que o estudo é a forma mais viável de emancipação social.

Neste contexto, entende-se que houve um processo de superação na pessoa do jovem José Freire, em evoluir socialmente para uma maior compreensão da realidade circundante, tendo com isso que sair da presença familiar em busca de novos saberes, além de superar a realidade social a qual estava vivendo. E para apreender toda essa realidade, ele esteve embasado na cultura da família institucional, a base sólida de modelo social de sua época. O respeito, a prestatividade no sentido comunitário, devoção, piedade, compromisso com a verdade e altivez ainda são valores que são praticados nos dias de hoje e que demonstram o bom caráter e a índole da personalidade de uma pessoa. Dom José Freire não se desviou de tais valores, eles faziam parte da sua ação catequizadora. Os valores familiares oriundos da formação familiar que Dom José Freire teve não o fazem ser um homem de um passado remoto, ultrapassado, mas sim uma pessoa do nosso tempo.

Segundo Certeau (1982), conhecer o passado é fornecer uma estrutura no que diz respeito a diversos modos de pensamento de cada sociedade, para isso é preciso que se acrescente à condição de cada época. A releitura do tempo passado permite fazer um novo processo de compreensão como as pessoas viviam em sua época e moldavam a sociedade diante de sua base cultural presente.

Em vista disso, faz-se relevante conhecer o passado de José Freire, cujas ações pastorais ainda se refletem atualmente, na vida dos fiéis e de toda a comunidade diocesana de Mossoró. Trata-se da memória de um Pastor que se dedicou ao seu ofício e procurou servir à comunidade diocesana, buscando de algum modo não dissociar o conceito de fé com as interações cotidianas dos fiéis.

3.6 A memória histórica de Dom José Freire de Oliveira Neto na Diocese de Mossoró

A Diocese de Mossoró teve na figura do Pastor Dom José Freire, o qual exerceu as funções de Auxiliar, Coadjutor e Bispo titular, a memória singular de um homem que deixou seu legado pela vida em comunhão junto aos seus fiéis. Suas iniciativas marcaram a vida

daqueles que hoje apresentam testemunhos dos eventos reais vividos outrora em comum com ele, testemunhos estes que têm estreita relação com a memória coletiva.

Cada testemunha rememora fatos não porque diz respeito a meras lembranças individuais, mas sim a acontecimentos diretamente relacionados com a interação entre todos os grupos envolvidos no contexto social da época. Todas aquelas pessoas contribuíram para as transformações sociais, sendo, pois, parte da experiência coletiva histórica que dá sustentação a todas as memórias individuais. E Dom José Freire envolveu muitas pessoas como instrumentos de transformação social, motivando-as para o trabalho na construção de uma sociedade igualitária, humanizada.

Ele investe na formação de homens e mulheres para o serviço pastoral que, por sua vez, favorece a nova forma de ser Igreja: não concentrada no clero e nas congregações religiosas, mas pelo povo de Deus, que dá a sua colaboração numa perspectiva de sintonia com o trabalho eclesial. O serviço pastoral, assim, transforma-se. Vê-se o engajamento dos leigos na proposta de ação, sendo esse o convite da Igreja para a vida e para o serviço em prol da construção do Reino de Deus, tendo em vista o anúncio de Jesus Cristo, bem como o apelo para a construção de uma sociedade mais humana.

Os testemunhos daqueles interlocutores remontam aos eventos aos quais eles estiveram envolvidos. Cada lembrança individual conecta-se a outras lembranças individuais, ainda que algo venha a ser esquecido por alguém e, por fim, tais lembranças coletivas sustentam a memória histórica²⁵ de Dom José Freire. Segundo Halbwachs (2006, p. 30):

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.

Através da catequese, Dom José entende que a Igreja necessita de novos colaboradores, e que se faz necessário investir e fornecer uma boa formação da fé aos envolvidos com a Igreja. O serviço catequético desenvolvido tem um valor formativo, uma vez que toma como base a vida concreta da pessoa humana e não se restringe aos meios da fé. Conhecer a realidade da sociedade por meio de instrumental social é uma das formas de tornar a ação catequética mais

²⁵ Conforme assentado no prefácio de *A memória coletiva*, por Jean Duvignau (2006, p. 13): *memória histórica* consiste na “reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetado no passado reinventado; e a ‘memória coletiva’, aquela que recompõe magicamente o passado”.

centrada em Jesus Cristo, tendo-se consciência das angústias e das necessidades humanas. Entretanto, a catequese não é somente a pastoral com a preocupação central de investimentos na formação dos agentes. Dom José teve um olhar clínico para todas as pastorais que faziam parte da dimensão diocesana. Houve investimento em formação pastoral nas diferentes áreas da Igreja porque ele entendia que se fazia necessário todos os agentes de pastoral preparados para a grande missão de seu pastoreio.

Para dar suporte formativo e, ao mesmo tempo, conhecer as demandas pastorais da Diocese, Dom José Freire criou as assembleias pastorais diocesanas, bem como as trimestrais diocesanas, as quais dão conhecimento das atividades a serem desenvolvidas nas paróquias. Essa reunião trimestral é importante porque nela podem ser relatados os avanços das pastorais, ou ainda detectar algumas falhas para fazer as devidas correções a fim de melhorar as aplicações, dar prioridades necessárias. As Assembleias Diocesanas eram reuniões em busca de promover a integração das ações pastorais, numa perspectiva de ação, comunhão e definição das ações pastorais decididas nessa assembleia. Enfim, todas as reuniões foram bem articuladas por Dom José Freire, cujo propósito era dar segmento para os objetivos da Diocese. Nelas, havia a participação maciça dos leigos, dos agentes de pastoral, que representavam a comunhão de forças para a realidade diocesana junto aos religiosos e religiosas, Serviços e Comunidades Novas.

As recordações individuais acerca dessas ações empreendidas por Dom José Freire emergem nos testemunhos de muitas pessoas que passaram pela mesma experiência. Tais lembranças coletivas conferem a devida importância à memória do Bispo Dom José Freire. Quanto a algo que venha a ser esquecido, não lembrado por alguém ou, às vezes, pareça obscuro consiste tão somente da faculdade de as pessoas selecionarem partes dos testemunhos – aquilo que foi marcante em determinadas circunstâncias e, por isso, tiveram seu registro na memória. Porém, existe a possibilidade de reconstrução de algumas lembranças (que foram esquecidas), mas que são passíveis de reconhecimento ou até serem esclarecidas, quando considerados outros testemunhos de outras pessoas que colaboram na construção das lembranças coletivas. Ademais, Halbwachs (2006, p. 31) ajusta essa ideia desta forma:

Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível.

Aliás, eles não seriam suficientes. Uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso.

Há a possibilidade de que aquilo vivenciado por alguém, por mais que outras pessoas apresentem imagens de sua participação no evento, não seja evocado na lembrança, pois não foi guardado como algo marcante daquela circunstância. Assim, parece não haver registro do passado, mas a memória coletiva lhe dá sustentação. Porém, as imagens podem se encarregar de trazer algo à memória,

como acontece nos monumentos, nos remetem ao passado de nossas histórias, à sua continuidade presumível ou real com o presente. Nos lugares da vida cotidiana, inúmeras imagens nos convidam a comportamentos, nos sugerem coisas, nos exortam aos deveres, nos convidam a fazer, nos impõem proibições, nos solicitam de diversas maneiras (Rossi, 2010, p. 23).

Considerando o homem de ação que foi Dom José Freire, foram muitas as pessoas envolvidas em seu trabalho de pastor diocesano. As pastorais que ele coordenou tinham formações que capacitavam seus agentes para um serviço comunitário amplo, serviços que sempre estavam em sintonia com as diretrizes diocesanas, executados de forma bastante integrada ao projeto diocesano traçado pelo Pastor. Assim sendo, entende-se que os envolvidos evocam muitas lembranças da época, de momentos dignos de registro, entre tantos que ocorreram e, às vezes, ficam esquecidos.

Cada pessoa externa, a sua maneira, os acontecimentos, segundo suas vivências, suas impressões e o sentimento existente naquele vínculo estabelecido. “Em certo momento, podemos estar tão ou até mais interessados do que os outros em determinado acontecimento e apesar de isso não guardar nenhuma lembrança dele, a ponto de não o reconhecermos quando nos é descrito” (Halbwachs, 2006, p. 30). Além disso, há o fato de que, após determinado afastamento dos membros do grupo de outrora, as lembranças em comum, para alguns, podem se tornar esquecidas. E, até mesmo, avivadas de formas diferentes, de acordo com a importância representativa para cada um.

Quanto às lembranças das demais pessoas que partilham da memória coletiva, são importantes para que fatos sejam evocados (senão relembrados) em uma memória individual. É possível que eles sejam recordados porque fazem parte da memória comum, pois, de acordo com Halbwachs (2006, p. 39), existem “muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum”. Todas aquelas lembranças, que alicerçam a memória coletiva, configuram a ideia que perfaz a figura de Dom José Freire. Logo, as testemunhas dos fatos de seu bispado revelam a ideia que tinham do Pastor, segundo as concepções particulares, as memórias individuais, que se entrelaçam e

são tão comuns ao grupo. Tais testemunhas evocam suas memórias a partir de seu ponto de vista, tomando por base o grupo social ao qual estão vinculadas, ou seja, a base comum a todas as memórias individuais.

A experiência das testemunhas nos eventos do passado vividos por Dom José Freire tende ao reconhecimento da memória histórica dessa figura também histórica. Quanto às narrativas, estas retratam o passado porque são produto social e, por isso, resultam em história. Rememorar o passado de Dom José Freire através das memórias individuais resulta na apreensão da história que marcou a vida de tantos fiéis e, especialmente, a Diocese de Santa Luzia. “O recurso à história oral, portanto, é valioso à medida que documenta a experiência de um sujeito que, mesmo inserido em um universo comum, entrelaçado a padrões sociais e culturais, porta sua individualidade” (Flores, 2022, p. 258). Enfim, o recurso da história oral dispõe de fontes orais primárias, cujo registro de testemunhos trabalha com fatos da própria história produzida, fontes estas históricas, que possibilitam a interpretação do passado.

Essas vivências individuais são substrato para a concretização da história, experiências únicas na reconstrução do passado que não desconsidera a relação entre memórias individual e coletiva. A história oral empreendida procura externar as formas ou os modos utilizados pelas pessoas de experiências em determinados contextos – uma rica fonte de informações passível não só de interpretação, mas também sujeita à análise para a compreensão dos fatos. Ao rememorar o passado, a memória é o meio pelo qual se retém ou preserva esse mesmo passado que não só ficou para trás, mas que pode estar ainda latente num presente bem alicerçado (até, às vezes, esquecido) naquilo que foi produzido outrora e serviu de base para esse presente de agora. “Portanto, História e memória, por meio de uma inter-relação dinâmica, são suportes das identidades individuais e coletivas” (Neves, 2009, p. 109). A memória histórica de Dom José Freire faz-se, pois, presente, bem como as ações que outrora foram planejadas e postas em prática por esse Pastor.

As memórias individual e coletiva importam para a memória histórica de Dom José Freire porque as fontes testemunhais são de agentes também da própria história. Em sua concepção, o próprio Oliveira Neto (2019) via o ser humano com uma vertente histórica demonstrada ao longo do tempo. Para ele, dentro da temporalidade, o ser humano descobre o seu lugar no mundo, percebendo que não é apenas um membro da plateia, somente observando passivamente a situação. O ser humano tem a capacidade e obrigação de interferir, transformando a realidade, segundo a vocação para a qual é chamado: seu fim enquanto pessoa humana.

Notadamente, é perceptível que Dom José Freire detinha uma visão objetiva sobre a condição do homem: “A existência do homem é histórica numa realidade que também é histórica” (Oliveira Neto, 2019, p. 30). Para ele, o ser humano tinha que participar ativamente de sua vida dentro do contexto de sua realidade. Deveria ser objetivo, ativo, ou seja, dono de sua realidade. Para tanto, era necessário que tivesse a consciência de sua própria inserção no mundo. Então: “O homem enquanto sujeito às categorias de tempo e espaço, é um ser inacabado, mas pode refletir sobre si mesmo e sobre o mundo, pois é um ser consciente” (Oliveira Neto, 2019, p. 31). Cada pessoa é responsável por suas ações, de forma consciente e racional, como também responsável pelo seu destino; como agente de responsabilidade e da construção histórica pessoal, a pessoa humana deve percorrer um trajeto que possa, lá na frente, obter bons frutos de uma decisão bem tomada, a fim de construir uma história pessoal efetiva e digna. “Para que a história assim entendida, mesmo sendo muito detalhada, nos ajude a conservar e reencontrar a lembrança de um destino individual, é preciso que o indivíduo considerado tenha sido ele mesmo um personagem histórico” (Halbwachs, 2006, p. 99). Todavia, esse pensamento em nenhum momento exclui a dimensão da fé. Ao contrário, faz do instrumental da fé um meio de refletir a dimensão da justiça e de agir em prol dos necessitados e oprimidos. O pensamento crítico teológico seria, assim, uma forma de provocar um olhar tanto da Igreja como da sociedade, buscando não só um sentido de alerta às instituições, mas sobretudo, da tomada de posição com relação ao ser histórico.

O pensamento teológico não tem que levar em consideração somente os atributos da fé. Ele também deve investigar sobre a realidade concreta da pessoa humana e da sociedade. Esse tipo de reflexão crítica confere uma base de análise acerca do fator existencial. Desse modo, conhecer a realidade socioeconômica é um dos caminhos pelos quais se pode apreender a maneira como vive o povo, bem como perceber as necessidades que os cercam. Nesse ínterim, as narrativas daqueles agentes históricos são fontes inesgotáveis que marcaram tempos pretéritos e se refletem no presente. De acordo com o parecer de Halbwachs (2006, p. 87), que é tão atual:

No final, tirando-se gravuras e livros, o passado deixou na sociedade de hoje muitos vestígios, às vezes visíveis, e que também percebemos na expressão das imagens, no aspecto dos lugares e até nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e em tais ambientes. Em geral nem prestamos atenção nisso... mas basta que a atenção se volte desse lado para notarmos que os costumes modernos repousam sobre camadas antigas que afloram em mais de um lugar.

Indiscutivelmente o presente espelha o tempo pretérito, este mesmo tempo que, a partir das novas ideias, das mudanças empreendidas, engendrou um mundo moderno para um futuro que hoje se faz presente. Assim, ao evocar a memória, o passado emerge e se presentifica em arquivos, imagens, gestos, ações, e até em rituais:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (Nora, 1993, p. 13).

Advêm os arquivos, os suportes exteriores da memória, sem os quais a história seria única porque nada existiria onde a memória lançasse raízes. “A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva plural e individualizada” (Nora, 1993, p. 9). Aqui, os testemunhos sobre Dom José Freire se apresentam como lugares de memória, provenientes do entrelaçamento de muitas memórias individuais e da memória coletiva, porque estas nunca se desvinculam. Logo, o passado a ser analisado se atualiza, ainda que a memória seja seletiva, apresentada por discursos sutis, marcada por silêncios, lapsos ou esquecimentos (até propositais).

Pautando-se na relação estabelecida entre o ato de rememorar o passado, e apesar da possível vulnerabilidade àquelas falhas da memória, esta ainda tem relevância para a compreensão do passado histórico. “Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda” (Neves, 2009, p. 109). A memória é, pois, pressuposto para apreensão (e análise) do passado histórico.

Ainda que passível de contestação, os dados históricos obtidos encontram nos testemunhos das pessoas a forma viável de atualização do passado. Segundo Delgado (2009), desafiador é o interesse do ser humano em apreender o passado tanto quanto o esforço em ativar a memória que é mutante e plena de significados de vida, os quais podem se confirmar ou se renovar. Logo, a memória é algo que não só atualiza o passado, mas também o presentifica. Ela ultrapassa o próprio tempo de vida individual para se constituir, a partir das narrativas, em memória do tempo anterior àquelas pessoas que o vivenciaram. Ressalta ainda a estudiosa acerca de tais narrativas:

Narrativas sob a forma de registros orais ou escritos são caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras as reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo. São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana e dos grandes eventos que marcaram da História da humanidade (Delgado, 2006, p. 21-22).

As narrativas apresentadas por aqueles que testemunharam o pastoreio de Dom José Freire suplantam a própria organização dos dados provenientes da vida social, ou seja, a memória histórica. Os testemunhos produzem história, pois as vivências daqueles agentes do passado em questão são contundentes para a clareza deste, podendo ampliar horizontes para melhor compreensão dos fatos. Ademais, “se, por memória histórica, entendemos a sequência de eventos cuja lembrança a história conserva, não será ela, não serão seus contextos que representam o essencial disso que chamamos de memória coletiva” (Halbwachs, 2006, p. 99). Esta apresenta-se como um recorte da história social, haja vista que a sociedade organizada toma o tempo de maneira partilhada: “as divisões do tempo, a duração das partidas assim fixadas, resultam de convenções e costumes, porque expressam a ordem, inevitável também, segundo a qual se sucedem as diversas fases da vida social” (Halbwachs, 2006, p. 113). Todavia, o tempo desdobra-se inevitavelmente de forma natural, enquanto as pessoas são reguladas no seu cotidiano pelas divisões do tempo.

Considerando-se a periodização do tempo e tendo por finalidade apreender bem o pastoreio de Dom José Freire, a sucessão de acontecimentos nas etapas vividas pelo Bispo importa para a exposição das atividades realizadas por ele em prol da Igreja diocesana e do serviço de Pastor junto ao Povo de Deus da Diocese de Mossoró, que perfazem a sua memória histórica.

O começo de seu episcopado contou com a missão de trabalhar em prol do avanço e desenvolvimento da Diocese de Mossoró. Na década de 1970, quando ainda era bispo auxiliar da Diocese de Mossoró, soube assumir suas atribuições e articular todas as artérias da pastoral diocesana, tendo em vista o avanço necessário. A Diocese, nesse período, encontrava-se em estado de crescimento demográfico, com a criação de várias paróquias, tendo em vista a descentralização da Catedral, para melhor atender à demanda pastoral. Enquanto isso, o rebanho crescia acompanhando o aumento populacional e a expansão urbana de Mossoró, com a vocação para ser cidade-polo.

Quanto às dificuldades que se apresentaram na época, José Freire soube bem superá-las. Com persistência, focou nas atividades que desenvolveu, sempre buscando resistir às

adversidades que a caminhada lhe impunha. Para isso, usa a dinâmica do Concílio Vaticano II, valorizando a presença do leigo como uma fonte necessária para o desenvolvimento da ação pastoral da Igreja na Diocese de Mossoró. Um dos grandes pontos de sua ação episcopal foi trabalhar junto com outros bispos na elaboração do documento catequese renovada da CNBB²⁶.

Esse tipo de ação favoreceu a dinâmica da atuação da pastoral a nível diocesano. Tendo o seu mestrado em Ciências da Educação, com concentração na catequética, José Freire deu grande contribuição na elaboração daquele documento com a intenção de ajudar a igreja no Brasil a desenvolver uma ação catequética que fosse aplicada ao contexto da realidade brasileira vigente. O documento foi um marco, pois a partir dele a Igreja começa o seu processo de renovação da catequese, tornando-se mais dialogável com o homem e a mulher na sociedade moderna. Ouvindo os clamores e entendendo as súplicas ao mesmo tempo que era apresentada a pessoa de Jesus Cristo crucificado, sofredor e senhor ressuscitado para as pessoas que viviam uma vida aquém da dignidade humana.

É importante salientar, ainda, a posição à visão teológico-pastoral de Dom José Freire que se identificava bastante com a linha dos documentos do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM)²⁷, organismo da Igreja Católica fundado em 1955 pelo Papa Pio XII. Tendo-se aqui um olhar de modo especial para os documentos da Conferência Episcopal de Medellín e da Conferência Episcopal de Puebla, os quais têm como centro o método VER-JULGAR E AGIR²⁸.

Tratando-se de um homem que veio das camadas humildes e oprimidas do continente americano, ele se dispõe a trabalhar a dimensão da justiça social como uma das bases de seu episcopado. Considere-se ainda a condição de que ele faz parte da geração dos Bispos que

²⁶ O texto “Catequese Renovada – Diretrizes e Conteúdos” foi um marco referencial para renovação da catequese no país. Baseado no Vaticano II, é considerado o mais importante documento catequético brasileiro. Ele teve aprovação do episcopado brasileiro na 21ª Assembleia Geral da CNBB, em Itaici, no ano de 1983. Foi inspirado pela renovação eclesial, pastoral e teológica, causada pelo Concílio Vaticano II e sob a influência dos documentos de Medellín, Puebla, *Evangelii Nuntiandi* e *Catechesi Tradendae*. Contribuíram para a sua elaboração o esforço de teólogos e catequistas, na década de 1960, o Encontro Nacional de Catequese do Rio de Janeiro de 1968, a Semana Internacional e a Conferência de Medellín, para os pressupostos teológico-pastorais, e todo o envolvimento da CNBB sobre a catequese no país (Brustolin; Rodrigues, 2009, p. 202).

²⁷ Existe uma distinção entre Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM, criado na Conferência do Rio de Janeiro e ratificada por Pio XII, em 2 de novembro de 1955) e Conferências do Episcopado Latino-Americano. A palavra “Conferência” indica a Assembleia do Episcopado Latino-Americano, que se situa no mesmo horizonte das conferências episcopais nacionais. [...] O “Conselho Episcopal Latino-Americano” (CELAM) é um organismo eclesial constituído para ser um sinal e instrumento da colegialidade episcopal, a serviço da intercomunicação das Igrejas particulares entre si e com a Santa Sé, e organismo de animação e ajuda para a reflexão e ação da Igreja. Sua finalidade é servir às Conferências Episcopais do continente. Assim, o CELAM se apresenta como um organismo continental que tem a missão de promover e coordenar toda a preparação das Assembleias gerais, denominadas de Conferências (Scopinho, 2012, p. 589).

²⁸ O método “Ver, Julgar e Agir” consistia em harmonizar três fases específicas: observar a situação; analisá-la à luz dos princípios e diretrizes cristãs; determinar as ações segundo a urgência e exigências da realidade (Souza, 2016, p. 146).

bebem das diretrizes do Concílio Vaticano II, com o objetivo de conferir novo jeito de ser à Igreja. O seu pensamento está sempre em sintonia com as orientações do referido concílio, bem como em sintonia com as orientações da CNBB. Sua ação pastoral é pautada nessas duas bases e, principalmente, na pessoa de Jesus, o Cristo crucificado, o senhor da messe e pastor do rebanho que dá a vida pelas ovelhas.

Outra característica que perfaz a pessoa de Dom José Freire é de um bispo seguidor do estilo de teologia criado e desenvolvido na América Latina: a Teologia da Libertação²⁹.

Em 1972, o Pe. José Freire viajou para Roma, com o objetivo de fazer o curso de Catequese. Matriculou-se na Pontifícia Universidade Gregoriana. Feita a primeira etapa no curso, aproveitou o recesso de final de ano, e se inscreveu num Seminário de Teologia da Libertação, que se realizaria na Espanha (Costa, 2004, p. 228).

Essa teoria se caracteriza como uma forma teológica do pensar que questiona as desigualdades sociais existentes, ao mesmo tempo em que à luz do texto bíblico, bem como das Ciências Sociais, tece críticas às injustiças do continente. Ademais, para Dom Freire, os documentos do CELAM, junto com as diretrizes da CNBB, eram o caminho para o processo de evangelização e pastoral da Igreja Católica. Caminho para que a instituição trabalhasse de forma sistemática e estruturada com o fim de manter um programa de ação que estivesse em nível de comunhão, tanto em nível de Brasil como em nível de América Latina. Assim, na condição de bispo de Mossoró, ele soube aplicar bem na pastoral diocesana as recomendações vindas dessas instâncias episcopais.

Quanto ao grupo envolvido no seu pastoreio, através de seus testemunhos, dispõe sobre aquele período de uma memória abrangente, cujo tempo ainda é acessível mesmo diante das transformações ocorridas, e que são percebidas no presente. O grupo que vivenciou o outrora atém-se a lembranças e reconhece vestígios deixados por esse passado, os quais evidenciam a continuidade de um tempo envolto em transformações. Foram mudanças planejadas numa época para o presente vigente em que o Pastor trabalhou com o rebanho e para o rebanho, quando as promoveu com obstinação. Foram ações decisivas e necessárias, diante de conflitos, resistências, adversidades e obstáculos diversos.

²⁹ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica que surgiu na América Latina após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín. Ela se constituiu, centralmente, em propor que o Evangelho de Cristo seja levado preferencialmente aos pobres. A teologia da Libertação tematiza o pobre e a sua libertação, bem como, a missão da Igreja para com o Reino de Deus e sua justiça (Pietranera, 2019, p. 36).

Quando se transforma, um tempo novo começa para ele e sua atenção progressivamente se afasta do que foi e agora não é mais. Mas o tempo antigo pode subsistir ao lado do tempo novo, e mesmo nele, para os membros do grupo a quem essa transformação menos tocou, como se o grupo antigo recusasse se deixar absorver inteiramente pelo novo, que saiu de sua substância. Embora a memória atinja regiões do passado em distâncias desiguais, segundo as partes contempladas do corpo social, não é porque uns têm mais lembranças do que outros — mas porque as duas partes do grupo organizam seu pensamento em volta de centros de interesse que já não são exatamente os mesmos (Halbwachs, 2006, p. 149).

Agindo assim, Dom José Freire prezou pela comunhão da ação eclesial católica, conferindo à atuação a sua mão evangelizadora pastoral. Ademais, ele promoveu a ação do laicato ao protagonismo pastoral, uma vez que incentivou e valorizou o serviço dos leigos e leigas na pastoral da Igreja. Os esforços e sacrifícios também foram uma realidade para acordos espontâneos; deu-se, por fim, um trabalho com muito envolvimento entre o Pastor e seus fiéis.

Na condição de bispo aderente à Teologia da Libertação, soube incentivar seus agentes em uma das linhas dessa teologia que foi a opção preferencial pelos pobres, assim como Jesus o fez, de evangelizar conferindo vida nova e dignidade a uma sociedade marcadamente excludente. Ademais, de acordo com Alves (2013, p. 198):

A Teologia da libertação foi assumida por muitos grupos como uma proposta abrangente, voltada para a libertação enquanto exercício da cidadania que visava mobilizar toda a sociedade, e não apenas os católicos.

Um dos pontos de reflexão da Igreja Católica naquele período, passava a ser a situação histórica de dependência e de dominação de grande parte da humanidade, com seus milhões anuais de mortos de fome e de desnutrição. Esses dados se apresentavam, para muitos padres, bispos, leigos e leigas, como uma afronta à condição humana. O questionamento de muitos católicos passava a ser na direção das causas da pobreza e na dimensão política da fé. Como pregar o evangelho de Jesus, pautado na justiça social, se a Igreja continuasse atrelada aos poderosos? Atrelada aos militares que perseguiram e matavam padres e leigos que lutavam em defesa dos índios, dos pobres, dos mais empobrecidos? Ou, nas palavras de Dom Hélder Câmara: “como poderá a Igreja calar-se e não denunciar, ao menos, as injustiças mais gritantes, quando sabemos que, sem justiça, será impensável uma paz verdadeira e duradoura?”.

A teologia da libertação sempre esteve dentro da ação pastoral de Dom José Freire, sendo ela uma grande contribuição para o desenvolvimento de seu pastoreio. Naquela época, escrevia-se sobre temas importantes da Igreja em que a Teologia da Libertação trazia uma opinião bastante voltada e centrada na reflexão, no entendimento da injustiça, como também na busca de solução de problemas. Logo, Dom José Freire teve um início e um bom desenvolvimento de trabalho pastoral em nível diocesano, cuja articulação visava a divisão de

seu trabalho com os leigos de cada pastoral – uma força viva da Diocese de Mossoró. Foi um tempo que transcorreu e marcou a história da comunidade diocesana de Mossoró, ainda que os acontecimentos pretéritos estejam atrelados às convenções sociais de uma época, pois se refletem no presente:

Por isso existe uma representação coletiva do tempo – talvez ajustada aos grandes feitos da astronomia e da física terrestre, mas nesses contextos gerais a sociedade a estes superpõe outros, de acordo principalmente com as condições e hábitos de grupos concretos. Pode-se até dizer que as datas e as divisões astronômicas do tempo de tal maneira são recobertas pelas divisões sociais que desaparecem progressivamente e a natureza cada vez mais deixa à sociedade o cuidado de organizar a duração (Halbwachs, 2006, p. 113-114).

Apesar do tempo transcorrer de forma natural, na medida em que a natureza se apresenta, na vida em comunidade, o tempo social se vê imponente e regulado pela convenção de divisões sociais que sujeita a vida de todos. Embora comum a todos, o tempo transcorre de forma diversa para cada pessoa; dá-se o cruzamento entre os tempos individuais e o tempo social. A duração parecerá a cada pessoa segundo sua realidade, ou seja, ela será decorrente de suas interações cotidianas. Trata-se, pois, segundo Halbwachs (2066, p. 124), de um tempo coletivo que se opõe a uma duração individual. As durações individuais não são confundidas com os estados orgânicos das pessoas, os quais ocorrem ao longo do tempo abstrato (comum a todos), ainda que simultâneos.

Revisitar o passado do Pastor Dom José Freire é uma das formas de reconhecimento daquele que deixou um marcante testemunho de vida sacerdotal, mas também um legado de um bispo aberto ao laicato por sua proximidade e carisma junto à sociedade mossoroense. Entre lembranças e esquecimentos, emerge a história da Diocese de Mossoró, marcada pelo episcopado de Dom José Freire, em cujas memórias se fez o homem bispo no mundo do sagrado.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura

ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (Nora, 1993, p. 9).

A memória é um dado pessoal que vai se desenvolvendo durante o processo sócio-histórico, referente a alguém, que faz parte da psicologia da pessoa, acompanhando-a em momentos que determinam a vivência e aplicação de valores em sua formação pessoal, em seu cotidiano, enquanto pessoa histórica para uma comunidade. Sua formação diz respeito ao estudo adquirido, às vivências, cujo peso e valor se configuram na personalidade daquele que serve de referência aos demais membros da comunidade. E a Diocese de Mossoró teve na figura do sacerdote Dom José Freire a memória singular de um homem que não só marcou o cotidiano de um grande pastoreio (de luzes e sombras), mas também exerceu influência de uma vida em comunhão sobre seus fiéis, entre os quais há várias pessoas que prestam testemunhos acerca do protagonismo do referido Pastor e que foram pessoas importantes ao ajudarem no processo de despertar e de concretização do desejo de Dom José Freire: a ação em prol de um bem-comum.

De tal modo, cada testemunho apresentado evoca fatos à memória de Dom José Freire, que se junta a outras memórias individuais, as quais estão diretamente relacionadas a um contexto social comum, cuja época passou por transformações em virtude da contribuição de cada um desses agentes pastorais. Todas as pessoas envolvidas contribuíram para a produção da história de um pastoreio que marcou a comunidade de Santa Luzia de Mossoró – uma experiência coletiva histórica que dá sustentação à memória histórica do Pastor José Freire.

4 ANÁLISE DOS TESTEMUNHOS HISTÓRICOS ACERCA DO PASTOREIO DE DOM JOSÉ FREIRE DE OLIVEIRA NETO

Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação. Quando sentimos necessidade de guardar os traços de um amigo desaparecido, recolhemos seus vestígios a partir do que guardamos dele e dos depoimentos dos que o conheceram (Bosi, 1994, p. 408 - 411).

A Diocese de Mossoró se firmou como um incentivo para o próprio crescimento da cidade, cujo propósito primeiro da população mossoroense era criar uma Igreja que atendesse às necessidades pastorais, em que os fiéis contassem com um pastor mais próximo de seu rebanho. Assim, a tão sonhada diocese pensada e planejada, tendo a forte participação da elite social da cidade e membros do clero, representava os anseios eclesiais e pastorais da comunidade mossoroense.

Agregada ao potencial de Mossoró em ser uma das grandes cidades em desenvolvimento no interior do Estado do Rio Grande do Norte, em especial na zona oeste, a ereção da diocese agregou mais potencialidades em termos de desenvolvimento em vários setores, tais como educacional, comercial, econômico e habitacional. Logo, o grande empenho e a luta do povo mossoroense para ter sua igreja particular não consistia tão somente na busca de autonomia, mas também atender à demanda em virtude do crescimento da localidade e o desenvolvimento porque vinha passando. À população em constante crescimento, importava a independência eclesiástica da Arquidiocese de Natal a fim de que ocorressem melhorias para o rebanho, o qual necessitava de acompanhamento espiritualmente com um pastor entre os fiéis.

Nesse contexto da vida eclesiástica na Diocese de Mossoró, faz-se também relevante o percurso das ações e realizações do Pastor Diocesano Dom José Freire, cujas narrativas históricas perfazem a memória marcante do 5º Bispo e muito revelam a pessoa que ainda é lembrada por muitos fiéis e colaboradores de seu pastoreio na Diocese de Santa Luzia de Mossoró. Portanto, dá-se o um resgate histórico da pessoa e da vida de Dom José Freire, numa abordagem que compreende sua formação enquanto agente social, sua personalidade e sua vida sacerdotal ao longo das vivências junto à Diocese de Santa Luzia.

4.1 Sujeitos da pesquisa

A seleção de entrevistados deste trabalho se pautou pelo critério das vivências de pessoas em algum momento da vida do bispo estudado, as quais conheceram de perto momentos do episcopado de Dom José Freire de Oliveira Neto.

Tomando-se por base o documento *105 da CNBB: Cristãos leigos e leigas na igreja e na sociedade*, tivemos verdadeiros sujeitos eclesiais fundamentados nos ensinamentos do Concílio do Vaticano II e do magistério, que compreenderam a sua própria vocação e missão, atuando nas diversas realidades em que se encontravam inseridos.

A partir dessa perspectiva, foi possível entrevistar 23 pessoas, entre leigos (as), padres, religiosos (as) que viveram concretamente o pastoreio de Dom José Freire, não apenas por amizade, mas por se sentir igreja, verem-se como membros ativo(a)s que tiveram vez e voz de decisão na igreja diocesana. Eles foram sujeitos comprometidos com as novas realidades de uma sociedade em mudanças, abertos às novas transformações do mundo e assumindo as diretrizes do Vaticano II, em consonância com toda a Igreja latino-americana. Logo, a escolha dos entrevistados não foi por acaso, mas intencional, exatamente porque estavam envolvidos e comprometidos no estilo eclesial de Dom José Freire.

E que estilo eclesial era esse? Ora, o Concílio Vaticano II trouxe uma profunda renovação na visão da Igreja sobre a participação dos leigos, reconhecendo-os não como simples receptores da ação pastoral, mas como sujeitos ativos na missão evangelizadora, que envolve todos os membros da igreja, independentemente de sua condição de vida.

O papel do leigo não se limita à vida de devoção pessoal ou à participação nas liturgias, mas se estende para a transformação do mundo. Ele deve ser “sal da terra e luz do mundo” (Bíblia, 2008, Mt 5,13-14, p. 202-203), vivendo sua fé no cotidiano, buscando a justiça, a paz e o bem-estar para todos. A partir desta perspectiva, as pessoas entrevistadas assumiram, juntamente no Episcopado de D. Freire, a sua vocação, que é de ser presença cristã nas realidades temporais, comprometidos com a promoção da dignidade humana, com a defesa da vida e com a construção de uma sociedade mais justa.

Desse modo, o *corpus* para análise é constituído de 23 entrevistas, junto a pessoas que fazem parte de quatro grupos de amostra, além de alguns testemunhos provenientes de reportagens de jornais locais (quando noticiaram o falecimento do Bispo Emérito Dom José Freire), entre 10 e 12 de janeiro de 2012.

Quadro 1 – Grupos de entrevistados

| Familiares | Leigos | Religiosas | Sacerdotes |
|------------|--------|------------|------------|
| 2 | 10 | 4 | 7 |

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Quadro 2 – Lista de entrevistados

| | |
|---------------------------------|--|
| Antônio Pedro | Sexagenário. Advogado, atuou na Comissão de Justiça e Paz, Coordenação Diocesana de Pastoral. |
| Dom Mariano | Septuagenário. Padre diocesano de Trento, Itália. Bispo Emérito da Diocese de Santa Luzia e Mossoró. |
| Edimar Teixeira | Quinquagenário. Engenheiro Agrônomo, ex-coordenador do Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC), ex-Membro da Coordenação Diocesana de Pastoral. |
| Irmã Anna | Octogenária. Religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC). |
| Irmã Iraci Lino | Octogenária. Religiosa da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (IMJC). |
| Irmã Lucimar | Nonagenária. Religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC). |
| Irmã Lurdes | Septuagenária. Religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC). |
| Joaquim Crispiniano Neto | Sexagenário. Cordelista, ex-educador Popular do Movimento de Educação de Base (MEB). |
| José Edson | Quinquagenário. Assessoria Diocesana da PJMP. |
| Maria do Socorro de Albuquerque | Septuagenária. Pastoral Litúrgica, Ensino Religioso. |
| Maria do Socorro Feitosa | Sexagenária. Protagonizou o Desenvolvimento de atividades educativas em saúde junto à Pastoral da Criança, realizando Oficinas de Saúde Bucal com Agentes de Pastoral. |
| Maria do Socorro Oliveira | Sexagenária. Ex-participante da Coordenação Diocesana de Catequese, Equipe Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Educação de Base (MEB), Coordenação Diocesana de Pastoral. |
| Maria Nazaré Davi | Sexagenária. Ex-colaboradora do Movimento de Adolescentes e Crianças. |
| Padre Crisanto | Quadragesimário. Padre diocesano, Ex-Reitor do Seminário Santa Terezinha, atual pároco da Matriz de São José. |
| Padre Eliseu | Septuagenário. Padre diocesano, atualmente na Paróquia do Menino Jesus. |
| Padre Flávio | Quinquagenário. Padre diocesano, atualmente na Paróquia da Imaculada Conceição, em Pau dos Ferros. |
| Padre Guimarães | Septuagenário. Monge beneditino. |
| Padre João Batista | Septuagenário. Padre diocesano, Ex-Diretor Espiritual do Seminário Santa Terezinha. Atual Vigário Paroquial da Paróquia da Imaculada Conceição e São João Batista, em Apodi. |
| Padre Sátiro Cavalcanti | Nonagenário. Padre diocesano, falecido em 2024. |
| Prof. Aécio | Sexagenário. Ex-educador Popular do Movimento de Educação de Base (MEB). Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, aposentado desde 2013. Foi vice-reitor da UERN, de setembro de 2005 a setembro de 2009. |
| Rosalba Ciarlini | Septuagenária. Médica, política, ex-congressista. |
| Terezinha de Oliveira | Octogenária. Prima de Dom Freire. |
| Zélia Cristina | Quinquagenária. Leiga, biblista, atuante no Centro de Estudos Bíblicos (CEBI). |

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

4.2 Acerca da análise e discussão dos dados da pesquisa

A metodologia norteadora desta pesquisa é a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, voltada à análise dos dados obtidos, por se tratar de um método que atenta para os aspectos da subjetividade, seja no que diz respeito ao ambiente ou aos sujeitos, em cujos dados obtidos existe relação de pertinência com o objeto de pesquisa.

O procedimento de pesquisa – Análise de Conteúdo – foi adotado tendo em vista a possibilidade de análise profunda sobre as entrevistas e a forma como o pesquisador se propõe à análise dos dados, no trato com os significados que aqueles mesmos dados apresentam. Vale ressaltar que, tal qual a Linguística, a Análise de Conteúdo também tem por objeto a linguagem. Entretanto, a palavra é vista como ato da linguagem particular. Assim, ela dispõe de técnicas de análise das comunicações a fim de alcançar, “por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1977, p. 42).

A esse conjunto de técnicas da análise das comunicações, Bardin assinala diferentes fases da Análise de Conteúdo, as quais se organizam em torno de três polos cronológicos: a) a pré-análise; b) a análise do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Dentre as técnicas de Análise de Conteúdo concebidas pela autora, a Análise Cateórica é a que interessa a esta pesquisa e, segundo aquela estudiosa, trata-se da principal técnica que serve de base para a descrição das principais fases de uma Análise de Conteúdo, tendo em vista que essa técnica é a mais antiga e, na prática, aquela mais utilizada. Ela consiste, pois, no desmembramento do texto em unidades para, a seguir, estas serem agrupadas em categorias, que passam não só pelo crivo da classificação, mas também recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido.

Após a fase de organização dos documentos (ao alcance dos objetivos propostos da pesquisa), durante o polo cronológico da pré-análise, deu-se a atividade de familiarizar-se com aqueles documentos, bem como com o teor das mensagens, atendo-se às informações pertinentes para a análise do fenômeno estudado, a partir de uma leitura denominada flutuante, “por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco: a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projecção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos” (Bardin, 1977, p. 96).

Portanto, deu-se a escolha do material para análise a partir da leitura fluente, aquela em que o analista mantém contato com o objeto a ser analisado e, desde então, formula ideias iniciais.

Já na etapa seguinte, deu-se a operação de codificação que,

corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (Bardin, 1977, p. 96).

Nessa fase de exploração do material, os dados passaram a ser codificados, ou seja, eles foram transformados sistematicamente, por uma escolha de unidades de registro – as quais obedecem a unidades de significação correspondentes a segmentos de conteúdos que são consideradas como unidades de base, visando à categorização e à contagem frequencial, conforme aponta Bardin (1977).

Recortadas em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos), a partir das entrevistas coletadas, as palavras-chaves deram origem, conforme o agrupamento em função da ocorrência de temas correlatos, às categorias. Estas se diferenciam porque seguem aqueles princípios apontados por Bardin: da exclusão mútua (entre categorias), da homogeneidade (dentro as categorias), da pertinência na mensagem transmitida (não distorção), da fertilidade (para as inferências) e da objetividade (compreensão e clareza).

Nessa fase, foi adotado o critério de categorização semântico (categorias temáticas): “O critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade, ficam agrupados na categoria «ansiedade», enquanto que os que significam a descontração, ficam agrupados sob o título conceptual «descontração») (Bardin, 1977, p. 117-118, grifo da autora).

Na terceira fase, que se ocupa do tratamento dos resultados obtidos e interpretação, serão trabalhados os resultados da fase anterior a fim de que eles se tornem significativos e dotados de validade, cujos resultados tendam a conclusões, inferências e interpretações.

Por fim, os dados desta pesquisa foram coletados sob a perspectiva de abordagem qualitativa³⁰, cujo instrumento científico de coleta de dados consistiu em entrevistas estruturadas³¹. Daí, a partir dos relatos dos entrevistados, provêm os dados que, em confronto

³⁰ O método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (Minayo, 2014, p. 57).

³¹ Todas as entrevistas envolvem a interação entre um entrevistador e um participante (ou entrevistado). Entrevistas estruturadas roteirizam cuidadosamente essa interação. Primeiro, o pesquisador usará um questionário formal que

com o referencial teórico, prestam-se à problemática da pesquisa; as referidas entrevistas passam a integrar o corpus a ser analisado através do método da Análise de Conteúdo, junto com os relatos extraídos em reportagens dos jornais locais.

4.3 A análise das entrevistas

Adotado o critério semântico, as entrevistas foram estruturadas em três categorias temáticas:

Quadro 3 – Categorias Temáticas

| | | |
|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Memória sobre Dom Freire | Organização do Bispado | Protagonismo Episcopal |
|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

O tratamento dos dados ocorrerá com a aplicação da Análise de Conteúdo, de acordo com Bardin (1977), a fim atender aos objetivos da pesquisa, por meio da análise categorial, cujo desmembramento do texto se dá em categorias analogicamente. Desse modo, o processo de formação das categorias, conforme previsto por Bardin, resultou da seleção do material e da leitura flutuante, após efetivada a codificação.

4.3.1 Memória sobre Dom Freire

Sobretudo àquelas pessoas que vivenciam o presente e não conheceram Dom José Freire, faz-se interessante conhecer o legado deixado pelo referido Pastor. Aquilo que não foi vivido por muitos, mas que ainda se encontra na memória de alguns, pode ser compartilhado, haja vista o pastoreio diocesano de Dom Freire ainda ter reflexo nos dias atuais. Então, torna-se relevante trazer ao conhecimento o tempo e o espaço referentes ao Episcopado que marcou a vida de muitos fiéis da Diocese de Santa Luzia.

Essa categoria temática, sujeita a tratamento de resultados obtidos e à interpretação, será alvo de análise sob o ponto de vista do referencial teórico apresentado. E a análise de testemunhos históricos acerca de Dom José Freire, bem como falas provenientes de reportagens

lista todas as perguntas a serem feitas. Segundo, o pesquisador adotará formalmente o papel de entrevistador, tentando obter respostas de um entrevistado. Terceiro, o pesquisador enquanto entrevistador tentará apresentar o mesmo comportamento e conduta ao entrevistar cada participante. O comportamento e conduta do entrevistador também são, portanto, roteirizados, geralmente como resultado de algum treinamento prévio e específico para que a coleta de dados seja realizada da maneira mais uniforme possível (Yin, 2016, p. 141).

de cobertura da morte, do velório e do sepultamento do Bispo Emérito, visam a dar sustentação à memória desse pastor da Diocese de Santa Luzia de Mossoró.

Há a preocupação de se ter maior compreensão sobre a pessoa de Dom José Freire, junto ao seu rebanho de fiéis. Para esse propósito, “aceitamos a memória como uma premissa do conhecimento; inferimos a história a partir de evidências que incluem lembranças de outrem” (Lowenthal, 1998, p. 108). Nesse quesito, alguns dos entrevistados ressaltam o sentimento de solidariedade na pessoa de Dom José Freire, sua índole humanitária reconhecida. O conjunto de relatos demonstram o quão sensível era o Pastor com as pessoas e, por vezes, compassivo com as realidades alheias. Essa virtude emerge de sua vida pregressa, pois aprendera desde cedo no trato com as pessoas e, na família, dera-se a apreensão de tão nobres valores que serviram de guia por toda a sua vida.

Existe o reconhecimento de seu caráter por parte dos familiares entrevistados, que perfaz a personalidade do homem bispo, do Pastor dedicado a seu rebanho. Conforme reportagens em 2 jornais, sua irmã caçula, Socorro Freire, assim se manifestou: “Ele sempre foi uma pessoa muito amiga, um homem muito solidário, e muito rigoroso em tudo que fazia” (Moura, 2012a, p. 9). “Era de uma organização extrema, muito amigo e próximo da família. Tinha o local certo para os livros, para o jornal e para a Bíblia” (Último [...], 2012, p. 3).

A referência familiar foi parte de seus ideais, pois a família era tida por ele com um valor supremo, cuja grande importância também existia para a organização social. E convém aqui dizer que durante seu episcopado foi criada a Pastoral Familiar.

Essa pastoral teve seus primeiros ensaios na Diocese de Santa Luzia quando o bispo da época, Dom José Freire, recebeu uma carta de Dom Hilário Moser na qual solicitava a indicação de um casal para iniciar as atividades localmente, em 1991.

Com o tema “Família missionária, esperança do novo milênio” durante a Assembleia Diocesana, foi constituída a equipe dos zonais de Mossoró, do Alto Oeste e Médio Oeste (Diocese [...], 2014, p. 79).

Foi um homem dedicado a seus familiares, sobre os quais tinha cuidados e cobrava-lhes a retidão, como frisou Socorro Freire em outra reportagem: “Ele sempre foi muito rígido, também com a família, nós tínhamos que andar na linha, ele era um homem muito correto, fiel seguidor das palavras de Deus, cheio de ideais” (Moura, 2012b, p. 10).

Foi o filho mais velho de uma família tradicional, cujos valores carregou por toda a vida, de uma família consolidada em cultura e tradição de uma época distante da realidade atual: uma família dedicada à religiosidade e seguidora da tradição cristã. “Ele era de uma família muito unida. Ele era muito família, muito, muito, muito... preocupava-se muito com sobrinho, com a

família, com as irmãs, os menininhos como estavam crescendo” (Terezinha de Oliveira. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 26 abr. 2023).

Quanto ao caráter e à personalidade de Dom Freire, desde cedo ele teve traços de uma pessoa em formação no entendimento bíblico, envolto em uma dimensão devocional e na veneração aos sacramentos da Igreja. Familiarizado cedo com as atividades de devoção ao catolicismo da família (que despertou o rapazote para o sacerdócio), o juvenzinho já demonstrava sua inclinação para a vida religiosa.

Em 2012, um agricultor apodiense, durante o funeral do Bispo Emérito, evidenciou-se com a seguinte observação acerca do amigo de infância: “Ele sempre foi muito estudioso e era muito sério, as pessoas até achavam que ele era bravo, mas esse era o jeito dele, e sempre foi muito bondoso” (Amorim, 2012, p. 2).

Quanto ao que diz respeito a sua compleição, Dom Freire foi um homem introspectivo, embora para algumas pessoas parecesse impopular, hostil. Porém, estava aberto ao diálogo e preocupava-se em promover o bem a outras pessoas. Haja vista se tratar de um ser de acolhimento, cujas relações denotavam uma dinâmica de interação e de reciprocidade. Dom Freire foi “um ser humano sério, íntegro. Embora, para alguns parecesse uma pessoa sisuda, quando no convívio cotidiano, era afetuoso, brincalhão e exímio contador de piadas” (José Edson. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 23 mar. 2023). Ainda que isso venha a contrariar o aspecto de uma pessoa fechada para si, não exime de análise a impressão que tinham muitas pessoas com quem Dom Freire entrava em contato, e o que deveras ocorria: “Apesar de ter uma aparência austera, e uma certa timidez, o interlocutor se sentia com liberdade de tratar com ele, sem maiores reservas, qualquer tipo de assunto” (Prof. Aécio. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 abr. 2023). Assim, dá-se um remate com a observação de uma religiosa da época de Dom Freire:

Falar de Dom Freire é falar de um bispo orante, dinâmico, amigo. Homem de fé que acreditava e valorizava cada pessoa, cada sugestão, cada ideia nova; animado e animador da ação Catequética na Diocese. Disponível para escutar, para o encontro com o outro. Alegre, sorridente. Pastor caridoso e solidário (Irmã Iraci Lino. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 24 mai. 2023).

Além de uma pessoa prestativa e incentivadora, que procurava habilitar os agentes pastorais cada vez mais, valorizando-os dia a dia, Dom José Freire estimulava a todos no culto do lado espiritual. Ele era “um homem de oração e muito devoto de Nossa Senhora. Todos os

dias rezava o rosário e instigava quem trabalhava com ele a fazer o mesmo” (Padre Flávio. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 15 nov. 2022).

Também uma religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC) informou essa característica do Pastor ao dizer: “Também ele era assim muito devoto de Nossa Senhora, todos os dias ele rezava o rosário. Ele era muito dos pobres” (Irmã Lucimar. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 17 jun. 2023).

Figura 10 – Dom José Freire no Centenário do Apostolado da Oração, em Pau dos Ferros (2002)³².



Fonte: Arquivo pessoal de Dom José Freire.

Em outra descrição sobre a pessoa de Dom Freire, além do temperamento, é apontada a índole do homem bispo, de pessoa caricata: “Uma pessoa de muito caráter e compromisso. Quando a gente o conhecia melhor, descobria um homem acolhedor, alegre e brincalhão. Quando alguém tinha um problema, podia contar com a orientação de Dom Freire” (Zélia Cristina. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 12 jun. 2023). Essa pessoa acessível também é apontada por mais alguém que contribuiu em atividades pastorais, sob a orientação de Dom Freire: “Acolhedor, aberto ao debate, exercia a autoridade sem ser autoritário, bem-humorado” (Maria Nazaré Davi. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 12 mai. 2023).

³² Dentro das ações do Apostolado da Oração, destaque para o Programa de Vida Espiritual e Apostólica, que compreende pequenos grupos de oração de zeladoras e famílias zeladas. O trabalho consiste na realização de reuniões, ao menos uma vez por mês, para refletir um texto do Evangelho e outras orações (Diocese [...], 2014, p. 84).

Ele passava a impressão de que mesmo naqueles assuntos sobre os quais tinha opiniões conhecidas, claras e firmes, o interlocutor seria ouvido com respeito e com o sincero interesse de ser compreendido. Talvez isso fosse resultado de sua prática de confessor (Prof. Aécio. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 abr. 2023).

Para essa outra pessoa leiga, que atuou em atividades pastorais, assessorando movimentos católicos, Dom Freire revelava-se um homem tímido, ainda que aparentasse um caráter severo, era uma pessoa cativante no trato com seus interlocutores (quem sabe isso se tratasse de um aprendizado para seu ofício).

Talvez esse trato de proximidade, sem que comprometesse a autoridade, fosse algo estratégico ou meio cativante do Pastor. Nas considerações de outro colaborador: “um pastor amoroso, com firmeza, responsabilidade, zelo, empatia” (Maria do Socorro de Albuquerque. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 22 jun. 2023).

Um educador popular assim se referiu ao Bispo: “Dom Freire era muito discreto, mas era muito presente e muito firme no propósito de fazer uma mudança de rumos da Diocese. (Joaquim Crispiniano Neto. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 abr. 2023). Ainda que a característica “firme” denote se tratar de uma pessoa resoluta, determinada, não se pode eximir de referência ao aspecto percebido por algumas pessoas: um homem de caráter severo.

Dentre os sacerdotes, esse quesito é corrente, como reforça o padre Talvacy Chaves, em uma reportagem:

Todavia, embora Dom Freire revelasse esse lado autoritário de ser, ele tinha também seu lado humano e afetuoso. Era gostoso viajar com ele, visitá-lo em sua casa. Saber escutar e compreensivo eram duas virtudes que admirava em Dom Freire (Chaves, 2012, p. 4).

Latentes ainda se mostram as lembranças de outros sacerdotes, que interagiram com Dom Freire, no que diz respeito à pessoa desse Pastor. “Apesar de sua timidez, relacionava-se muito bem com os padres, os leigos, os religiosos e com todos os que o procuravam. Era capaz de brincar com as pessoas mais próximas e dava boas gargalhadas de qualquer fato. Era muito piedoso (Padre João Batista. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 06 fev. 2023). Outro padre secular evoca a memória e revela: “Dom Freire era muito rígido, muito duro e comigo ele era mais do que todo mundo” (Padre Guimarães. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 16 fev. 2023).

O homem divertido e descontraído também foi apontado em Dom Freire, entre os sacerdotes:

Era nostálgico e, ao mesmo tempo, divertido, escutar Dom Freire falando da bela história vocacional. Várias vezes, no Seminário de Santa Terezinha, tivemos a oportunidade de escutá-lo: narrava com detalhes, desde o dia em que chegou de trem a Mossoró para entrar no seminário menor, suas viagens de navio a São Leopoldo, sua relação de amizade com Sátiro e Américo, que, na época, também eram seminaristas (Dom José [...], 2012, p. 3).

Dentre os entrevistados, há sacerdotes que se relacionaram com José Freire enquanto ele foi Reitor no Seminário Santa Terezinha; alguns chegaram a ser ordenados pelo próprio Bispo Dom Freire. O aspecto de solidariedade e compreensão se faz presente também em falas de padres entrevistados.

Afirma um ex-reitor do Seminário Santa Terezinha: “Uma pessoa muito educada, muito atenciosa, muito disciplinada e sensível às pessoas e realidades” (Padre Crisanto. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 nov. 2022). O caminho acolhido por Dom José Freire que o conduziu a uma formação íntegra de ser humano foi sua escolha pela vida religiosa. Assim, são pertinentes as palavras de outro sacerdote secular: “Dom Freire foi um homem de muita fé, íntegro, reto e com muita clareza no seu serviço ao povo” (Freire, 2012, p. 1). Por sua vez, afirmou um contemporâneo de estudos em Roma, Bispo da Diocese de Ponta Grossa-PR: “Éramos amigos, sempre admirei a seriedade dele” (Freire, 2012, p. 1).

Durante o velório do Bispo Emérito Dom José Freire (em Mossoró), o padre Guimarães Neto foi enfático: “Ele era um homem de família, não podemos imaginar ele sem a família. Tem uma faceta que poucos conhecem. Ele ficou marcado como homem sisudo, carrancudo... Na verdade, ele era tímido, mas tinha um grande senso de humor” (Freire, 2012, p. 1). Os sacerdotes tinham conhecimento acerca do ar introspectivo do Bispo, bem como sobre as primeiras impressões das pessoas quando o contatavam pela primeira vez:

Era um homem carrancudo, era, um homem severo nas suas posições, era, mas era, como se diz, uma manteiga o seu coração, ele amava as pessoas, ele não era homem de sentir ódio, raiva, ressentimento das pessoas. Na hora que ele queria chamar atenção, ele chamava, mas era um homem de posições firmes, e que não tinha conchavos, principalmente, com os poderosos, com os opressores, ele não tinha conchavos (Padre Eliseu. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 abr. 2023).

Diante de tantas considerações acerca da figura de Dom Freire, pode-se ressaltar, na vida desse Pastor, a dimensão da memória afetiva que foi tão marcante para si, para seu

desenvolvimento social e psicológico. Seu aspecto sisudo, de muita seriedade, além de rigorosidade em suas atitudes cotidianas, não desmerece o homem compreensivo, amoroso e prestativo percebido por aqueles que conviveram com ele. Trata-se de algo recorrente das falas daquelas várias pessoas que atentaram para suas memórias, contribuindo, assim, para a edificação da memória do homem bispo, que marcou também a história da Diocese de Mossoró. Dessa forma,

evocamos juntos diversas circunstâncias de que cada um de nós lembramos (e que não são as mesmas, embora relacionadas aos mesmos eventos), conseguimos pensar, nos recordar em comum, os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós (Halbwachs, 2006, p. 29-30).

Ele certamente teve muitas memórias que lhe acompanharam durante o percurso de formação, almejando um futuro de vida. Logo, a memória é um dado pessoal que vai se desenvolvendo ao longo do processo porque faz parte da psicologia da pessoa, acompanhando-o em momentos determinantes. Suas vivências e a aplicação de valores determinaram a formação pessoal e, enquanto pessoa histórica, ele foi traçando as fases da vida.

A família representou muito o futuro do homem religioso, sendo essa instituição não apenas meio de convivência socioafetiva que deixou fortes impressões em sua vida, mas também um fator referencial nos relatos daqueles que trouxeram à tona a memória da figura do homem que se tornou bispo. Ademais,

A ideia que mais facilmente representamos é composta de elementos tão pessoais e particulares quanto desejarmos, é a ideia que os outros fazem de nós, e os fatos de nossa vida que estão sempre mais presentes para nós também foram gravados na memória dos grupos que nos são mais chegados (Halbwachs, 2006, p. 66).

Todas aquelas pessoas que estiveram com Dom Freire compartilharam vivências e contribuíram para as transformações sociais de uma época. São parte de uma experiência coletiva histórica que dá sustentação à memória histórica do saudoso Pastor, cujo substrato consiste em todas as memórias individuais. Enfim, cada testemunho rememora eventos diretamente relacionados com a interação entre todos, no contexto social do Pastoreio de Dom Freire.

Se algo vier a ser esquecido, não lembrado por alguém ou mesmo paire a dúvida momentaneamente, a memória coletiva há de dar sustentação àquilo que foi marcante em

circunstâncias específicas, porque existe a possibilidade de reconstrução de algumas lembranças graças aos esclarecimentos contidos em outras memórias individuais. “A memória coletiva, portanto, se apresenta como um campo que irá vincular o indivíduo ao grupo e, assim como a partitura vincula o músico à orquestra, ela confere sentido ao relato de experiência do indivíduo” (Flores, 2022, p. 250). Por sua vez, as lembranças e memórias individuais são importantes para cada pessoa, pois muito contribuíram na formação humana de cada sujeito, além de se reverterem positivamente na construção da memória histórica de Dom José Freire.

Dessa forma, é incontestável que a vida de cada pessoa conta com inúmeros fatores influenciáveis no caminho a se seguir. E a descoberta do melhor plano que o indivíduo deve traçar para obter êxito na vida implica nas influências, nas perspectivas e oportunidades que se apresentam, além do encontro com pessoas alvissareiras. Estas podem colaborar, instigar, prestigiar e até contribuir para o progresso na trajetória de alguém.

4.3.2 Organização do Bispado

Todas as vivências junto às atividades da Igreja em que o jovem José Freire esteve envolvido, além do ambiente familiar de cristandade, de valores e costumes na família religiosa, na veneração aos sacramentos da Igreja, levaram-no a sua vocação de homem religioso. A vida ministerial de Dom José Freire é parte de sua memória histórica junto com a vida particular, ligada também à vida social, cuja relação entre o pessoal e o social desdobra-se em sua formação integral de homem bispo.

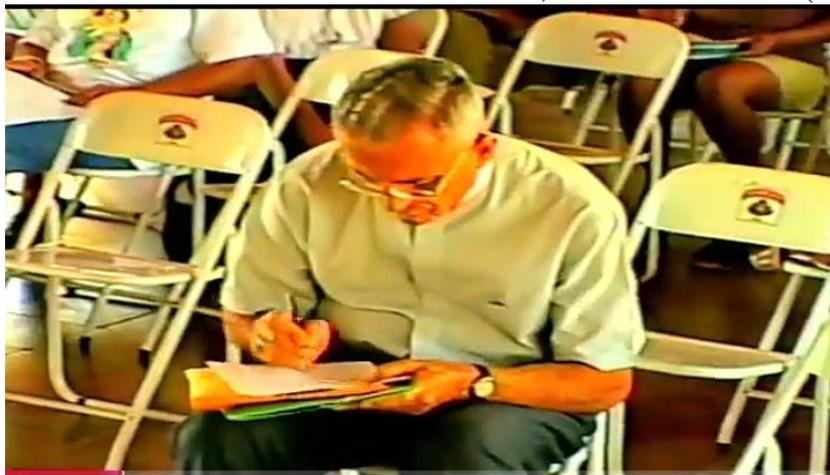
A ascensão do Bispo Dom José Freire ao Pastoreio da Diocese de Mossoró ocorreu em um momento em que a Igreja precisava se renovar e necessitava de amplo diálogo com a realidade que se instaurara: promover uma abertura, pôr-se à escuta de seu rebanho. Era preciso dar uma resposta àquele contexto de valores relativistas e de afluentes questionamentos. Tomando-se por base a fé proclamada, o sacerdote especialista José Freire encontrou na catequese o meio de dinamizar o crescimento da Diocese de Mossoró. Assim, deu-se o incremento no serviço pastoral, a partir de planos ao encontro das necessidades pastorais. Segundo o Padre Talvacy Chaves:

Dom Freire entendia que ser pastor em uma realidade onde a maioria vivia à margem dos direitos humanos básicos, não priorizar a pastoral social, seria como marginalizar na Igreja o próprio Jesus Cristo, ou seja, relativizar o tão sonhado Reino de Deus, revelado por Jesus nas Bem-Aventuras de Mateus (Dom José [...], 2012, p. 3).

O Bispo Dom Freire procurava sempre estar em sintonia com as diretrizes vindas do Vaticano, empenhava-se em adequar a Diocese de Mossoró à perspectiva do novo modelo de Igreja proposto pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, promovendo ações que estivessem dentro de um plano de ação evangelizadora. Segundo o padre Flávio de Melo, “o maior compromisso de Dom José foi sedimentar a catequese. Era um homem disciplinado e muito dedicado à Igreja” (Último [...], 2012, p. 2). Assim, toda a sua dedicação e esforços estiveram guiados pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, que visava à unidade dos cristãos e buscava o diálogo para enfrentar o mundo em transformação.

Ele empenhou-se profundamente na formação de homens e mulheres para o serviço pastoral, a fim de promover a nova forma de ser da Igreja. Através da dinâmica do Concílio Vaticano II, para ele era importante a valorização do leigo, pois se tratava de uma necessidade para o desenvolvimento da ação pastoral na Diocese de Mossoró.

Figura 11 – Dom José Freire na II Reunião de Pastoral, em Pau dos Ferros (maio de 1998).



Fonte: Arquivo pessoal de Dom José Freire.

Nesse sentido, a visão de Dom Freire, voltada para o social, dentro do planejamento da Diocese de Mossoró, consistia na participação de todos. Então, era importante que todos os envolvidos estivessem em sintonia com o trabalho eclesial.

Um dos padres ordenados por Dom José Freire, e convidado para ficar à frente do Seminário de Santa Terezinha, lembrou:

Eu acho que Dom Freire em si, ele inspirava isso: o Vaticano II. Basta ver a questão da catequese na Diocese, a gente tinha... não sei se você lembra das Irmãs Missionária de Jesus Crucificado, foi uma das primeiras coisas que ele instalou na Diocese, foi esse grupo de freiras de Jesus Crucificado (a Irmã Iraci Rocha, Irmã Dioner), que até pouco tempo ainda estava aqui na Diocese, mas lá no início foi uma coisa muito marcante na Diocese, foi essa questão da

abertura da catequese, da liturgia (Padre Eliseu. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 abr. 2023).

Conhecer a realidade da sociedade por meio de instrumental social consiste numa das formas de promover a ação catequética. Esse serviço de catequese de cunho formativo, junto às pessoas colaboradoras, não só se preocupa com os meios da fé, mas também toma por base a vida concreta de todos, ou seja, suas realidades cotidianas. Tanto aos leigos, quanto aos agentes da promoção eclesial foram dadas oportunidades de atuarem na liderança das pastorais da comunidade diocesana.

De acordo com o relato de uma religiosa da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado,

Ao chegar na Diocese, encontrei o trabalho Pastoral estruturado com lideranças, equipes, comissões e planejamento. Todos participavam: padres religiosos, jovens, crianças, adultos. Todo cristão encontrava na Diocese seu lugar para missionar nas diversas instâncias de serviços pastorais (Irmã Iraci Lino. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 12 jun. 2023).

A opinião expressa pela entrevistada expõe o contexto da época, pois Dom José Freire desenvolveu seu trabalho pastoral aliado às mudanças eclesiais promovidas pelo Concílio Vaticano II – uma revolução dentro do modo de ser e viver da Igreja Católica em nível mundial. A Igreja promove o diálogo para que se deixe ser voltada para si mesma, que se baste em si mesma, e que interaja com a realidade social, acompanhe o caminhar histórico da humanidade:

As reformas ocorridas na Igreja não caem do céu, mas acontecem dentro da dinâmica real da História. Se essa é uma verdade política, reclamada pelas diversas ciências sociais modernas, é também uma verdade teológica que responde pela missão encarnatória da Igreja no mundo: algo inerente à sua missão de levar o Evangelho a todos os povos. Ainda que teologias idealistas evitem essa constatação por razões dogmáticas ou por um receio do mundo de fundo dualista, esse dado revela uma *ecclesia semper reformanda*, capaz de refazer-se na dialética das mudanças trazidas pela História (Passos, 2014, p. 109, grifo do autor).

Sendo pertinente ainda considerar a realidade brasileira de outrora (e da América Latina): o período opressor dos regimes ditatoriais. Por sua vez, a liderança do Pastor Dom Freire esteve comprometida com um trabalho pastoral dentro de um viés da busca da justiça social.

Acerca desse período, há de se considerar que a conjuntura do momento favorecia divisões, quer fosse no aspecto social, quer dentro da própria Igreja. Havia pensamentos

diversos, dos vários grupos: de leigos, do clero, de religiosos. Existia uma divisão de opiniões relativas àquela conjuntura política estabelecida por meio do regime da ditadura militar. Todavia, para as dificuldades, Dom Freire adotava medidas no uso da razão e da fé, seguidas de um pensamento teológico libertador, ação partilhada por bispos da América Latina que enfrentavam o mesmo contexto sociopolítico de regime ditatorial.

Ele é da geração dos bispos militantes da Igreja Pós-Conciliar, tinha opções eclesiais claras e causas nobres, ao lado de brilhantes figuras no episcopado, como Aloísio Lorscheider, José Maria Pires, Hélder Câmara, Paulo Evaristo, Eugênio Sales, Luciano Mendes e outros. O novo jeito de fazer e ser Igreja, a partir das inovações libertadoras dos documentos pós-conciliares, alimentavam a esperança e o dinamismo pastoral dos bispos (Chaves, 2012, p. 4).

O padre Talvacy ressalta a atuação de Dom Freire, ao descrever a administração dos bispos que aderiram à Teologia da Libertação, bem como a que linha de pensamento aquele sacerdote adotou em seu pastoreio. Sua sobrinha, Socorro Feitosa, concorre para essa ideia quando afirma: “Uma coisa marcante era o seu compromisso com o povo de Mossoró, ele era adepto da Teologia da Libertação, conviveu com Dom Hélder Câmara e participou de muitas atividades nas comunidades” (Amorim, 2012, p. 3).

Quando Dom José Freire assumiu o Ministério Episcopal, em 1984, ainda estava vigente o regime militar, fato sobre o qual deve-se lembrar da existente divisão entre os bispos brasileiros³³. Diferente dos bispos militantes, há aqueles que optaram em não atuar para a transformação da Igreja, de não enfrentamento nas lutas sociais. Na condição de líder de seus fiéis, Dom Freire passa a motivar os padres, os agentes da pastoral, levando o trabalho diocesano com dinamismo, cuja organização revela uma pastoral viva e atuante. Enfim,

ele soube respeitar os padres que não alcançavam ou questionavam a Teologia da Libertação, e soube se fazer respeitar por eles (com raríssimas exceções de uma divergência meio que silenciosa). Soube respeitar as autoridades políticas reacionárias, mas não se dobrou a nenhuma delas. Dialogava sem submissão (Joaquim Crispiniano Neto. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 19 abr. 2023).

³³ Por ocasião do golpe de 31 de março de 1964, a hierarquia eclesiástica, em sua grande maioria, manteve a tradição: aderiu à nova ordem institucional e legitimou, ingênua ou conscientemente, o regime de força implantado. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), depois de acirrada disputa interna, divulgou uma declaração apoiando o movimento militar (Moura *et al*, 1981, p. 17).

Ele deu uma contribuição ímpar, no que diz respeito à reflexão e à ação pastoral, pois ajudou tanto clérigos como leigos a despertar a consciência para o combate das injustiças sociais. Seu olhar social recaía, especialmente, sobre uma proposta pastoral e evangelizadora para os humildes e necessitados. Buscou desenvolver ações sociais que pudessem atender às comunidades e às pessoas que se encontravam em situação difícil.

Tinha muita sabedoria para lidar com os movimentos de uma igreja tradicionalista e com a pastoral social. Ele tinha reuniões específicas com cada grupo e havia respeito na diversidade. Havia reuniões periódicas com as pastorais sociais para socialização e discussão do que se estava fazendo e como se dava a atuação. Sempre fez fortes questionamentos para que não houvesse repetição ou sobreposição das ações, para ele fazia-se necessário muita nitidez nesse aspecto (Maria do Socorro Oliveira. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 09 out. 2022).

Dom José Freire articulou muitas lutas, despertou a consciência das pessoas do seu rebanho para o movimento social, a fim de que os menos afortunados, os oprimidos, os necessitados pudessem se libertar, pois esse era o fim do homem moderno, conforme Catão (1989, p. 78):

Libertar-se socialmente dos pesados mecanismos de dominação que tantas vezes ele mesmo constrói, esses ‘deuses feitos pelas mãos dos homens’, denunciados na Bíblia. Libertar-se, enfim, política e economicamente, lutando para que a sociedade em que vive seja uma sociedade mais humana, em que os problemas de convivência e de subsistência se resolvam num clima de respeito mútuo e de equidade, com a participação de todos.

Os movimentos sociais ajudam bastante na dinâmica de ação na Diocese de Mossoró. A ação pastoral e social de Dom José Freire evoluiu vertiginosamente com os movimentos de base, em busca de unir bem o crer com o fazer e, dessa forma, conseguir uma articulação bem-organizada nesse exercício de unir a oração com a ação. Segundo um sacerdote: “Dom José Freire conduzia a Diocese com as dificuldades do seu tempo. Apesar de contar com poucos padres, ele fez um trabalho com atuação dos leigos, juntamente com os padres e os religiosos. Ele fez um trabalho de descentralização, abriu a igreja para todos” (Padre João Batista. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 06 fev. 2023). Deu-se, pois, por parte de Dom Freire, a promoção do laicato, o protagonismo pastoral dos leigos, uma vez que incentivou e valorizou o serviço de todos aqueles que contribuíram com o seu pastoreio, que se envolveram na pastoral da Diocese de Santa Luzia.

Dom José Freire estruturou a pastoral diocesana com o conselho pastoral; a organização dos canais e o acolhimento aos apostolados, já existentes; a legião de Maria, os apostolados da oração; e proporcionou uma abertura para novos movimentos, como: as CEBS, a renovação carismática católica e o CEBI, e as pastorais sociais (Padre João Batista. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 06 fev. 2023).

A estrutura de seu Ministério estava bem solidificada, a administração contava com a participação plena tanto de leigos como de religiosos, comprometidos com as causas sociais:

Vinculado ao departamento diocesano, outros organismos foram nascendo e se estabelecendo. Exemplo: o MEB (Movimento da Educação de Base). O MEB começou fazendo educação de base em uma perspectiva de Paulo Freire, aqui na diocese, e teve todos os desdobramentos de firmes posições políticas defendendo as áreas de conflito de terra do movimento sindical, defendendo vários setores da sociedade civil organizada que entendiam que eram a partir dessas organizações que a gente ia construir um mundo mais parecido com o reino de Deus aqui na terra, isso está em consonância com o Vaticano II, essa abertura (Antônio Pedro. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 abr. 2023).

O trabalho desenvolvido pelas pastorais era dotado de condições necessárias para a atuação dos leigos, com o fim de atender às demandas da população carente. Assim, os serviços prestados pela Diocese de Mossoró compreendiam uma dimensão formativa, de inclusão de cidadãos a partir de uma concepção educativa. Nessa perspectiva, Dom Freire enveredou por esse caminho ao empreender a educação através das aulas radiofônicas – instrumento na alfabetização e escolarização que atingiu grande parcela da sociedade brasileira. Trata-se da concretização na Diocese de Mossoró do MEB, idealizado por Dom Eugênio Sales e posto em prática em 1949, instrumento este inspirado no exemplo do padre colombiano Salcedo, cuja adesão pelo bispo de Aracaju, Dom José Távora³⁴, deu-se em poucos anos.

O movimento de Educação de Base (MEB) expandiu-se a partir de um amplo convênio entre o Ministério de Educação e Cultura e a CNBB, em março de 1961, depois das experiências pioneiras, na década de 50, do Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal no Rio Grande do Norte e do Sistema Radioeducativo de Sergipe, pertencente à Arquidiocese de Aracaju. Ambas as iniciativas haviam se inspirado na “Accion Cultural y Popular” da Rádio Satatzena de Dom Salcedo na Colômbia (Beozzo, 1993, p. 59).

³⁴ Durante uma viagem do candidato presidencial Jânio Quadros em 1960 à capital sergipana, D. Távora conseguiu deste a promessa (se eleito) de financiamento para um programa de educação popular. Jânio venceu e cumpriu o prometido: a 21 de março de 1961 assinou o acordo de financiamento do MEB (Moura, 1981, p. 25).

Conforme o fim a que se destinava o MEB, a Diocese mossoroense, sob o pastoreio de Dom Freire, passou a promover educação, tendo por alvo a transformação do grande número de leigos engajados no processo político. De tal modo, o Pastor deu oportunidade de promover a formação educativa à massa trabalhadora do campo sem escolaridade: uma assistência social com fins instrutivos, de capacitação de pessoas através dos estudos.

Por ser o grande meio de comunicação da época, e por anos usado para o trabalho de evangelização, a Rádio Rural foi também palco de denúncias de injustiças contra os oprimidos socialmente³⁵. Conhecedor do alcance e do significado para o seu pastoreio, Dom José Freire não abria mão da Rádio Rural, mesmo diante de dificuldades:

A rádio rural era o amor da vida dele. Padre Américo, nessa época, era o diretor e tudo indicava que ia fechar. Aí ele dizia: eu prefiro vender o sino da Igreja da Catedral do que fechar a Rádio Rural. Isso nunca saiu das pessoas, essas palavras dele. Ele não aceitava nada. Tanto que ele ia crismar e o dinheiro da crisma ele emprestava para fazer o pagamento do departamento diocesano (Terezinha de Oliveira. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 26 abr. 2023).

A radiodifusão significava muito para a Diocese porque era espaço para divulgação de todo o trabalho pastoral, meio de promover, de difundir os movimentos sociais. A grande parceria firmada com a CNBB assegurou às rádios condições necessárias para dar instrução a muitas pessoas que tinham acesso limitado à educação formal.

A Rádio Rural desempenhou um papel muito importante em Mossoró e em toda a Região Oeste e Vale do Açu. Papel educacional, com suas aulas radiofônicas, no início de tudo; papel cultural, com seus programas populares de grande audiência, seus festivais de A Mais Bela Voz e seu apoio à cultura popular, sobretudo ao cordel e à viola; e papel evangelizador, como fonte de difusão do trabalho pastoral (Prof. Aécio. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 abr. 2023).

Através desse veículo de informações, a organização pastoral de Dom José Freire era viva, tinha grande abrangência, era por demais atuante na comunidade diocesana. E “o viés cultural da emissora sempre esteve presente, seja com os grandes shows populares realizados

³⁵ Ao denunciar as injustiças e as desigualdades sociais, a Igreja convocava mulheres e homens a atuar como lideranças; a inventar alternativas de ação, numa perspectiva libertadora. Ao mesmo tempo, estimulava as pessoas a se organizarem em comunidades e a atuarem na realidade.

Nessa nova proposta da Igreja, eram as lideranças das comunidades as responsáveis pela motivação, animação e trabalhos dos grupos. Por isso, uma das prioridades da Igreja, nos anos 1970 era a formação de lideranças, principalmente no aspecto político, através de cursos, de palestras, de encontros, de subsídios, de trocas de experiências cotidianas, etc. (Alves, 2013, p.196).

nos primeiros anos de fundação, ou com eventos que se consolidaram ao longo dos anos” (Diocese [...], 2014, p. 65). Desde sua fundação, em 2 de abril de 1963, a Rádio Rural foi líder de audiência entre as demais emissoras AM mossoroenses.

Um dos mais antigos sacerdotes, contemporâneo de Dom Freire, assim se referiu à emissora: “Era importante, mas o herói da Rádio Rural era o Américo. Américo deu a vida por aquilo aqui. Américo ganhou a antipatia do povo de Assú todinha por causa da Rádio Rural, porque trouxe a Rádio Rural para cá e não para Assú” (Padre Sátiro Cavalcanti. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 out. 2022).

E uma das prioridades pastorais de Dom Freire voltava-se para o social. Ele muito investiu nos movimentos sociais e jamais deixou de dar atenção a qualquer movimento social, nunca desprezou grupo algum. Como coordenador dos grupos sociais empreendidos, Dom Freire devotava aos colaboradores toda a atenção:

E com grande visão de futuro, esforçando-se por conduzir toda a Diocese como um bloco só. Era um momento histórico de grandes expectativas, com o regime militar nos seus estertores finais, mas também um momento de grandes desafios. O rebanho católico, numa sociedade como a brasileira e nordestina, sempre foi muito heterogêneo, do ponto de vista econômico, educacional e de sensibilidade social (político). No seio da Igreja, tanto entre a hierarquia como entre os fiéis, convivem partidários de uma teologia tridentina, digamos, conservadora, punitiva e partidária da Teologia da Libertação, de grande sensibilidade social. Dom Freire via com muita clareza todos esses matizes e, embora tivesse uma grande sensibilidade social em razão de sua forma de sentir o Evangelho, ele conduzia seu rebanho com firmeza, mas com muita cautela. Ele não sufocava movimentos nascentes – pelo contrário, incentivava-os e decididamente os apoiava – mas também não desprezava movimentos mais conservadores (Prof. Aécio. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 abr. 2023).

Durante o Pastoreio de Dom Freire foram destaques os movimentos sociais. Em sua administração nasceram: a CPT, o SEAPAC, a CJP. “Dom Freire era uma pessoa que apoiava muito, por exemplo, a pastoral da terra, SEAPAC e esses outros movimentos e serviços. Então foram chegando os outros movimentos de serviço, aí foram encontrando esse apoio” (Padre Eliseu. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 abr. 2023).

Dom José Freire tinha uma especial atenção aos excluídos, cuja visão era bastante centrada na realidade do dia a dia das populações pobres, conforme é reforçado por mais um testemunho: “Ele tinha muitas outras coisas, como: CEPT, SEAPAC, MEB. Tudo isso era uma atividade desenvolvida, as cisternas nas zonas rurais, também eram projetos no período do seu

bispado” (Terezinha de Oliveira. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 26 abr. 2023).

Toda a ação pastoral da Diocese de Mossoró, sob a autoridade eclesiástica de Dom Freire, esteve disposta em uma Coordenação Diocesana de Pastoral, sustentada em um Plano Pastoral Diocesano, cujas ações eram discutidas coletivamente e de forma democrática.

Criou a Coordenação diocesana, organizou a Diocese em quatro Zonais, organizou Pastorais e Movimentos com pessoas engajadas nos diversos trabalhos espalhados pela Diocese em diversas paróquias; estabeleceu o sistema de Reuniões Trimestrais de Pastoral e Assembleias Anuais com participação de todas as Paróquias incluindo padres, freiras e leigos, para avaliação do ano que estava terminando e planejamento do ano seguinte, considerando as Linhas de Ação eleitas pela Assembleia da CNBB, cuja presença de Dom Freire era garantida. Exceto, uma ou outra, por problema de saúde (Maria do Socorro de Albuquerque. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 22 jun. 2023).

Além do dinamismo de Dom Freire, ele mantinha sintonia com as diretrizes vindas do Vaticano, demonstrava estar bem antenado com a localidade e os documentos da Igreja. De perfil bastante democrático, procurou junto com os demais membros do clero e os leigos tomar decisões coletivas, havia votação para as prioridades anualmente na Diocese. “Até mesmo o Seminário Santa Teresinha tinha uma equipe de leigos, para que tudo fosse encaminhado de forma colegiada” (Padre Flávio. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 15 nov. 2022).

Na Diocese, as reuniões das forças vivas eram periódicas, a cada três meses, nas chamadas Reuniões Trimestrais. Eram momento de estudar temas da atualidade e discutir os rumos da Igreja. Sempre iniciando com a análise de conjuntura. A última reunião do ano era mais demorada e se transformava em Assembleia de avaliação. Também eram escolhidas prioridades Diocesanas e escolhidas ações que visavam implantá-las. Durante muito tempo foram: Formação de agentes, Comunidades Eclesiais de Base e Educação e Organização Popular. Havia representatividade e diálogo. Embora alguns grupos e padres não se identificassem com essa dinâmica (Zélia Cristina. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 12 jun. 2023).

Uma leiga militante, bastante ativa no MEB, ressaltou o dinamismo das atividades e a liderança democrática de Dom Freire:

Durante o ano, aconteciam três assembleias pastorais e uma diocesana com representações de todas as pastorais e movimentos da Diocese. A Assembleia do final do ano era para avaliação e planejamento. O laicato sempre teve representatividade maior em número e numa votação o voto de todas as

peessoas tinha o mesmo valor (Maria do Socorro Oliveira. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 04 mai. 2023).

Por sua vez, um educador popular do MEB, manifestou-se:

O trabalho era dividido através das pastorais temáticas. Lembro bem da Pastoral da Juventude que depois afinilou na linha da Teologia da Libertação, com a definição de PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular. Na época, o movimento estudantil teve um grande crescimento e surgiu também a Pastoral Universitária. Foi efêmera, mas neste pouco tempo ganhamos o DE da UERN, na época FURRN e houve a recriação da UNE e uma presença significativa do movimento estudantil secundarista. Era significativa a CPT – Comissão de Pastoral da Terra, a Comissão de Justiça e Paz, que era, na prática, a Pastoral dos Direitos Humanos. Não lembro com exatidão, mas tinha também um forte trabalho na área litúrgica. As celebrações eram planejadas e muito fundamentadas teologicamente. Havia o DDAS – Departamento Diocesano de Ação Social – que cuidava dos projetos sociais e o MEB que fazia a educação popular com vista a fortalecer os movimentos sociais e o movimento sindical. A Rádio Rural tinha um papel muito significativo na articulação das paróquias e pastorais, pois em cada paróquia tinha um correspondente que, sempre que tinha algum acontecimento naquela base, entrava nos noticiários ou nos programas. Creio que tinha uma Pastoral da Comunicação, pois frequentemente tínhamos atividades formativas na área da Comunicação Popular. Um segmento que a Diocese dava muita importância era o das crianças. Havia o MAC – Movimento Amigos da Crianças, que, na medida em que o movimento cresceu e as crianças também cresceram, tornou-se Movimento de Adolescentes e Crianças. Na área rural, além do MEB e da CPT, tinha também o SEAPAC, que cuidava de projetos sociais rurais (Joaquim Crispiniano Neto. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 19 abr. 2023).

Essa estrutura do Episcopado de Dom Freire procurava a articulação com as paróquias, com a comunidade, enfim, com todos os envolvidos nas ações pastorais. Há detalhes ainda para o trabalho pastoral desenvolvido, segundo um membro da Coordenação Pastoral:

O interessante que a gente tinha durante o ano, eu não sei como ainda hoje é, tinha (quatro) assembleia diocesana, tinham as três trimestrais, e em novembro tinha a assembleia diocesana de pastorais. Em novembro a gente fazia uma avaliação da caminhada da diocese durante aquele ano que já estava se aproximando do final, fazia uma avaliação e traçava as metas, a prioridade para o próximo ano. Tudo isso, decidido dentro daquele colegiado, aquela assembleia tinha o poder deliberativo para decidir sobre isso. Ele era o coordenador, o orientador, ele não abria a mão disso, mas era tudo submetido ao colegiado. Aí novembro tinha a grande assembleia, entre o mês de fevereiro ou março tinha uma primeira trimestral do ano. Em maio ou junho tinha a segunda trimestral e agosto ou setembro acontecia a terceira trimestral. Eram (três) trimestrais, mais a assembleia diocesana no final (Antônio Pedro. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 abr. 2023).

As assembleias diocesanas consistiam em ações pastorais importantíssimas para a definição do plano pastoral anual, tendo por objetivo a organização da pastoral da Igreja, em nível diocesano. Era uma reunião central, sempre conduzida por Dom Freire, que servia para traçar os rumos para o ano da pastoral da Diocese de Mossoró. Tais assembleias marcaram os entrevistados, que atuaram no pastoreio de Dom Freire. Com exceção de 2 familiares, 3 leigos e 4 religiosas, os demais entrevistados apontaram e ressaltaram a importância das assembleias, bem como aquilo que elas representaram no Pastoreio de Dom José Freire e no seu Governo. Grande relevo há nos apontamentos desse educador popular acerca do plano de trabalho pastoral:

Lembro da sua clareza no planejamento do trabalho pastoral, por ocasião das Assembleias Diocesanas, anuais, e de seu investimento em trazer bons assessores para essas Assembleias. Lembro de sua atenção especial e apoio à Pastoral da Juventude, investindo na formação de lideranças jovens, patrocinando encontros de caráter regional, em Olinda e em João Pessoa, e, de caráter local, em várias paróquias da Diocese. Esses investimentos resultaram na formação de grandes profissionais, com atuação futura em universidades, como docentes e gestores, em sindicatos, em partidos políticos e na Educação Básica. Do mesmo modo, lembro sua proximidade e apoio à catequese infantil, sobretudo a um movimento de caráter vanguardista, o Movimento Amigos da Criança – MAC –, de cujas propostas resultaram significativas incorporações ao Estatuto da Criança e do Adolescente, após a Constituição de 1988. Também o apoio à Pastoral da Terra, com sua luta decisiva em favor da terra e das lutas do sindicalismo rural (Prof. Aécio. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 abr. 2023).

As assembleias concebidas por Dom Freire visavam a uma percepção ampla: dar suporte formativo aos colaboradores, além de conhecer as demandas pastorais da Diocese de Mossoró. Consistiam em planejamento de atividades pastorais. Todas as reuniões transmitiam ao conhecimento de todos, através dos relatos, os avanços das pastorais, as possíveis falhas para melhorias futuras, bem como deliberar aplicações prioritárias. Conhecidas as experiências com base naquilo desenvolvido ao longo do ano em cada paróquia, emergiam prioridades para o exercício evangelizador e pastoral para o ano seguinte.

Portanto, foram bem traçadas suas metas de trabalho, seus planos durante seu pastoreio. Dom José Freire foi sempre atuante, quando participava das assembleias diocesanas, das trimestrais, ressaltando a colaboração dos leigos na pastoral da Igreja³⁶. Os relatos atestam que

³⁶ Em algumas Igrejas particulares, o caminho foi que as opções e prioridades pastorais, as decisões mais importantes para a vida da Igreja passassem a ser tomadas nas **assembleias diocesanas do povo de Deus**, em que participam o Bispo, padres, religiosos, religiosas e representantes das comunidades. A larga maioria são leigos e as votações são decisivas. Estrutura que existe na realidade, mas não encontrou ainda lugar na legislação oficial

o Bispo por demais colaborou para a situação de abertura da Igreja, para a colaboração dos fiéis no tocante à dimensão evangelizadora por meio dos fiéis leigos, junto com os membros do clero atuantes, dando-lhes espaço e voz, cuja participação ocorria de forma direta na formação e nos sacramentos.

4.3.3 Protagonismo Episcopal

Estar a serviço da Igreja significava encarar desafios em busca do melhor para o seu rebanho, usando de sua sabedoria para poder desenvolver metas e efetuar obras dentro de um plano de ação evangelizadora. E a grande preocupação de Dom Freire foi com a realidade de seus fiéis, cujas ações viessem a amenizar as dificuldades cotidianas do rebanho.

A mudança que Dom Freire implantou na Diocese foi significativa. O povo das comunidades não tinha vez nem voz. Dom Freire instalou os Conselhos e Assembleias eletivas e deliberativas em todo o território da Diocese estimulando que eles fossem replicados nas paróquias (Zélia Cristina. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 12 jun. 2023).

Sendo difícil o começo do episcopado de Dom Freire, que se ajustava ao crescimento da Diocese de Mossoró, o Bispo Dom Freire focou sua missão em prol do desenvolvimento da comunidade diocesana. As mudanças promovidas desde então se fizeram necessárias em razão de práticas empreendidas por pessoas não engajadas nas ações pastorais, senão comprometidas com interesses escusos, ou seja, com fins sociopolíticos, aqueles voltados à minoria detentora de prestígio social em detrimento dos demais grupos sociais. Dom Freire, por sua vez, empreendeu combate a tais práticas:

Houve uma continuidade na descontinuidade, no sentido de que a valorização aos leigos, as oportunidades de formação e as assembleias pastorais se mantiveram. Houve mudança no sentido de uma acentuação no administrativo, até porque é uma urgência diante das cobranças e fiscalizações do Estado brasileiro. A mudança também de ter o Seminário Maior na diocese, uma Faculdade Católica, tudo que veio incrementar o que Dom José já havia deixado um terreno preparado (Padre Crisanto. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 nov. 2022).

Considerando-se a periodização do tempo e tendo por finalidade a compreensão do pastoreio de Dom José Freire, a sucessão de tais acontecimentos importa, não só para a

da Igreja. Depende, portanto, de iniciativas de igrejas particulares, sujeitas às eventualidades das mudanças de seus bispos (Libânio, 2005, p. 182, grifo do autor).

constituição do Episcopado desse Pastor junto ao seu rebanho, mas também se reflete na construção de sua memória histórica.

A organização do Bispado de Dom Freire não deixou de ser algo inovador, a estrutura adotada pelo Bispo transformou a comunidade diocesana, deu alento à Igreja em sua transformação, com o propósito de beneficiar os grupos sociais mais pobres e excluídos da sociedade. “Dom Freire conduziu a Diocese com muito amor, solidariedade, acolhida, escuta, diálogo, responsabilidade e justiça, criando Eixos para conduzir uma pastoral comprometida e avançada para a época. E com muita fé” (Irmã Iraci Lino. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 12 jun. 2023). Para tanto, era imprescindível dar espaços aos atores eclesiais, de modo especial aos leigos, condição para que eles pudessem contribuir de maneira mais clara e direta, como se almejava para as ações pastorais.

São muitas ações da Pastoral ou, para não dizer todas, tais como: a formação dos laicatos e sua valorização; a formação como um todo para os leigos, os padres e os religiosos. As assembleias trimestrais de Pastorais e as assembleias diocesanas, que eram uma verdadeira formação e eram assessoradas pelos professores do instituto de teologia de Recife – ITER, entre eles, Sebastião Armando Gameleira, Ir. Ivone Gebara, entre outros professores do instituto (Padre João Batista. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 06 fev. 2023).

O trabalho de Dom Freire foi o mais democrático possível, haja vista os relatos de seus colaboradores da época. Segundo eles, tudo era feito por meio de votações nas reuniões dos Zonais, Trimestrais e Assembleias diocesanas, sempre dando vez, voz e voto aos leigos participantes desses encontros. A fim de alcançar seus planos e metas traçados, motivava a todos os participantes a serem bem articulados para aquela finalidade.

Dom Freire priorizou um trabalho articulado entre todos os atores, entre o pensamento da Igreja, a situação do mundo, foco nos leigos, comunidades eclesiais de base, na emancipação das comunidades, melhoria de vida dos excluídos, comunicação (rádio rural apoio forte, como também Rede Vida), formação dos seminaristas (Edimar Teixeira. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 24 jan. 2023).

Vale ressaltar que durante o pastoreio de Dom Gentil, o bispo José Freire já dava sua contribuição como um reforço na pastoral:

Dom José Freire, no início de sua missão (1975), cumprindo o papel de Bispo Auxiliar de Dom Gentil Diniz Barreto, participou de um Encontro de Catequese, no Setor Regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Recife-PE, já como assessor da assembleia.

Depois do assessoramento, foi indicado por Dom Hélder Câmara como articulador do Setor Catequético do Regional Nordeste II e, conseqüentemente, eleito. E ser do regional implicava em estar sintonizado com o responsável da Catequese Nacional, na época Dom Albano Cavallim (Diocese [...], 2014, p. 18-19).

Naquela década, como bispo auxiliar da Diocese de Mossoró, o bispo José Freire assumiu as atribuições que lhe foram conferidas e articulou todas as atividades da pastoral diocesana, pois a Diocese crescia naquela época. A ampliação das paróquias exigia replanejamento para atender à demanda do rebanho de fiéis também em crescimento. As adversidades daquele contexto sociopolítico fizeram com que Dom Freire revelasse uma postura contundente: como a maioria dos bispos do período, comprometidos com a libertação social, ele buscava a aplicação da justiça para os homens e as mulheres da sociedade, vítimas da exclusão social.

Na condição de bispo seguidor da Teologia da Libertação, esteve seguramente inclinado ao combate sobre o fenômeno da injustiça. Ele sempre combateu e denunciou situações em que pessoas oprimidas eram injustiçadas pelas elites dominantes da época. Ainda que as adversidades fossem realidades dentro da própria Instituição:

Realmente ficou bem dividida a Igreja com aqueles que apoiavam o próprio regime, a ditadura. E aqueles, até assim, que não eram de Igreja mais por ter setores da Igreja, estavam ao lado daqueles que davam segurança, então muita gente entrou, fez parte até de alguns grupos, porque via que a Igreja estava sensibilizada com as pessoas que estavam perseguidas. Eu acho que Dom Freire foi muito sábio para administrar essas dificuldades, eu acho que ele foi o verdadeiro maestro nessa banda tocando de forma tão diferente os seus membros, um de um lado, o outro de outro, acho que ele foi um elo importantíssimo de união com esse povo de Deus em Mossoró. Sem criar um mal-estar dos dois lados, ele não era um homem de rompimento, de partir para extremidade, Dom Freire não era um homem de extremidade, era acima de tudo, um homem reconciliador, um homem muito humano, que ouvia, ele era um Bispo dito progressista na CNBB (Antônio Pedro. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 abr. 2023).

Também os agentes eclesiais mantiveram a posição de favorecimento aos oprimidos, pobres e perseguidos. Dom Freire procurou motivar seus agentes de pastoral junto às CEBs, porque aquela postura era a maneira de viver um estilo de igreja e sociedade. Houve a politização dos envolvidos e muitos se engajaram na luta em defesa da inclusão, da diversidade e da aplicação de justiça.

Dom Freire posicionava-se como um Pastor presente à vida do seu Clero, colocando-se sempre ao lado dos pobres marginalizados, buscando alcançar a justiça e o direito a uma vida digna, lutando para que não lhes faltasse o direito à cidadania. Sempre que fosse preciso usava as redes sociais, concretamente, naquela época, os microfones da Rádio Rural de Mossoró a fim de que a sua voz chegasse aos lugares mais distantes da Diocese de Santa Luzia (Irmã Anna. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 26 jul. 2023).

Tratando-se do grande meio de comunicação social daquela época, a Diocese se valia da Rádio Rural (que abarcava toda a Diocese de Santa Luzia) com atividades radiofônicas diversas chegando aos fiéis. Conforme afirmou um ex-colaborador da Comissão de Justiça e Paz:

Tivemos a Rádio Rural de Mossoró, a gente não pode esquecer o papel importante educativo de informação que a Rádio Rural de Mossoró teve nessa caminhada histórica da Diocese de Mossoró. A rádio rural de Mossoró, durante muitos anos, foi a voz de quem não tinha voz, a voz dos desvalidos, dos pobres, dos marginalizados, a orientação, era um lugar onde o bispo falava em nome da Diocese, dos agentes pastorais. Dava as suas opiniões, trazia a reflexão da caminhada da Igreja, para que o povo acompanhasse. Era um tempo em que o meio de comunicação era muito precário. E tudo no mundo que acontecia na região, a rádio Rural de Mossoró era presença marcante tanto no ponto de vista, para comunicar, como também para formar toda legião de pessoas que estavam nas pequenas cidades, nas comunidades rurais. Então, não podemos esquecer o papel que teve a Rádio Rural de Mossoró nessa caminhada pastoral da história da Diocese de Mossoró (Antônio Pedro. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 abr. 2023).

Após a sua difícil trajetória ao longo do regime militar³⁷, a estação de rádio mossoroense tornou-se, até hoje, o instrumento de Evangelização da Diocese de Mossoró, além de palco de espaço de divulgação de todo o trabalho pastoral e meio de promoção aos movimentos sociais de luta por melhorias sociais³⁸.

De acordo com um dos sacerdotes da época, a atuação do Bispo no aspecto social foi algo marcante para a Diocese, durante o Episcopado de Dom Freire:

Na diocese, foram criadas várias comissões. Cito apenas algumas: a comissão de justiça e paz, tendo à frente o advogado Antônio Pedro e outros membros; a comissão da pastoral da terra, lembro-me que fazia parte dessa comissão

³⁷ A Rádio Rural sofreu perseguições na ditadura militar, em 1964. Os militares monitoravam toda a programação. Várias vezes o bispo Dom Gentil Diniz Barreto foi chamado a prestar esclarecimentos junto às autoridades do governo (comando militar), em Caicó (Nossa história, c2021).

³⁸ Nestes 60 anos, a Rádio Rural transformou-se em permanente instrumento da evangelização da Diocese de Mossoró, à medida em que ampliou e amplia a voz de seus pastores e permite a divulgação dos ensinamentos do Evangelho, além de servir de apoio à luta de todos aqueles que se colocam a serviço da vida (Nossa história, c2021).

José Carlos e outros; comissão da Pastoral da juventude, tendo à frente o Padre Guimarães Neto. Havia também a pastoral da família, da criança e outras que não me recordo agora. Isso tudo impulsionou a visão social de que igreja necessitava aprofundar e deveria se abranger para todos os nossos irmãos, católicos ou não (Padre João Batista. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 06 fev. 2023).

Dom Freire foi um homem dedicado à Igreja e dotado de muita visão aguçada, cujo planejamento de suas ações era metucioso, adotando procedimentos a partir de decisões colegiadas em prol da pastoral. Motivava a todos para o engajamento nas causas sociais, para o acolhimento do maior número de colaboradores; procurava encorajar os mais resistentes através de mais esclarecimentos acerca das causas sociais:

Catequese era o ponto fundamental. As reuniões, ele adorava uma reunião. E dava assistência a todos os movimentos da Diocese, mesmo não havendo muita simpatia da parte de alguns membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), mesmo assim dava toda assistência. E acima de tudo, toda confiança, que era o melhor e estava atento a todos (Padre Sátiro Cavalcanti. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 out. 2022).

Dotado de uma visão apurada acerca do campo social, Dom José Freire procurava inserir a Diocese de Mossoró em projetos nos quais as pessoas passavam por formações voltadas às mais diversas atividades laborais junto às comunidades diocesanas, guiado pelo Concílio Vaticano II. No episcopado de Dom José Freire, as várias causas sociais contaram com ações fomentadas pela corrente da Teologia da Libertação, a qual era entendida como uma forma de ação teológica que se centrava na ação preferencial pelos pobres. Dada a realidade sociopolítica daquele período, emerge um contexto histórico em que a maioria das pessoas de diversos grupos sociais provinha de camponeses, ribeirinhos, além de áreas periféricas da região, as quais eram vítimas de injustiças sociais praticadas sobretudo por pessoas detentoras do poder econômico.

[Dom Freire] valorizava todas as pastorais sociais, e sempre enfatizava a opção preferencial pelos pobres nas homilias e nas formações. Não tinha medo de se posicionar, até mesmo através da missa das 9h na catedral, que ele fazia questão de presidir todo domingo. Levantou a voz contra a forma que a barragem de Assú estava sendo construída, especialmente defendendo as famílias que iam ter suas casas inundadas (Padre Flávio. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 15 nov. 2022).

Sobretudo no período da Ditadura Militar, Dom José Freire soube articular bem suas ações, buscando meios de atuar em prol da democracia e das populações humildes. Ele ajudava de forma direta e decisiva aqueles que se viam oprimidos, orientando-os durante as missas. Nas

reuniões coordenadas por ele, seu discurso se desenvolvia numa dimensão mais cultural, aproximada da realidade nordestina, consideradas as muitas dificuldades. O grande esforço de Dom Freire era para que as pastorais estivessem alinhadas não somente com as diretrizes da Igreja, mas também comprometidas com as necessidades da população sofrida. Logo, a organização da pastoral diocesana precisava estar dentro de uma proposta de ação articulada.

É claro, ele denunciava no tempo da ditadura, Zé Roberto. Teve problemas na Rádio Rural por algumas crônicas, participação de algumas pessoas. O próprio Padre Américo teve problemas com a censura, o Padre Riedson teve problema com censura, Stevan também teve problema com a censura. E ele assumiu como Pastor, ele foi muito corajoso, ele foi um dos Bispos no tempo da ditadura que teve coragem de enfrentar o contexto. Ele só pedia a gente, como eu era da pastoral da juventude do meio popular e era pastoral de linha de frente, quando tinha alguma coisa no aspecto mais avançado em termos políticos e sociais, ele mandava a gente. Só pedia para a gente não avançar, não enfrentar sem necessidade, ter cautela, ter prudência (Padre Guimarães. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 16 fev. 2023).

O cuidado era necessário porque a dimensão político-social era sufocada pela repressão. Qualquer manifestação de desagrado referente ao governo instituído constituía em falta grave, o sistema considerava um perigo para a ordem do Estado. Apesar das censuras sobre a emissora, o Bispo fazia denúncias de injustiças contra os oprimidos socialmente, durante as missas radiadas. Refere-se a essa realidade um sacerdote daquela época:

Lembro que Pe. Zezinho, que foi administrador paroquial da minha paróquia de origem, que desenvolveu muitos projetos sociais sobretudo com os agricultores, ele dizia que sempre que se encontrava com Dom José, ele logo perguntava como estavam os projetos. Além disso, em homilias, Dom José fazia denúncias de realidades injustas dentro da Diocese. Muitas dessas denúncias, em missas radiadas através da Rádio Rural (Padre Crisanto. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 nov. 2022).

Ainda que atuasse de maneira incisiva nas suas ações radiofônicas, Dom José Freire não gostava de aparecer, não tinha apego aos holofotes ou à mídia. Sempre se manteve reservado, mas era bastante comunicativo e usava de franqueza em seus apontamentos. Ainda que participasse de discussões mais acaloradas, não guardava nenhum sentimento de revanchismo ou ficava intrigado com seu opositor.

Chegou a arregaçar as mangas durante algumas causas sociais, protagonizou movimentos junto com os agentes da pastoral: “uma figura que ficou na retina é a dimensão social da pastoral que ele realçava e teve uma movimentação na barragem Armando Ribeiro

Gonçalves, ali para a banda do Açú. Eu vi Dom Freire com o chapéu de palha na cabeça” (Padre Guimarães. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 16 fev. 2023).

Esse evento também é latente na memória de um educador popular do MEB:

No início dos anos 1980, levada por Dom Freire, a Diocese de Mossoró, a Paróquia de Assú e outras tiveram um protagonismo muito grande em defesa das famílias atingidas pela construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves – Barragem de Assú. A Diocese chegou a ajudar no financiamento de um documentário a respeito do processo de construção da barragem, da desapropriação das terras e do deslocamento da população, um documentário extremamente importante, como testemunho histórico e como, naquele momento, mobilizador da luta (Prof. Aécio. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 abr. 2023).

Dom Freire se fez presente naquela oportunidade, quando muitas pessoas se propuseram a participar do movimento, pois se sentiram seguras. E Dom Freire passa isso a todos:

Era porque era muito atuante, José. Eu lembro que as pastorais, os movimentos de serviços, eles atuavam muito nas paróquias, porque tinham esse apoio, né, então era um apoio muito bom, de Dom Freire, ele ia até lá, ele frequentava, eu lembro que, por exemplo, Assú, Padre Canindé recebeu muito apoio de Dom Freire em relação à questão da construção daquela barragem, ele deu muito apoio ao povo do Vale, esteve muito presente na questão do Vale do Assú, Dom Freire. A questão ali de Apodi foi a construção daquela barragem, desapropriação das terras, aquele povo, Dom Freire esteve muito presente na CPT com a SEAPAC. Quer dizer, ele foi muito atuante, muito presente, isso dá força, anima as pessoas, as comunidades a continuar o trabalho, a continuar a missão (Padre Eliseu. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 abr. 2023).

Durante uma reportagem, o padre Ricardo afirmou que uma das principais contribuições do episcopado de Dom José Freire haverá sido o encorajamento que o Bispo passava a todos: “Ele incentivou o trabalho do Serviço de Apoio a Projetos Alternativos (SEAPAC), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Comissão de Justiça e Paz (CJP)” (Trajetória [...], 2012, p. 5). Foi, pois, um bispo incentivador da pastoral, comprometido e zeloso com a Igreja, além de ser reconhecido por muitos como um homem comprometido com a fé e o social.

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim

podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (Halbwachs, 2006, p. 39).

Reconhecimento e construção da memória histórica constituída a partir dos relatos daquelas pessoas do Pastor diocesano, que contribuíram para a história da Diocese de Santa Luzia, e fizeram história no pastoreio de Dom José Freire.

Entende-se que Dom José tinha a sinodalidade³⁹ como meio de sua atuação episcopal. Haja vista que ele não fazia nada de modo separado da Igreja. Antes, analisava e estudava de modo profundo os documentos, fazia a escolha das equipes e colocava as orientações pastorais ou sinodais em prática na ação da pastoral da Diocese. Após um processo de escuta junto aos envolvidos, esses participantes da pastoral eram protagonistas do caminhar da Igreja. Esse “caminhar juntos” consistia, pois, em que todos os agentes fossem protagonistas no mesmo caminhar da comunidade diocesana:

Investiu no protagonismo dos leigos, dando voz e vez ao povo nos Conselhos e Assembleias Diocesanas, e à semelhança do que fez o Papa Francisco nos dias atuais – com a convocação do Sínodo 2021-2023, com o Tema: “Por uma Igreja Sinodal: Comunhão, Participação, e Missão”, que clama a toda Igreja a pensar: O caminho da sinodalidade que é o caminho que Deus nos leva a percorrer com a Igreja do terceiro milênio, a viver a fé em Deus de forma concreta –, encontramos o caminho Sinodal na missão de Dom José Freire na Diocese de Mossoró (Maria do Socorro Feitosa. Entrevista cedida a José Roberto da Silva Mossoró, 04 mai. 2023).

Na concepção de um líder eclesiástico, que foi contemporâneo de Dom Freire, e envolveu-se profundamente nas atividades do seu episcopado:

Dom Freire foi quem tentou aplicar o conselho na nossa Diocese. Por exemplo: hoje se fala muito da Sinodalidade o fato que ele levou à frente e ainda hoje nós respeitamos o ritmo que ele colocou na diocese a trimestral toda: o segmento da diocese a cada três meses uma reunião em março, em maio, em agosto e em setembro a assembleia diocesana foi um ritmo bom, hoje se fala na sinodalidade, isso não era uma sinodalidade? Não era caminhar junto? (Dom Mariano. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 mai. 2023).

³⁹ Um sínodo é uma assembleia consultiva convocada pelo Papa ou por um bispo para aconselhamento sobre um tema de interesse particular para a Igreja local, regional ou universal. É um processo que requer envolvimento, escuta mútua, diálogo, consenso e comunhão, oração e discernimento espiritual. A sinodalidade nasce da própria essência da Igreja; é sua realidade constitutiva e, por isso, como a própria Igreja, ela se orienta fundamentalmente para a evangelização. É um modo eclesial de estar no mundo, um modo profético de servir o mundo de hoje (Czerny, 2022, p. 68).

A vida eclesiástica de Dom José Freire sempre foi marcada por ações importantes para o crescimento da Diocese mossoroense. Não se pode negar que seu episcopado teve um impacto bastante positivo no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pastoral de conjunto. Houve organização e liderança do laicato, existiam oportunidades para as pessoas envolvidas nas atividades da pastoral, as quais participavam de forma ativa, protagonizando ações, sendo Igreja também – uma Igreja que seguisse os rumos da sociedade, que fosse mais aberta, mais acolhedora, mais participativa. Enfim, nada era feito separado da Igreja, antes Dom Freire analisava, planejava, discutia e, com base nas orientações dos documentos eclesiais, colocava as orientações pastorais ou sinodais em prática.

Todavia, existia alguma resistência de alguém ou uma contrariedade às ações de Dom Freire:

Era uma oposição velada e hipócrita. Alguns movimentos que tinham organização e espiritualidade conservadora e fundamentalista fingiam se adequar às orientações da Diocese, mas na verdade agiam contra elas. Grupos da burguesia e da classe média se sentiam incomodados com as falas de Dom Freire em defesa dos pobres e na denúncia dos pecados das autoridades locais e nacionais. Dom Freire nunca usou meias palavras e dava nome aos bois (Zélia Cristina. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 12 jun. 2023).

Eis a opinião de um educador popular contratado pelo MEB: “Não creio que houvesse uma oposição ostensiva, aberta. Havia uma ou outra insatisfação pontual. Pela personalidade que tinha Dom Freire, ele reagia com muita tolerância” (Prof. Aécio. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 20 abr. 2023). Já para uma ex-agente da Pastoral litúrgica:

Até existiam opositores a seu trabalho profético de anúncio ao Reino, mas nem por isso deixava de anunciar a justiça, a solidariedade, a partilha, a fraternidade e a paz, conforme a vontade do Pai. E, corajosamente, era capaz de denunciar a tudo que feria a dignidade humana. Em suas ações era possível perceber um esforço contínuo de ligar fé e vida (Maria do Socorro de Albuquerque. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 22 jun. 2023).

Diante de algumas situações de oposição, Dom José Freire mantinha uma postura de reserva, não se expunha ao confronto, sua tática era manter o silêncio respeitoso e não alimentar as resistências ou dar condições aos opositores de afrontá-lo gratuitamente. Ocorreram durante seu pastoreio algumas situações de oposição. Homem sábio que era, mantinha-se discreto e perspicaz, conservava o respeito aos que não lhes eram muito simpáticos. Contudo, mantinha sua posição e ponto de vista, naquilo que percebia ser o melhor para a vida diocesana e seus

fiéis. Desse modo, foram perceptíveis as manifestações de oposição às ações pastorais de Dom José Freire, as quais, de modo geral, provinham de grupos pertencentes à elite da sociedade, que estavam inseridos na Diocese de Mossoró. Eram grupos com visão conservadora e espiritualizada, desfavoráveis à forma como Dom José Freire conduzia a Diocese. Especialmente, por meio das decisões e a partir das prioridades decididas em reuniões colegiadas.

Quanto a relações de conflitos, entre membros do clero e Dom José Freire, ao longo do seu Pastoreio:

Lembro que tinha uns três padres que tinham uma relação conflituosa ou pelo menos distante com o bispo. Um deles era político, prefeito de uma cidade da Diocese e, ainda por cima, do partido do regime e não participava da vida da Diocese e uns outros dois tinham divergências com a Teologia da Libertação e ficavam calados nos encontros. (Joaquim Crispiniano Neto. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 19 abr. 2023).

Todavia, ocorreram dificuldades com algumas pessoas em diferentes setores, como jornalistas, leigos, autoridades políticas, ao longo das pastorais sociais.

Havia no clero, havia nos leigos. Havia muito isso. Dom Freire, apesar de ser esse homem conciliador, um homem da paz, mas ele teve de passar por momentos difíceis de conflitos na Diocese, inclusive com o clero. Ele, em determinado momento, tinha uma posição muito firme de que os padres não poderiam disputar cargo eletivo na diocese, principalmente o executivo, e tinha um padre do Alto Oeste, de Luiz Gomes, Padre Raimundo Osvaldo, que foi prefeito em vários mandatos na Diocese, no Bispo anterior. Isso acontecia e tal, foi prefeito em vários mandatos, mas quando chegou num determinado momento, Dom Freire, no governo da Diocese, foi submetido ao colegiado deliberativo da Diocese, que o padre não deveria disputar esse cargo. Era complicado o padre na cidade pequena ser o padre e o prefeito, muito complicado, e aí chega o momento. “Olhe está encerrado”, não pessoalmente para A, B ou C. Mas teve a deliberação, aí diz “não vai mais ser possível padre disputar cargo eletivo partidário na diocese”. Então esse padre passou por cima dessa deliberação e se candidatou. Aí Dom Freire suspendeu das suas funções sacerdotais, foi muito complicado porque uma parcela grande da população apoiava o padre e ele teve de ir lá para dentro da paróquia para comunicar aos paroquianos, ele e Dom Freire, tomar essa decisão e empossar um novo pároco, lá na paróquia de Luiz Gomes. (Antônio Pedro. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 abr. 2023).

Durante esse impasse, contra essa atitude de rebeldia do padre do Alto Oeste, um luisgomense, professor da UFRN e opositor político do padre Raimundo Osvaldo Rocha, lançou uma carta à população, em 8 de outubro de 1983, de repúdio à candidatura do pároco. Ao referido professor, José Walmar Nunes, em 24 de janeiro de 1986, foi-lhe endereçada uma carta do Padre:

Figura 12 – Reprodução da Carta do padre Raimundo Osvaldo Rocha a José Walmar Nunes.

Meu caro Dr. Walmar:

Após um exame reflexivo de longo período de convivência em Luís Gomes desempenhando as funções de padre político respectivamente confesso do meu eterno arrependimento pelo ingresso na vida pública pois além de ser uma atividade desgastante causa divisões entre as pessoas cria inimizades o que fere profundamente os princípios religiosos éticos e Morais da Santa igreja católica exemplificando se tu a traição involuntária que pratiquei contra os meus irmãos da congregação Mariana na época presidida por Seu Adolfo Paulino. Surgindo boatos na cidade de que meu nome estava sendo cogitado para ser candidato a Prefeito, a Congregação se reuniu por mais de uma vez, a fim de me interpelar sobre o assunto. Todas as vezes peguei-os categoricamente dizendo que jamais seria candidato ou político, e na ocasião, contei exemplos de Padres virtuosos que abandonaram o Sacerdócio de Cristo, para abraçarem outras atividades, e foram castigados por Deus. Mesmo assim, consciente do imenso pecado e das consequências desastrosas que poderiam advir, não resisti às tentações de Satanás, e aceitei o desafio. A partir daquele momento, entreguei-me de corpo e alma à campanha e ao sabor das paixões políticas, e em busca do voto e da vitória, reconheço que pratiquei excessos.

Talvez o Senhor estranhe essa carta, ou até duvide da veracidade. Mas é uma decisão pessoal. Entretanto, peço sigilo e confiança. A partir d'agora, desejo ser seu amigo e pastor. Farei tudo para mudar meu comportamento crítico e agressivo. Vou procurar conversar com todos os meus inimigos pessoais e adversários políticos. Abandonarei definitivamente a política, par dedicar-me, exclusivamente, à atividade sacerdotal e à pregação da palavra de Deus. Continuarei a ser Padre e como padre morrerei. Esta é a minha verdadeira missão. Estou sentindo o afastamento da paróquia, de ardorosos católicos, leigos e participantes de Congregações Religiosas.

Diante desses fatos, e responsável por atos de perseguição política, inclusive contra o Senhor e sua Família, genuflexo, peço perdão a Deus, a sua Santidade, o Papa João Paulo II e ao Bispo diocesano de Mossoró por ter compelido tanto desatino.

Ita in fide parochi.

Luís Gomes, 04 de janeiro de 1986.

Pe. Raimundo Osvaldo Rocha

Fonte: Arquivo pessoal de Dom José Freire.

Ao fim das manifestações sobre a participação do Padre na atividade política, das repercussões, das queixas de fiéis; a fim de superar os obstáculos e discussões, em reunião, ocorreram e foram tomadas decisões. Dom José pronunciou-se à Comunidade Diocesana de Mossoró:

Figura 13 – Reprodução da Carta de Dom José Freire à Comunidade Diocesana

Mossoró 29 de agosto de 1988

Comunicado ao povo de Deus na diocese de Mossoró

Comunico com pesar que o Pe. Raimundo Osvaldo Rocha inscreveu-se como candidato a prefeito municipal de Luís Gomes e por isso mesmo foi suspenso das funções de pároco e das demais atividades sacerdotais.

Pe. Osvaldo tem pleno conhecimento da determinação universal da Igreja no cânon 285, § 3: “Os clérigos são proibidos de assumir cargos públicos que implicam participação no exercício do poder civil.

Há mais de dois (2) anos venho advertindo o clero da diocese sobre a incompatibilidade entre o exercício do ministério sacerdotal e o desempenho de cargo político partidário.

Falei com Pe. Osvaldo, mais uma vez, deixando claro que exigia o cumprimento dos cânones da Igreja. Outros sacerdotes também falaram com, e de público, nas reuniões de clero, pediram-lhe expressamente para não se candidatar.

Os padres do Zonal do Alto Oeste, região pastoral da diocese, onde padre Osvaldo exerceu por longos anos as funções de pároco de Luís Gomes e de Marcelino Vieira dirigiram-lhe mensagem escrita pedindo que não registrasse sua candidatura a prefeito municipal de Luís Gomes.

Ultimamente, por ocasião do retiro espiritual do clero da diocese, realizado na Serra do Lima nos dias 4 a 7 de julho do ano em curso, entreguei pessoalmente ao Pe. Raimundo Osvaldo uma “Determinação Canônica” em que afirmava... “determino, por Deus e por causa de Deus, que V. Revma. se abstenha de se candidatar a prefeito municipal, em obediência aos cânones da Igreja, sob pena de, caso se efetive sua inscrição como candidato, ficar automaticamente suspenso do exercício do poder de ordem e de regime, o que implica o seu afastamento das funções paroquiais, que supõem o poder sagrado, recebido na ordenação.”

Por ocasião da última reunião de pastoral a nível diocesano realizada em Mossoró, nos dias 6 e 7 deste mês de agosto, membros de um dos grupos de estudo interpelaram Pe. Osvaldo no plenário da assembleia que contou com a participação de mais de oitenta (80) pessoas, entre sacerdotes, religiosos e leigos, e a resposta dele foi que estava rezando, mas ainda não se tinha definido.

Finalmente no dia 16 de agosto recebi Luís Gomes o seguinte telegrama:

“Realmente consciente minha decisão comunico Vossa Excelência farei registro minha candidatura prefeito Luiz Gomes hoje pt. Serei fiel e obediente determinações canônicas a mim impostas.

Pedindo bênçãos.

Padre Raimundo Osvaldo Rocha”.

Sexta-feira, dia 26 de agosto, reuni-me, em Pau dos Ferros com os sacerdotes que trabalham no Zonal do Alto Oeste e começamos a encaminhar o atendimento pastoral a paróquia Luís Gomes.

Que Santa Luzia, Padroeira da diocese, nos ilumine a todos.

D. José Freire de Oliveira Neto
Bispo Diocesano

Fonte: Arquivo pessoal de Dom José Freire.

Ainda que a decisão de suspensão das funções de sacerdote tivesse respaldo no Direito Canônico, Dom José Freire utilizou-se, como de costume ao longo de seu pastoreio, da forma de exercício democrático: proceder a partir de decisões colegiadas em prol da pastoral.

Ao relembrar desse caso emblemático na Diocese de Santa Luzia de Mossoró, e na vigência do Pastoreio de Dom José Freire, o membro atuante da Comissão Diocesana de Justiça e Paz acrescenta:

Naquele tempo, eu inclusive viajei com Dom José Freire. Eu era da Coordenação Diocesana e nós fomos a Luís Gomes, no auge daquele conflito. Muito complicado aquele conflito. E chegamos lá. A comunidade estava muito, muito arisca com Dom Freire, com as ameaças veladas a ele. Uma senhora de idade foi muito... atrevida mesmo, sabe? No salão cheio de gente, ela peitou Dom Freire e desafiou mesmo. Chamou para a briga. Foi um

negócio muito conflituoso. Então, o povo de Luís Gomes ficou a maioria esmagadora do lado do Padre. A comunidade Luís Gomes toda, ficou toda... toda não, a maioria esmagadora ficou do lado do padre e contra Dom José Freire. O que era esse conflito? O conflito era o seguinte: Dom José Freire fez uma reunião com o clero e disse que a orientação da Diocese era que nenhum padre deveria disputar cargo eletivo. Nenhum padre, inclusive, disse claramente quem desobedecer a essa determinação dele, do Bispo, ele suspenderia de ordem. Essa reunião foi com todos os padres, foi comunicado e tal. Raimundo Osvaldo estava na reunião, ouviu e fingiu que não ouviu. Não disse sim nem não. Quando chegou lá, lançou a candidatura dele a prefeito de Luís Gomes. Aí, Dom Freire já tinha convocado reunião com essa finalidade, já tinha conversado com todo o clero sobre isso. Ele não teve outra saída, a não ser cumprir o que ele havia dito. E não tinha espaço na Diocese para padre e político ao mesmo tempo. Ele ainda tentou demover Raimundo Osvaldo, conversando, para ele não aceitar a candidatura e tal, mas não teve jeito. Raimundo Osvaldo alegou inclusive que tinha até ameaça de morte, se ele não aceitasse, tinha forças muito poderosas lá em Luís Gomes. Pronto. Ficou nessa situação. Dom Freire decretou a suspensão de ordem dele. Entendeu? Foi um decreto diocesano, suspensão de ordem. E Dom Freire foi a Luís Gomes fazer a comunicação: dizer que o Padre não poderia mais continuar com as atividades litúrgicas e tudo mais que um sacerdote pratica, né? Aí foi muito maltratado lá em Luís Gomes, muito maltratado mesmo. Um negócio que a gente ficou triste em ver aquela situação. A gente voltou no dia seguinte. Dom Freire segurou realmente, não aceitou mais Raimundo Osvaldo voltar. E só depois que ele terminou esse mandato, muito tempo depois, foi que requereu o retorno ao clero. Já no final, é que foi aceito novamente (Antônio Pedro. Entrevista cedida a José Roberto da Silva. Mossoró, 10 abr. 2023).

Aqui existe uma memória individual que, em consonância com as demais memórias individuais, tem um ponto de contato (entre si), que resulta na memória coletiva, a qual se apodera de todas as lembranças para dar sustentação à memória histórica de Dom José Freire.

As lembranças daqueles não são somente simples recordações da época do pastoreio de Dom José Freire (e de sua pessoa), mas também memórias individuais diversas que corroboram a constituição dessa memória histórica daquele que marcou a vida de todos os seus colaboradores. Os relatos são fontes testemunhais de agentes que também fizeram parte da própria história do Pastor Dom José Freire. As memórias individuais reforçam a memória do personagem histórico, pois se remetem a fatos pretéritos que se refletem no presente: os testemunhos históricos geram história, são vivências dos agentes que resgatam um passado submetido à análise e que se constitui em recorte da história social da Diocese de Santa Luzia de Mossoró.

Por fim, na história da comunidade diocesana mossoroense, rememorar a figura de Dom José Freire consiste num processo de relembrar um sujeito histórico que marcou a própria história da Diocese de Mossoró. Através dos relatos de uma coletividade (que vivenciou o pastoreio de Dom Freire), dá-se a lembrança do homem bispo e de sua personalidade marcante,

configura-se a memória histórica de um Pastor. Considerando-se que “a memória é esse lugar de refúgio, meio história, meio ficção, universo marginal que permite a manifestação continuamente atualizada do passado” (Pinto, 1998, p. 307). E todo indivíduo tem um papel dentro da sociedade, em razão de sua função e do exercício social que desenvolva ao longo de sua trajetória de vida. É, pois, relevante afirmar que toda experiência de vida consiste em um caminho para a formação e edificação da personalidade de cada pessoa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (Pollak, 1992, p. 204).

Na sociedade moderna, dentro de seus valores de relativismo e de questionamento, Dom José Freire teve uma atuação pastoral à altura das necessidades de seus fiéis na Diocese de Santa Luzia de Mossoró. Preocupou-se em oferecer uma Igreja mais comunitária, inclusiva e participativa. Tudo a partir da perspectiva do novo modelo de Igreja proposto pelo Concílio Ecumênico Vaticano II. Deu-se, pois, o *aggiornamento* tão necessário para se ter uma Igreja significativa, que fosse ao encontro das realidades do rebanho; ocorreu a reconciliação da Igreja com a sociedade ao se proporcionar aos fiéis a possibilidade de escolher e de viver a perspectiva do progresso civilizacional que se apresentava naquela época.

A visão do Pastor (adepto da Teologia da Libertação) foi primordial para o desenvolvimento das ações pastorais, da luta contra a injustiça social imposta pelo sistema social. Dom José Freire protagonizou momentos, por vezes, de combate às desigualdades sociais vigentes, procurando conscientizar as pessoas para que pudessem superá-las de alguma forma.

Ao proceder à escuta do seu povo e dar-lhe voz, seu pastoreio foi marcado pelo envolvimento das pessoas participantes das ações diocesanas. Todos os envolvidos se tornaram também protagonistas no processo do caminhar da Igreja. O Bispo sempre optou por essa forma de atuação em termos pastorais e sociais na Diocese de Santa Luzia de Mossoró. Ele procurou estar presente não apenas na vida da Igreja, mas também na vida social do seu rebanho. Em seu pastoreio, havia um novo jeito de ser igreja na Diocese de Mossoró, a ação pastoral buscava estar em consonância com o cenário da sociedade moderna.

Os planejamentos de sua pastoral visavam às demandas da comunidade diocesana. Foram muitos os planos de ação a fim de ajudar as pessoas desprovidas de bens ou que fossem alvos da miséria social. Dom Freire foi o líder espiritual que caminhou conforme as exigências da Igreja.

O resgate histórico sobre a pessoa de Dom José Freire tem por base os relatos das pessoas colaboradoras das ações pastorais desenvolvidas em seu pastoreio. A evocação das lembranças dos entrevistados, ou das pessoas que se manifestaram em algumas reportagens de jornais locais, dão sustentação à construção da memória histórica do sacerdote diocesano; mantém-se um ponto de contato entre as memórias (individuais e coletivas), cuja base comum é viga mestra à construção da memória histórica de Dom José Freire, porque elas se entrelaçam (como produto social) e resultam em história. Para isso, importa ressaltar o que foi vivenciado por aquelas pessoas, e que pode ser compartilhado a outros que não tiveram tais experiências, porque há reflexo atualmente do marcante pastoreio de Dom José Freire.

As memórias individuais evocadas revelam quão importante foi o trabalho desenvolvido pelo líder religioso, que transformou a realidade de muitos paroquianos, cujas lembranças despertam um olhar aguçado sobre a própria história social diocesana. Foram sujeitos que revelaram as interações cotidianas que se fizeram marcadas para a figura do eclesiástico. Enfim, fizeram emergir o legado deixado por ele, legado que transformou a vida de todos os protagonistas das ações pastorais, além da vida da comunidade da Diocese de Santa Luzia.

Ainda que a memória, enquanto condição de ação humana, revele possíveis conflitos durante o processo de resgate histórico, os traços históricos consistem em fatores essenciais para traçar o que foi o perfil de vida da pessoa retratada na pesquisa. A memória histórica de Dom Freire resulta das lembranças individuais que se conectam entre si. Quanto às lembranças das ações realizadas por Dom José Freire, estas vão surgindo nos testemunhos das pessoas que se manifestaram sobre seu governo episcopal e sua referida estruturação. Logo, são lembranças coletivas que conferem historicidade à memória do Bispo. E todos os fatos evocados fazem parte de uma memória comum que resulta em história, em que os agentes produzem também sua própria história.

O processo de rememorar esse passado tem a memória como meio pelo qual ela se conserva nesse mesmo passado, e que se mantenha latente num presente bem alicerçado (ainda que esquecido) naquilo que foi produzido em momento pretérito, mas servindo de sustentação para o momento atual. Então, o ato de evocar a memória implica num passado que se presentifica, em diversos substratos. Ele se atualiza porque ocorre o entrelaçamento de memórias individuais e a memória coletiva, decorrente dos lugares de memória apresentados por relatos. E assim os testemunhos acerca de Dom José Freire se caracterizam. Eles se mostram incisivos para a clareza do passado evocado pelos entrevistados e ampliam horizontes para melhor compreensão dos eventos.

Quanto à história social da Diocese de Mossoró, ela tem na figura de Dom José Freire a memória do homem que se tornou bispo, marcou um governo diocesano e exerceu grande influência de uma vida em comunhão sobre seu rebanho. No percurso da vida eclesiástica na Diocese de Mossoró, faz-se também relevante a memória de Dom José Freire, suas ações e realizações como Pastor Diocesano. Para tanto, as narrativas históricas perfazem sua memória através das memórias de muitos fiéis e colaboradores. Então, dá-se o resgate histórico do homem que se tornou bispo e deixou um legado marcante na Diocese de Santa Luzia de Mossoró.

Esse episcopado que marcou a vida de muitos fiéis diocesanos, através dos relatos históricos obtidos, traz o conhecimento do tempo e do espaço referentes àquele período histórico. Há uma riqueza de detalhes que muito importa àquelas pessoas de hoje (que não conheceram Dom José Freire), haja vista aquele governo eclesiástico ainda ter reflexo nos dias atuais.

Há a preocupação da busca pela compreensão da pessoa de Dom José Freire, da organização de seu governo episcopal, além de seu protagonismo durante o pastoreio junto à Diocese de Santa Luzia. Quando por ventura algo pareceu ignorado, esquecido ou não lembrado por algumas pessoas, encontra-se junto à memória coletiva a possibilidade de reconstrução de algumas lembranças (de clareza dos fatos) em memórias individuais diversas, algo que dá sustentação àquilo que foi marcante em circunstâncias específicas, durante o pastoreio de Dom José Freire.

As ações protagonizadas pelo Pastor (que demonstrou estar sempre a serviço da Igreja) estiveram assinaladas por desafios durante os percursos diversos empreendidos. Todavia, sua sabedoria e articulação adotadas contribuíram para o desenvolvimento de metas, para a efetivação de obras dentro de seu plano de ação evangelizadora. Seu olhar social recaiu, de maneira especial, sobre os humildes e necessitados. Por isso, ele buscou desenvolver ações sociais que pudessem atender às comunidades e às pessoas que se encontrassem em dificuldades ou oprimidas socialmente. Articulou muitos movimentos sociais, promoveu cursos de formação a muitas pessoas, despertando-lhes a consciência acerca das realidades da sociedade, a fim de que tivessem maior compreensão sobre os entraves sociais e, dessa forma, pudessem se libertar da opressão existente na época.

Faz-se relevante destacar os serviços prestados pela Diocese de Mossoró que denotavam uma dimensão formativa, pautando-se pela inclusão dos cidadãos e pela concepção educativa, cujo foco era a massa desassistida pelo poder público da época. Quanto ao trabalho desenvolvido por Dom José Freire nas pastorais, este foi marcado com condições necessárias

para a atuação dos leigos (que estivessem preparados), com o fim de atender às demandas da população carente; o trabalho de Dom Freire foi o mais democrático possível, conforme os relatos de seus colaboradores da época. Logo, a organização episcopal de Dom Freire foi algo inovador na Diocese de Mossoró, a estrutura adotada transformou a comunidade diocesana, beneficiou os grupos sociais mais pobres e excluídos da sociedade e não deixou se opor aos interesses da classe dirigente da época, preocupada em conservar seus privilégios. Enfim, a periodização do pastoreio de Dom Freire e a sucessão de acontecimentos da época importam não só para a constituição da memória histórica do Pastor junto ao seu rebanho, mas também contribuem para a (ainda escassa) história da Igreja de Mossoró.

A análise da trajetória de Dom José Freire e de seu marcante episcopado traz à luz a história da Diocese de Santa Luzia de Mossoró, ainda insuficiente para o conhecimento da maioria dos fiéis. Sua liderança e esforços para o desenvolvimento da Diocese foram se mostrando cruciais para a configuração atual em que se encontra o governo eclesiástico, bem como o corpo de fiéis que professa a religião.

O legado de Dom José Freire de Oliveira Neto, junto com a valorização do protagonismo dos leigos, é uma chave de leitura para compreender a Igreja pós-Vaticano II, além de uma contribuição significativa para as Ciências da Religião, em que são oferecidas novas perspectivas sobre a dinâmica entre fé, Igreja e sociedade. Sua visão inovadora sobre a atuação dos leigos na Igreja, reconhecendo-os não apenas como coadjuvantes, mas como protagonistas essenciais para a realização da missão evangelizadora da Diocese de Santa Luzia de Mossoró, lança luz sobre a participação ativa e determinante dos leigos no contexto eclesial e comunitário.

Essa postura de Dom José Freire de Oliveira Neto, durante seu marcante pastoreio, reflete uma compreensão mais dinâmica da Igreja, que vai além do clero, destacando a importância da colaboração entre os diferentes membros da comunidade cristã. Ao envolver os leigos em processos decisórios, ações pastorais e projetos de transformação social, Dom José Freire contribuiu para a revitalização do papel dos fiéis leigos, rompendo com a visão hierárquica tradicional e promovendo uma Igreja mais inclusiva e participativa.

Ademais, o acervo histórico apresentado nesta tese é algo fundamental para preservar a memória e o legado de Dom Freire, permitindo que os futuros pesquisadores possam produzir outros trabalhos de grande interesse não só para a comunidade acadêmica, mas também para a comunidade diocesana mossoroense. Haja vista que este trabalho inovador não apenas resgata a trajetória e a importância do Bispo Dom Freire, como também ilumina a dinâmica das interações e colaborações que moldaram o seu ministério.

Por fim, a pesquisa aqui empreendida não encerra o debate acerca do tema, uma vez que essa abordagem pioneira em busca de resgatar aspectos históricos sobre a pessoa de Dom José Freire pode desdobrar-se em outras escritas preocupadas com a memória desse líder religioso, com o legado de um pastoreio de enfrentamento a uma realidade sociopolítica de injustiças e desigualdades flagrantes, mas também marcada pelo acolhimento de uma Igreja aberta a todos, e para as novas realidades sociais. Outra vertente para futuras pesquisas pode ser tomada a partir de um olhar sobre o protagonismo dos leigos, sua valorização por se considerar as opiniões e decisões dentro da coletividade (protagonismo dos leigos que foi destaque no pastoreio de Dom José Freire). Tudo em sintonia com as determinações do Concílio Vaticano II, que trouxe uma profunda renovação na visão da Igreja sobre a participação dos leigos, reconhecendo-os não como simples receptores da ação pastoral, mas como sujeitos ativos na missão evangelizadora, envolvendo-os profundamente de maneira que todos os membros tornem a Igreja uma em sua coletividade. Porque o papel do leigo não se limita à vida de devoção pessoal ou à participação nas liturgias, mas se estende para a transformação do mundo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Laci Maria Araújo. Igreja católica: imaginário, ditadura e movimentos sociais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v. 26, n. 2, jul./dez., 2013.
- AMADO, Janaína; FIGUEIREDO, Luís. **A formação do império português (1415-1580)**. São Paulo: Atual, 1999.
- AMORIM, Sayonara. Apodi se despede do filho que se tornou bispo diocesano. **Gazeta do Oeste**, Mossoró, ano 34, n. 8.956, 11 jan. 2012. Caderno Especial.
- ARAÚJO, Sílvia Maria de. Indivíduo e sociedade. In: CORDI, Cassiano *et al.* **Para filosofar**. São Paulo: Scipione, 2000.
- ARBEX JÚNIOR, José; SENISE, Maria Helena Valente. **Cinco séculos de Brasil: imagens e visões**. São Paulo: Moderna, 1998.
- ARNS, Paulo Evaristo. **O que é Igreja**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3. ed. ampl. atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- AZZI, Riolando. O fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930-1940). **Síntese NF 6**, n. 17, p.69-85, 1979.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio**. São Paulo: Paulinas, 1993.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (dir.). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 337-421. (História Geral da Civilização Brasileira, t. III, v. 11).
- BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**. Tradução: José Simão. São Paulo; Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.
- BOFF, Leonardo. **Nova evangelização**. Perspectiva dos oprimidos. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994.
- BONATO, Massimo. A crise pós-Concílio Vaticano II: declínio ou renascimento do catolicismo? **Anais dos Simpósios da ABHR**, [S. l.], v. 13, 2012. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/493>. Acesso em: 27 ago. 2023.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória** – ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRUSTOLIN, Leomar Antônio; RODRIGUES, Moema Muricy. A renovação da catequese na América Latina e Brasil– Uma caminhada pós-conciliar. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 193-204, maio/ago., 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CATÃO, Francisco. **O que é Teologia da Libertação**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAVALCANTI, Francisco de Sales. **Subsídios para a história religiosa de Mossoró**. Mossoró: FUNSERN, 1992.

CECHINATO, Padre Luiz. **Os vinte séculos de caminhada da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAVES, Talvacy. Morre Dom José Freire, bispo da Era de Ouro da Igreja. **Gazeta do Oeste**: Mossoró, ano 34, n. 8.956, 11 jan. 2012. Caderno Especial.

COSTA, Josafá Inácio da. **Memorial do Seminário de Mossoró**. Mossoró: Edição DSLM, 2004.

CZERNY, Michael. Uma igreja que “caminha junto”. Sinodalidade Na Era do Papa Francisco. *In: Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 54, n. 1, p. 67-88, jan./abr. 2022.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, [S. l.], v. 6, 2009, p. 9-25. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 21 abr. 2023.

DIOCESE de Santa Luzia de Mossoró. **50 anos**. Mossoró: [s.n.], 1984.

DIOCESE de Santa Luzia de Mossoró. **Revista especial comemorativa dos 80 anos**. Mossoró: [s.n.], 2014.

DISTANTE, Carmelo. Memória e Identidade. **Tempo Brasileiro** (95). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

DOM JOSÉ Freire. Morre o bispo dos grandes ideais. **O Mossoroense**, Mossoró, n. 15.944, 11 jan. 2012.

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. Escola e laicidade: o modelo Francês. **Interações: Cultura e Comunidade**, v. 3, n. 4, 2008, p. 153-170.

FAUSTINO, Lindomarcos. **Catadral de Santa Luzia (um pouco de sua história)**. 3 ed. Mossoró-RN, 2012.

FÁVERO, Osmar. MEB-Movimento de Educação de Base. Primeiros tempos: 1961-1966. **Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação**, v. 5, 2004, p. 1-15.

FEMENICK, Tomislav Rodrigues. **Padre Mota**. Natal: Fundação José Augusto, 2007.

FLORES, Rodrigo Musto. Memória e história oral: as interações entre a história escrita e a história vivida. **Intellèctus**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 248-263, ago., 2022. Disponível em: <https://www.e-ublicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/65542>. Acesso em: 14 abr. 2023.

FREIRE, Iuska. O adeus ao Bispo Emérito Dom José Freire. **Gazeta do Oeste**, Mossoró, ano 34, n. 8.956, 11 jan. 2012. Caderno Especial.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia** – saberes necessários à prática educativa. 73. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b.

FREITAS, Maria Carmelita de. **Uma opção renovadora: a Igreja no Brasil e o planejamento pastoral**. Estudo genético-interpretativo. São Paulo: Loyola, 1997.

HAIGTH, Roger. **A comunidade cristã na história: eclesiologia histórica**, vol. 1. São Paulo: Paulinas, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: revista dos Tribunais, 1990.

HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITÃO, Carla. A entrevista como instrumento de pesquisa científica em Informática na Educação: planejamento, execução e análise. In: PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edméa (org.) **Metodologia de pesquisa científica em Informática na Educação: abordagem qualitativa**. Porto Alegre: SBC, 2021. Disponível em: <https://metodologia.ceie-br.org/livro-3/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

LIBÂNIO, João Batista. **Concílio Vaticano II** – Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.

LORSCHIEDER, Aloísio. Visão panorâmica da Igreja no Brasil pós-conciliar até os dias atuais. **Kairós**, Fortaleza, v. 1, n. 1-2, p. 53-60, 2004. Disponível em: <https://www.ojs.catholicadefortaleza.edu.br/index.php/kairos/article/view/352>. Acesso em: 27 jan. 2025.

LOWENTHAL, David. Como Conhecemos o Passado. **Projeto História**, São Paulo, v.17, p. 63-201, nov.1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 30 abr. 2023.

LUFF, Stanley G. A. **A organização da Igreja**. Rio de Janeiro: Renes, 1969.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890). **Revista Eclesiástica Brasileira**, 35, n. 139, 1975, p. 624-647.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Reformismo da Igreja no Brasil Império**. São Paulo: Loyola, 1985. (Col. Cadernos de História da Igreja no Brasil, n. 6).

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANZATTO, Antonio. Fundamentos teológicos da *Gaudium et Spes*. **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo, v.17, n. 68, p. 75-92, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MARIANI, Remo. A Missão na *Gaudium et Spes*. **Encontros Teológicos n° 42**, Ano 20, n. 3, 2005.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo II. São Paulo: Paulinas, 2002.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo I, 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2011a.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo III, 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora da UFRN, 2007.

MORAES JÚNIOR, Manoel Ribeiro de. A dimensão teórica das Ciências da Religião. Uma discussão preliminar. **Revista de Estudos da Religião (REVER)**, Ano 15, n. 02, jul/dez, 2015.

MOURA, Antônio Carlos. **A igreja dos oprimidos**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

MOURA, Elizângela. Morre o Bispo Emérito de Mossoró Dom José Freire. **Correio de Mossoró**, Mossoró, ano VI, n. 1.795, 10 jan. 2012a.

MOURA, Elizângela. Morre o Bispo Emérito de Mossoró Dom José Freire. **Correio de Mossoró**, Mossoró, ano VI, n. 1.796, 11 jan. 2012b.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, [S. l.], v. 3, 2009, p. 109-116. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/25>. Acesso em: 22 abr. 2023.

NÓBREGA, José Flóscolo da. **Introdução ao Direito**. 5. rev. e ampl. Rio de Janeiro: José Konfino Editor, 1972.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo: PUC-SP, n. 10, 1993, p. 7-28.

NOSSA HISTÓRIA. **Rural de Mossoró**, Mossoró, c2021. Disponível em: <https://ruraldemossoro.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 06 abr. 2025.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; SCHIAVO, Reinaldo Azevedo. Concílio Vaticano II memórias da crise de vocações. **INCONFIDENTIA: Revista Eletrônica de Filosofia**, Mariana-MG, v.3, n. 6, p. 72-87, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA NETO, José Freire de. **Educação libertadora e catequese**: viabilidade do método psicossocial de Paulo Freire em uma catequese antropológica. Mossoró/RN: Sarau das Letras, 2019.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese**. São Paulo: Editora Autores Associados: Cortez, 1982.

PAIVA, José Maria de. Transmitindo cultura: a catequização dos índios do Brasil, 1549-1600. **Revista Diálogo Educacional**, v. 1, n. 2, p.1-170, jul./dez., 2000.

PASSOS, João Décio. **Concílio Vaticano II**: reflexões sobre um carisma em curso. São Paulo: Paulus, 2014.

PIETRANERA, Fernando Glucklich. **A opção preferencial pelos pobres nas conferências gerais do CELAM**. 2019. 92 f. Dissertação (Mestrado em Teologia Sistemática) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PINTO, Pimentel Júlio. **Uma memória do mundo**: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLA, Rodrigo. Memória, indivíduo e religião: pressupostos para a pesquisa sobre religião no tempo presente. **Revista de Estudos da Religião (REVER)**, São Paulo, v.18, n. 1, 2018, p. 195-208.

PRAÇA da Matriz de Santa Luzia, Mossoró-RN. **Memória Fotográfica**, 2013. Disponível em: <https://blogdetelescope.blogspot.com/2013/01/praca-da-matriz-de-santa-luzia-1904.html>. Acesso em: 06 abr. 2025.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013.

RODRIGUES, Lílian de Oliveira. **A voz em canto: de Militana a Maria José, uma história de vida**. 2006. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

ROSA, Geraldo Antônio da. **Fundamentos das ciências da religião** [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias**. São Paulo: UNESP, 2010.

RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil**. Santa Maria, Rio Grande do Sul: Pallotti, 1981.

SCOPINHO, Sávio Carlos Desan. O laicato na primeira Conferência Episcopal Latino-Americana Rio de Janeiro (1955). **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, ano 72, n. 287, p. 581-603, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.29386/reb.v72i287.851>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SECRETARIADO NACIONAL DA CPT. **A luta pela terra: A Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.

SILVA, José Antonio da. O Vaticano II e o laicato na Igreja. **Revista de Cultura Teológica**, v. 19, n. 76, out./dez., 2011.

SOUZA, Francisco Fausto de. **História de Mossoró**. Mossoró: Coleção Mossoroense, 2010. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Disponível em: <https://colecaomossoroense.org.br/site/wpcontent/uploads/2018/07/HISTORIA-DE-MOSSORO.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SOUZA, José Neivaldo. A *laudato si'* na perspectiva do método: “ver, julgar e agir”. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. 145, 2016. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3482>. Acesso em: 14 ago. 2024.

TRAJETÓRIA religiosa do sacerdote é marcada por nomeações expressivas na Igreja Católica. **O Mossoroense**, Mossoró, n. 15.944, 11 jan. 2012.

ÚLTIMO adeus ao bispo Dom José Freire. **Jornal de Fato**, Mossoró, ano XII, n. 3.261, 11 jan. 2012.

WOLFF, Elias. A relação entre Francisco e o mundo atual. Implicações para a Igreja latino-americana. **Annales Faje**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 84, 2023. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/anales/article/view/5477>. Acesso em: 10 ago. 2024.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.